



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE

FERNANDA ELISA VICENTIN BERTOLETTI

A CRÔNICA DE UM POVO: A TOPONÍMIA NA CIDADE DE COTIPORÃ

CAXIAS DO SUL

2016

FERNANDA ELISA VICENTIN BERTOLETTI

A CRÔNICA DE UM POVO: A TOPONÍMIA NA CIDADE DE COTIPORÃ

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade, pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Tessaro Pelinser

CAXIAS DO SUL

2016

B546c Bertoletti, Fernanda Elisa Vicentin

A crônica de um povo : a toponímia na cidade de Cotiporã / Fernanda Elisa Vicentin Bertoletti. – 2016.

138 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2016.

Orientação: André Tessaro Pelinser.

1. Lexicologia. 2. Toponímia - Cotiporã, RS. 3. Hodonímia - Cotiporã, RS. 4. Identidade Regional. I. Pelinser, André Tessaro, orient. II. Título.

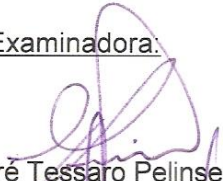
A crônica de um povo: a toponímia na cidade de Cotiporã

Fernanda Elisa Vincentin Bertoletti

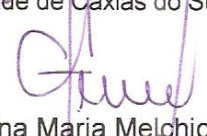
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Língua, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 09 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:



Dr. André Tessaro Pelinser
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Carina Maria Melchior Niederauer
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Elisa Battisti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Dr. Rafael José dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Neiva, por terem acreditado em mim e me apoiado em todos os momentos.

Ao Edevaldo, meu marido, grande incentivador, pela compreensão e amor incondicional.

Às minhas filhas, que entenderam as ausências e souberam respeitar e valorizar o caminho escolhido.

Ao meu orientador, Professor Dr. André Tessaro Pelinser, pelo incentivo, paciência, por compartilhar conhecimento e me fazer acreditar que era possível.

À Professora Dra. Vitalina, pelo carinho, disponibilidade e por suas preciosas explicações.

Aos professores da banca, Rafael José dos Santos, Carina Maria Melchior Niederauer e Elisa Battisti, por tão prontamente terem aceitado o convite e pelas relevantes observações feitas.

À colega Jaqueline, pela cumplicidade no olhar e no coração.

A José Carlos Breda, Patrícia Gabriel e Dalmo Scussel, pela generosidade e por terem confiado em meu trabalho.

Aos meus amigos Renato, Sirlei e Ana, pelo auxílio e palavras de conforto.

E a todos meus amigos que me compreenderam e auxiliaram de diversas formas, ora com palavras, ora com atitudes, impregnando de alegria essa caminhada.

*Preparar o futuro significa
fundamentar o presente.*

Saint-Exupéry

RESUMO

O presente trabalho analisa a motivação e a classificação dos nomes do bairro, do distrito e dos logradouros da cidade de Cotiporã, localizada na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil, visando a compreender o contexto histórico, político e social da região. O *corpus* da pesquisa é composto por quarenta e cinco denominações e foi levantado em fontes oficiais mediante coleta de dados na cidade-mãe, Veranópolis, e, posteriormente, em Cotiporã. O registro de quarenta e três denominações encontra-se em doze leis que acompanharam o desenvolvimento da cidade, ao passo que dois nomes não possuem lei, mas se configuram como espaços concretos no dia a dia dos cotiporanenses. Os topônimos e hodotopônimos foram classificados de acordo com a taxionomia proposta por Dick (1990b). A pesquisa revelou que a maior parte dos hodônimos refere-se a nomes próprios individuais de imigrantes ou descendentes de italianos (antropo-hodônimos), o que contribui para a percepção de uma identidade italiana local. Há, também, referências a vultos da pátria e a datas históricas (historio-hodônimos), a títulos indicativos de profissão, patente militar e função política (axio-hodônimos), a funções religiosas (hagio-hodônimos), a acidentes hidrográficos (hidro-hodônimos), a elementos vegetais (litotopônimos) e a posições geográficas (cardinotopônimos). Após a análise dos dados, percebe-se como os habitantes de Cotiporã constroem sua identidade regional e a reafirmam mediante a diferenciação com outros grupos, reforçando a identidade italiana na predominância de designações itálicas.

Palavras-chave: Toponímia. Hodonímia. Motivação. Cotiporã.

ABSTRACT

This paper analyses the motivation and classification of the names of the neighborhood, the district and the streets of the city of Cotiporã, located in a region of Italian colonization in the Northeast of Rio Grande do Sul, Brazil. Its intent is to comprehend the historical, political and social context of that region. The *corpus* of this research is composed of forty-five designations collected from official sources in the city of Veranópolis, and later in Cotiporã. The records of forty-three designations are found in twelve laws that followed the development of the city. Two designations are not connected to any laws but are considered common areas on the day-to-day of its citizens. The toponyms and hodotoponyms are classified according to the taxonomy proposed by Dick (1990b). The research revealed that the majority of the hodonoms refers to the first names of Italian immigrants or their descendants (antropohodonoms), which contributes to the perception of the local Italian identity. Historical figures and dates are also referenced (historiohodonoms), as well as professional titles, military and political ranking (axiohodonoms), religious roles (hagiohodonoms), hydrographic incidents (hydrohodonoms), vegetation (litotoponyms) and geographic location (cardinotoponyms). The results show how the habitants of Cotiporã build their regional identity and differentiate themselves from other groups, reinforcing their identity through the predominance of Italian designations.

Keywords: Toponymy. Hodonymy. Motivation. Cotiporã.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação taxionômica.....	114
Gráfico 2 - Topônimos italianos e não italianos.....	124
Gráfico 3 - Temas motivadores	125
Gráfico 4 - Topônimos quanto ao gênero	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiros proprietários dos lotes coloniais da Linha Independência.....	26
Quadro 2 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica	46
Quadro 3 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotado.....	46
Quadro 4 - Centro	49
Quadro 5 - Lajeado Bonito	50
Quadro 6 - Hodônimos de Cotiporã	52
Quadro 7 - Data das nomeações dos hodônimos de Cotiporã	53
Quadro 8 - Da Fonte	55
Quadro 9 - Adolfo Scussel.....	56
Quadro 10 - Alberto Aníbal Fellini	58
Quadro 11 - André Argenta	59
Quadro 12 - André Tonial	60
Quadro 13 - Ângelo Girardi.....	62
Quadro 14 - Ângelo Paganin	63
Quadro 15 - Augusto Mânica	64
Quadro 16 - Brunoni.....	66
Quadro 17 - Carlos Donato Fellini	66
Quadro 18 - Clemente Guindani.....	68
Quadro 19 - Colombo Fellini	69
Quadro 20 - Dozolina Tonial Dall'Ago.....	70
Quadro 21 - João Bergamin.....	72
Quadro 22 - João Scarton	73
Quadro 23 - João Zardo	74
Quadro 24 - Jordão Clemente Sartoretto	76
Quadro 25 - José Della Pasqua	77
Quadro 26 - José Zanette	79
Quadro 27 - Marcos Gaspar de Souza	80
Quadro 28 - Martinho Bergamin	82
Quadro 29 - Natal Turcatel.....	83
Quadro 30 - Norberto David Paludo	84
Quadro 31 - Pedro Breda	86

Quadro 32 - Pelegrino Titton.....	87
Quadro 33 - Sauro Cipriano Guindani.....	88
Quadro 34 - Deputado Lidovino Fanton	90
Quadro 35 - Professor Alceu Luiz Zechin.....	91
Quadro 36 - Professora Luiza de Marco Sfredo	93
Quadro 37 - Soldado Serafin Frizon.....	94
Quadro 38 - Padre Eugênio Mediqueschi.....	96
Quadro 39 - Padre Olívio Bertuol	98
Quadro 40 - Padre Rui Lorenzi	99
Quadro 41 - Bento Gonçalves	101
Quadro 42 - Dez de Novembro.....	102
Quadro 43 - Doze de Maio	103
Quadro 44 - Independência.....	104
Quadro 45 - Marcílio Dias.....	105
Quadro 46 - Primeiro de Maio.....	106
Quadro 47 - Prudente de Moraes	108
Quadro 48 - Silveira Martins.....	109
Quadro 49 - Souza Lobo.....	110
Quadro 50 - Veranópolis	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Regiões mais representadas na emigração para a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul, em escala descendente.....	20
Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com suas mesorregiões e microrregiões	30
Figura 3 - Mapa da Cidade de Cotiporã e cidades limítrofes	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA.....	17
2.1 EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL	18
2.2 COLÔNIA ALFREDO CHAVES.....	22
2.3 MONTE VÊNETO	25
2.3.1 Aspectos geográficos de Cotiporã	29
3 TOPONÍMIA: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR.....	32
3.1 A TOPONÍMIA NO BRASIL	32
3.2 DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO À TOPONÍMIA	35
3.3 O SIGNO TOPONÍMICO: MOTIVAÇÃO E OPACIDADE.....	36
3.4 A TAXIONOMIA TOPONÍMICA	39
3.5 A HODONÍMIA.....	42
4 METODOLOGIA.....	45
5 LEVANTAMENTO DOS TOPÔNIMOS	48
5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	48
5.1.1 O bairro de Cotiporã.....	48
5.1.2 O distrito de Cotiporã: Lajeado Bonito.....	50
5.1.3 Os hodônimos de Cotiporã	52
5.1.3.1 Classificação dos hodônimos	54
5.1.3.1.1 <i>Hodônimos de natureza física</i>	54
5.1.3.1.2 <i>Hodônimos de natureza antropocultural</i>	54
5.1.3.2 Hidro-hodônimos.....	55
5.1.3.3 Antropo-hodônimos.....	56
5.1.3.4 Axio-hodônimos	90
5.1.3.5 Hagio-hodônimos	95
5.1.3.6 Historio-hodônimos	100

6 A CRÔNICA DE UM POVO: ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS DE COTIPORÃ.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

O ato de nomear está intrinsecamente ligado ao homem e à sua história. É a forma de que o ser humano dispõe para categorizar o mundo e aquilo que o cerca. Para Dick (1990a, p. 29), “a nomeação dos seres orgânicos e inorgânicos inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade circundante.” Sobre o ato de denominar, Biderman (2001, p. 13) afirma que “ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.” Não obstante o caráter um tanto evolucionista da afirmação, percebe-se que o estudo da toponímia possibilita compreender como o homem dá sentido à realidade. Portanto, um estudo toponímico é imprescindível, para entender o processo de nomeação, pois explora uma realidade histórica, cultural, social e geográfica que fica encoberta pelo signo toponímico. Para tanto, é necessário o auxílio de outras áreas, como, por exemplo, da geografia, da história, da sociologia, a fim de desvelar seu sentido.

Cabe à toponímia, uma das áreas da onomástica, investigar a procedência dos nomes que designam os lugares, com vistas a revelar a história do local, a qual foi construída segundo a natureza do espaço físico e, também, devido a influências políticas e históricas da própria cidade e do país. Para Dick (1990b, p. 55), os motivos que impulsionam o ato de nomear podem ser extrínsecos, quando há uma projeção das circunstâncias exteriores no topônimo; ou intrínsecos, quando ocorre uma vinculação do indivíduo aos seus próprios propósitos, à sua maneira de perceber e sentir o local.

Como sempre busquei a origem dos nomes próprios que mais me chamavam a atenção nos livros que lia ou nas histórias que ouvia, decidi desenvolver meu estudo nessa área e elegi a cidade de Cotiporã, situada na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, terra que aprendi a amar desde pequena, por ser a terra natal de meu pai. Assim, ao pensar em que linha de pesquisa seguiria, escolhi a da Linguística e, dentro dessa ciência, especificamente, o setor da Toponímia.

O tema deste trabalho é a origem e a evolução do nome da cidade de Cotiporã, além da origem do nome do distrito Lajeado Bonito, do bairro Centro e das ruas que a compõem. De que modo esses nomes foram escolhidos? O que podem revelar sobre a cultura, a história, a identidade das pessoas desse local? Quais as características do signo toponímico? Os nomes foram usados para privilegiar um grupo cultural em detrimento de outro? Essas questões e

tantas outras, que surgem no decorrer da pesquisa, necessitam de respostas que só uma investigação toponímica pode dar.

Refletindo sobre os nomes que integram o *corpus* desta pesquisa, por intermédio deste estudo, almejamos descobrir o que motivou a criação de cada topônimo e hodotopônimo, quais acontecimentos precederam o ato de nomear, e se há algo encoberto nas nomeações, pois, em cada ato denominativo, estão ocultos aspectos importantes dos valores sociais, políticos e culturais da memória coletiva.

O objetivo geral deste estudo é investigar e analisar interdisciplinarmente os nomes conferidos aos seguintes espaços: a cidade de Cotiporã, o distrito, o bairro e os logradouros. Pretende-se, assim, compreender qual a relação que esses nomes mantêm com a própria localidade, cujo enfoque encontra-se na etimologia e nos acontecimentos históricos e políticos da cidade e do país, uma vez que a escolha dos nomes é sempre feita em um momento histórico-temporal.

Os objetivos específicos são: examinar a origem etimológica dos topônimos; investigar aspectos geográficos, históricos, socioculturais envolvidos no ato de nomeação; e compilar, organizar e sistematizar os dados obtidos, com o intuito de trazer à tona informações que, para um habitante dessa cidade, já habituado aos nomes e usando-os somente como referência, passam despercebidas, por estarem encobertas pelo tempo e pela familiaridade, isto é, pela ausência de estranhamento.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por quarenta e cinco nomes que denominam os espaços públicos da cidade de Cotiporã-RS. São quarenta e três logradouros, um bairro e um distrito, os quais foram criados conforme o município foi se desenvolvendo, desde sua origem, como povoado Monte Vêneto, até o momento atual, como cidade de Cotiporã. A pequena quantidade de leis de nomeação, como será visto ao longo do trabalho, deve-se à necessidade de nomear várias ruas em um curto espaço de tempo, a fim de atender às demandas do município.

No segundo capítulo, apresentamos a contextualização histórico-geográfica do município de Cotiporã. Iniciamos com os fatores que incentivaram a imigração italiana para o Nordeste do Rio Grande do Sul, enfatizando os referentes ao Brasil. Em seguida, tratamos da imigração em Alfredo Chaves, atual cidade de Veranópolis, cidade-mãe do município que é objeto deste estudo. Abordamos, ainda, o desenvolvimento de Monte Vêneto, atualmente Cotiporã, desde o surgimento desse pequeno núcleo urbano até hoje.

O terceiro capítulo traz os estudos de toponímia desenvolvidos por vários estudiosos, como Dick (1990), Biderman (2001), Isquerdo (2001), Seabra (2006), Dauzat (1947),

Carvalinhos (2002/2003), Frosi (2008), Dal Corno (2008) e Faggion (2008), buscando localizar os estudos toponímicos no âmbito das Ciências do Léxico e fornecer uma melhor compreensão das taxas.

No quarto capítulo, expõem-se os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção das informações que constituem o *corpus* e a forma como esses dados são analisados e discutidos. Os procedimentos empregados e as reflexões oriundas das análises foram desenvolvidos levando em conta uma abordagem qualiquantitativa.

O quinto capítulo contém a apresentação dos dados que constituem o *corpus* deste trabalho, os quais foram inseridos nas fichas lexicográfico-toponímicas, conforme modelo desenvolvido por Dick (2004). Essas 45 fichas são verdadeiras “certidões de nascimento” dos topônimos e hodotopônimos investigados, pois nelas constam informações relevantes acerca da motivação de cada nome.

No sexto capítulo, são feitas as análises e a discussão das informações obtidas, tendo como referencial as reflexões sobre as noções de cultura, identidade e regionalidade, que transmigram para a ideia de toponímia, com base nos estudos de Hall (2004), Geertz (1989), Duranti (1997), Kramsch (2001), Bourdieu (1996), Arendt (2012), Haesbaert (2010) e Cuche (1999). Os resultados provenientes do estudo também são sistematizados em forma de gráficos, o que contribui para compreender, na denominação, os atos simbólicos dos habitantes de uma cidade, permeados de questões políticas, sociais e identitárias.

No decurso, encontram-se as considerações finais, que procuram destacar a importância de um estudo toponímico para o conhecimento da história de uma sociedade. História essa que é encoberta no momento em que o nome do topônimo se torna opaco, fazendo com que os habitantes o utilizem somente como ponto de referência, sem perceber a riqueza de sua origem. Nesse sentido, Dick (1990a, p. 22) afirma que “a Toponímia situa-se como a crônica de um povo”. É imprescindível, portanto, valorizar o estudo toponímico, pois traz à tona a história de um lugar e de seus habitantes, revelando passado e presente, o que evidencia o caráter interdisciplinar dos estudos toponímicos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Apresentamos, neste capítulo, algumas considerações de caráter histórico e geográfico sobre o Brasil com o intuito de propiciar visibilidade acerca do contexto em que se inseriram os imigrantes italianos que chegaram à Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, doravante denominada RCI.

No início do processo de colonização, o Brasil possuía muitas terras ainda desabitadas, sendo que a região Sul do país, de acordo com Pesavento (1980, p. 7), “permaneceu inexplorada por mais de um século”, pois “desencadeava-se o processo de transição do feudalismo para o capitalismo”. Nesse contexto, um mecanismo de grande relevância

foi a exploração colonial, que permitia extrair excedente econômico produzido nas colônias a fim de ser acumulado na metrópole. A exploração colonial assentava-se basicamente em riquezas já prontas que as áreas coloniais oferecessem (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola aqui instaladas segundo os interesses e necessidades do capitalismo nascente (caso do açúcar). O Rio Grande do Sul, portanto, não se enquadrava em nenhum dos dois casos. (PESAVENTO, 1980, p. 7-8).

Além de não haver interesse pelas terras do Sul, o território, alvo de disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, teve seus limites definidos apenas no século XVIII. No entanto, o cenário começou a mudar quando, “a partir do fim do Domínio Espanhol, Portugal teve seu Império Colonial reduzido e voltou-se para o Brasil, base de sustentação principal do Reino”. Portugal precisava aumentar os lucros, portanto, era imprescindível explorar cada vez mais a colônia, por isso “voltou-se para áreas ainda não exploradas, como o extremo-sul.” (PESAVENTO, 1980, p. 10). A despeito disso, a ocupação da região ocorreu de forma lenta e, só a partir de 1808, o governo inicia um movimento para a colonização dessa área, logo depois da vinda da Família Real ao Brasil.

Dessa maneira, em 28 de janeiro de 1808, foi assinado pelo Príncipe Regente de Portugal, Dom João de Bragança, o Decreto de Abertura dos portos às Nações Amigas. De acordo com Fausto:

Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão “nações amigas” era equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas

francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos. (FAUSTO, 2000, p. 122).

Depois, o Decreto de 25 de novembro de 1808 tratou da agricultura, da ocupação da terra e da concessão de terras aos estrangeiros residentes no país e, assim, aos poucos, o governo vai promovendo a imigração ao Brasil, a fim de atingir diferentes objetivos, como é explicitado a seguir, dando ênfase, porém, à imigração italiana no Rio Grande do Sul.

2.1 EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

A partir de 1822, o Governo Imperial do Brasil incentivou a vinda de imigrantes alemães para as terras do Rio Grande do Sul, pois, de acordo com Pesavento (1980, p. 34), tinha “interesses relacionados com o povoamento e a colonização de áreas ainda virgens e a possibilidade de pequenos agricultores que pudessem neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional”, de modo que, “a partir de 1824, começaram a chegar os primeiros imigrantes alemães”.

Em seguida, a partir de 1871, o Governo intensificou seus esforços para atrair imigrantes, “coincidindo com a Lei do Ventre Livre”. (FAUSTO, 2014, p. 114). Essa inserção do imigrante acontecia ao mesmo tempo em que “se realizava, internamente, a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre.” (PESAVENTO, 1980, p. 34). Tal transição, de acordo com Fausto (2014, p. 107), inicia em 1850, com a Lei das Terras, em que se determinou que as terras públicas fossem vendidas e não doadas, estabelecendo normas para legalizar a posse de terras e forçando o registro das propriedades. Assim, se por um lado a medida tinha como consequência descentralizar decisões políticas, sociais e econômicas que beneficiavam um pequeno grupo, por outro observa-se, também, que se restringiu o acesso à propriedade da terra para os imigrantes, possibilitando aos grandes fazendeiros atrair imigrantes para começar a substituir a mão de obra escrava, evitando que se convertessem em proprietários.

Além de repor a força de trabalho escravo pela livre, o governo desejava promover também o branqueamento da população do Brasil, como fica explícito no Artigo 1º do Decreto 528, de 28 de junho de 1890, por meio do qual deixa livre a entrada para indivíduos em condições de trabalhar, exceto se forem provenientes da África e da Ásia, ficando estabelecidos os seguintes critérios para a introdução de imigrantes europeus:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.¹

Com isso, aos poucos, o governo, por meio de leis similares a essa, busca também o embranquecimento do país e legitima a imigração. De acordo com Giron (1980, p. 55-56), “A superioridade da população branca, segundo a ideologia dominante, garantiria uma produção maior e, a longo prazo, evitaria o surgimento de um ‘Império Negro’ no Brasil, [...] o qual determinaria o fracasso nacional”.

Skidmore, por sua vez, assevera que a teoria do branqueamento era peculiar ao Brasil, sendo aceita pela maior parte da elite local entre 1889 e 1914. Em seu entender,

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o “gene” branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (SKIDMORE, 1976, p. 81).

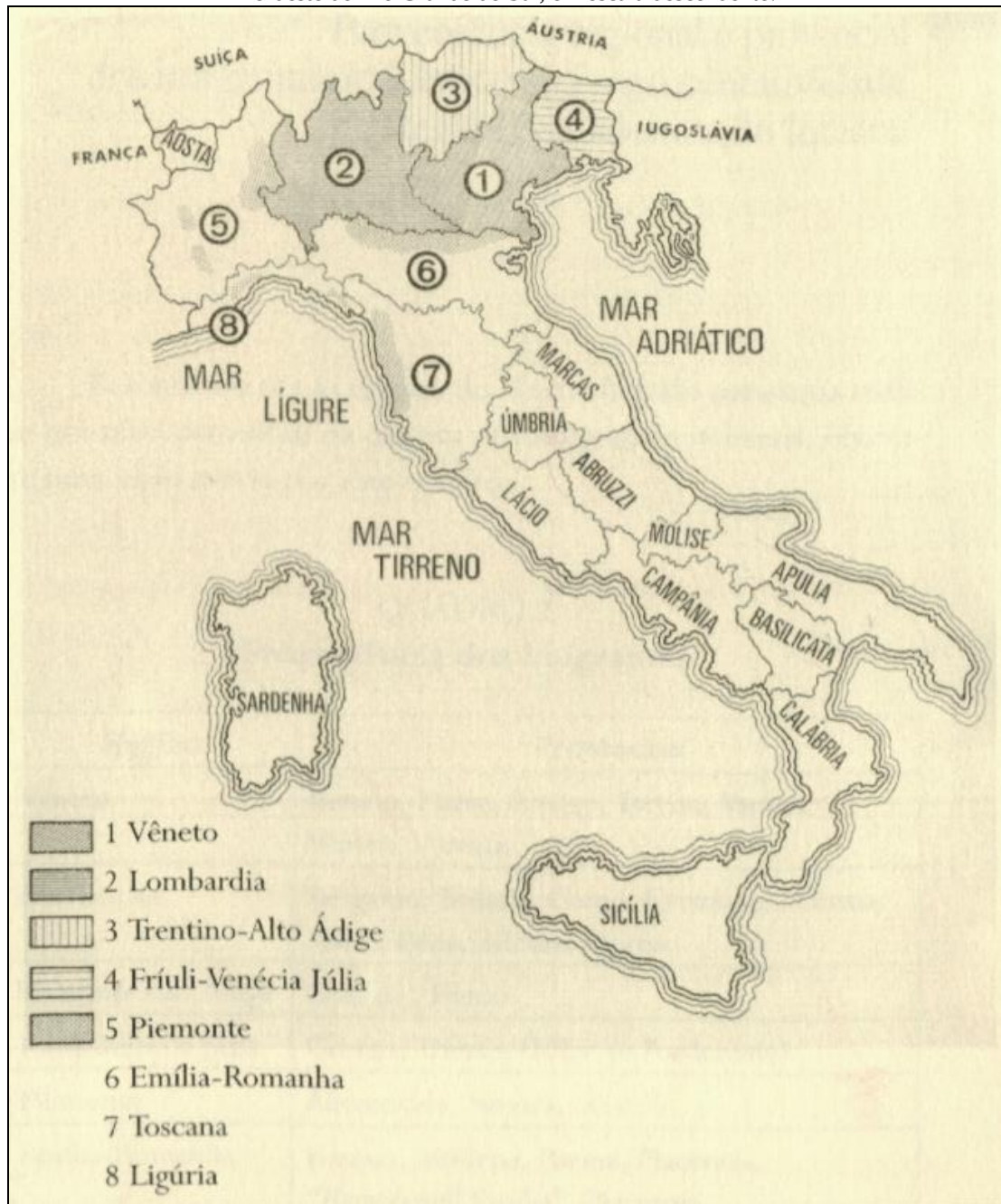
Quanto à vinda dos imigrantes italianos, o interesse estava ligado “a dois fatores básicos: promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar no Sul núcleos coloniais imigrantes bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país.” (PESAVENTO, 1980, p. 34).

Assim, a partir de 1875 intensifica-se a imigração italiana para o Brasil, especificamente ao Rio Grande do Sul, como afirmam Frosi e Mioranza (2009, p. 22). De acordo com os estudiosos, as famílias italianas que migraram para o nordeste rio-grandense advinham, principalmente, das Regiões do Vêneto, da Lombardia, do Trentino-Alto Ádige (Tirol) e do Fríuli-Venécia Júlia. Além dessas regiões e, com menor representatividade, os italianos provinham também das Regiões do Piemonte, da Emília-Romanha, da Toscana e da Ligúria (2009, p. 23).

A Figura 1, a seguir, traz ilustrado o mapa que mostra as regiões de proveniência dos imigrantes italianos:

¹ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=D&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 02 set. 2015.

Figura 1 - Mapa das Regiões mais representadas na emigração para a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul, em escala decrescente.



Fonte: Frosi; Mioranza (2009, p. 33).

Essas não foram as únicas causas da grande leva de imigrantes italianos ao Brasil, já que também as políticas econômicas e financeiras do Governo Italiano, aliadas à miséria dos camponeses, foram decisivas para que isso acontecesse. Fausto (2000, p. 207) afirma que: “A crise na Itália que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas, foi um fator fundamental”. Para Manfroí (1975, p. 52), “O ano de 1888 foi o ano da abolição da escravidão no Brasil, mas, também, o ano da crise econômica italiana, responsável pelo êxodo de milhões de agricultores. O crescimento

da imigração, no Brasil, nos fins do século XIX, foi o resultado dessa crise”. Os imigrantes venderam o pouco que tinham, reuniram os pertences que podiam transportar e partiram rumo ao desconhecido.

Os imigrantes italianos, ao chegarem ao sul do país, defrontaram-se com adversidades e desafios, dentre eles o solo irregular e a vasta floresta virgem. Frosi e Mioranza (2009, p. 49-51) registram que “[...] para a colonização italiana foram destinadas as terras que se encontravam na Encosta Superior da Serra, entre o Rio das Antas e as Colônias² alemãs do baixo Taquari e da bacia do rio Caí.” Referindo-se às terras ocupadas por alemães e italianos, Pesavento (1980, p. 38) sustenta que o imigrante italiano chegou a um contexto em que já se haviam passado 50 anos desde a vinda dos alemães e as melhores terras já se achavam ocupadas. Assim, os italianos receberam lotes pequenos (25ha) na encosta da Serra.

Sobre a divisão da área territorial a ser ocupada pelos imigrantes italianos, Frosi e Mioranza (1975, p. 50) explicitam que “as terras foram divididas em Linhas ou Travessões e estes em lotes coloniais numerados. As divisões eram feitas, em geral, sobre mapas, não respeitando acidentes geográficos, a não ser os de maior relevo, como o rio das Antas e afluentes.” Isso parece ter contribuído para a atual fisionomia da região, na qual não é incomum encontrar ocupadas terras por vezes bastante íngremes, às quais não é qualquer cultura (no sentido de plantação) que se adapta.

No que tange ao aspecto legal, em 19 de setembro de 1850³, a Lei nº 601 estabelece que a terra é uma mercadoria, portanto será tratada como tal, e também define o que são terras devolutas. Em 30 de janeiro de 1854, o Decreto nº 1318⁴ manda executar a Lei nº 601 e determina a forma como as Colônias serão demarcadas e estipula as medidas básicas. Ainda segundo Frosi e Mioranza,

devido ao grande número de imigrantes (trata-se de imigração em massa), as terras aquém do rio das Antas são loteadas e, num espaço de dez anos, totalmente ocupadas.

Na década de 1880, inicia-se o loteamento das terras do além-Antas, criando-se as Colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves. (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 51).

² Cf. Sabatini e Coletti, 1999, p. XXXIII-XXXIV, Colônia escreve-se com inicial maiúscula quando se referir à área territorial utilizada pelo governo para dividi-la em linhas ou travessões, depois, em lotes a serem vendidos aos colonos ou às Colônias fundadas pelo governo. E colônia com inicial minúscula, quando for utilizada no sentido de lote.

³ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁴ Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

Na esteira desse processo histórico, muitas famílias italianas cruzaram o Rio das Antas, embrenharam-se em matas virgens e instalaram-se na região compreendida entre os rios da Prata, das Antas e Carreiro, e ali formaram um pequeno núcleo urbano, denominado mais tarde de Colônia Alfredo Chaves. A formação e a história dessa Colônia interessam diretamente ao presente trabalho.

2.2 COLÔNIA ALFREDO CHAVES

O povoamento das primeiras Colônias italianas no Rio Grande do Sul constituiu-se em um espaço de tempo que pode ser dividido, conforme proposto no estudo de Frosi e Mioranza (2009, p. 69-70), em cinco fases, assim entendidas: a primeira ocorreu entre 1875 e 1884, quando os imigrantes povoaram a Antiga Colônia I – Colônias Nova Milano, Caxias, Dona Isabel e Cond’Eu; a segunda fase é a que vai de 1884 a 1894, realizando-se nela o povoamento da Antiga Colônia II, isto é, as Colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves. De 1892 a 1900, caracteriza-se a terceira fase, com imigração da Itália para a RCI e migração interna para a Colônia de Guaporé e Encantado, chamada de Nova Colônia. A quarta fase é caracterizada pelas migrações internas na Região de Colonização Italiana e pelo expansionismo espontâneo, dando-se no período de 1880 a 1920. Na quinta fase, de 1910 em diante, realizam-se “as migrações internas para o Alto Uruguai e para outros estados da Federação, especialmente Santa Catarina e Paraná” (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 69).

Dessas Colônias derivaram novos núcleos urbanos que, aos poucos, foram desmembrados e deram origem a diversos municípios, dentre eles, o que aqui nos interessa, Cotiporã.

A Colônia Alfredo Chaves foi criada em 1884, quando o local era conhecido como Roça Reúna, mas, antes disso, ela pertencia à Freguesia de São Paulo de Lagoa Vermelha e esta ao município de Santo Antônio da Patrulha. Conforme Farina (1992, p. 21), “Algum tempo depois, fazendeiros de Lagoa Vermelha foram abrindo picadas e penetrando na região da futura Colônia Alfredo Chaves. Tomavam posse de algumas glebas de terra nas matas do rio das Antas, para o cultivo de milho e extração de erva-mate.”

Como a Colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, já estava ocupada, os imigrantes atravessaram o rio das Antas em busca de terras para a agricultura. Com as terras do outro lado do rio sendo povoadas, o Governo providenciou a fundação de mais uma Colônia. Como destaca Farina (1992, p. 22), “Com recursos do Governo Imperial, em 1884 foi criada a Colônia Alfredo Chaves, sob a direção do Engenheiro Dr. Júlio da Silva Oliveira,

que [...] iniciou a demarcação das terras e providenciou o estabelecimento dos primeiros imigrantes.”

O texto, a seguir, retirado do *Livro do Tombo do Curato de São Luiz de Gonzaga de Alfredo Chaves*, apresenta uma descrição alusiva à fundação dessa Colônia:

I-Fundação da Colonia e do Município de Alfredo Chaves.

Em dias do anno de 1884 fundou-se a Ex-colonia de Alfredo Chaves, vindo installar-se no logar denominado – Roça Reuna, sita na região comprehendida entre os Rios do Prata; das Antas; Carreiro. A comissão discriminadora era dirigida pelo hábil engenheiro Dr. Julio da Silva Oliveira, cujo nome gravado em letras doiradas em uma lousa de mármore collocada no gradil do côro da Igreja Matriz, por elle edificada em 1887, perpetua-se e atesta às gerações vindouras sua benefica passagem na suprema direcção d’esta ex-colonia. Este illustre engenheiro demarcou a sede, procedendo a abertura de algumas ruas, nivelou a praça, onde mandou edificar a Igreja e o Escriptorio da commissão de terras.

Em 1886 chegaram as primeiras famílias italianas, a quem a extrema irregularidade do solo e a vasta floresta virgem que se lhes deparou, tudo tão diffente de seu paiz nativo, do qual a saudade intimamente lhes faltava ainda, não conseguiram assombrar-as; empregaram desde logo e resolutamente a sua profícua actividade contribuindo poderosamente para o desenvolvimento da novel colonia, que maior incremento tomou com o aumento da emigração dos annos de 1889 e 1893.

Em 05 de março de 1898, a Colonia, por decreto d’esta data, desmembrou-se da Lagõa Vermelha da qual até então fazia parte como 3º distrito, e constitui se município. [sic] (*LIVRO DO TOMBO DO CURATO DE SÃO LUIZ DE GONZAGA DE ALFREDO CHAVES*. Veranópolis, 25 de abril de 1915).

A Colônia Alfredo Chaves desenvolveu-se rapidamente, pois, já “em 1890, apenas seis anos após o início de sua colonização, possuía uma grande e bela igreja, muitos prédios de alvenaria, pequenos hotéis, fábricas de cerveja, artefatos de vime, linho, palha, etc.”, explica Costa (1998, p. 66).

Assim, somando-se a difícil comunicação entre Alfredo Chaves e sua sede ao fato de a Colônia apresentar grande número de habitantes⁵ e estar em franco desenvolvimento, sua emancipação foi inevitável.

A primeira emancipação, ocorrida em 31 de maio de 1892, pelo Ato nº 205-A, foi, todavia, anulada um mês depois pelo Ato nº 232, de 05 de julho. Quanto aos motivos para tal anulação, Costa (1998, p. 66) argumenta que “o ato que criou o município só foi publicado nove dias depois de ser assinado, o que não costumava ocorrer, embora fosse um período de governo provisório. Isso permite supor que a decisão de emancipar a Colônia enfrentava algumas resistências.” Mas, seis anos depois, em 15 de janeiro de 1898, o Presidente Júlio de

⁵ A Colônia possuía mais de 15.000 habitantes em 1892, conforme Decreto que emancipou Alfredo Chaves pela primeira vez. (COSTA, 1998, p. 66).

Castilhos⁶, através do Decreto 124-B, emancipou definitivamente a freguesia de Alfredo Chaves.

Com o tempo, o município recém-criado desenvolveu-se e mostrou-se bastante próspero. No entanto, em 1941, o Decreto-Lei nº 3599, de 06 de setembro, “deliberou, eliminar, em todo o país, o nome de cidades e vilas em duplicata. A mais antiga permaneceria com o nome, a outra deveria trocar.” (FARINA, 1992, p. 51). Alfredo Chaves era uma dessas cidades. Com efeito, “como já existia outra cidade mais antiga no estado do Espírito Santo, o Conselho Nacional de Geografia exigiu que o nome fosse trocado.” (PIMENTEL, 1987, p. X). Não sendo possível a manutenção do nome, a prioridade era, então, substituí-lo, e iniciou-se o processo de mudança. Escolher um novo nome não foi tarefa fácil, e, de acordo com Farina (1992, p. 151), “em 1943 de forma nada democrática, o prefeito de então, Rogério Galeazzi, que também presidia o Diretório Municipal de Geografia, indicou o nome “TAPIR” que, em língua tupi-guarani, significa ‘anta’, uma referência ao Rio das Antas.”

Esse nome, que não agradou à população, deu início a um movimento liderado pelos pequenos e médios empresários da indústria e do comércio, com o objetivo de que o nome Tapir não prevalecesse. Farina (1992, p. 151) registra que “vários nomes bem sugestivos frequentemente eram lembrados nos mais variados meios. Mansueto Dal Pai criara, inclusive, o então neologismo VERANÓPOLIS, significando ‘cidade veraneio’.” Esse nome foi encaminhado a Mansueto Bernardi, intelectual e político influente, residente em Porto Alegre, que interveio junto ao Conselho Regional de Geografia informando a mobilização da população em torno do novo nome. (FARINA, 1992, p. 151). A partir disso, Farina explica que

a Associação Comercial e Industrial [...] promoveu amplo debate em concorridas reuniões até chegarem ao consenso: VERANÓPOLIS, por ser, conforme consta numa das atas, “muito mais significativo, tendo em vista a ótima situação climática e especial para veraneio, bem como o fato de não existir no País nome semelhante que possa dar origem a confusão”. A escolha foi comunicada ao Prefeito e ao Diretório Regional de Geografia. E para exercer maior pressão, a Associação Comercial e Industrial enviou telegramas para Ernesto Dornelles, Interventor do Estado, ao Dr. Alberto Pasqualini, então Secretário do Interior, e do Comandante da 3ª Região Militar. (FARINA, 1992, p. 153).

⁶ Júlio de Castilhos foi eleito pela Assembleia Estadual, em 1891, o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul após a proclamação da República, e redigiu o projeto da Constituição Gaúcha (1891), baseada nos princípios positivistas, e que foi promulgada nesse mesmo ano. Júlio de Castilhos exerceu o cargo de Presidente até 24 de janeiro de 1898. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biograafias/JuliCas.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

Todas essas ações fizeram com que, em 29 de dezembro de 1944, o Governo do Estado homologasse a alteração do nome da cidade de Alfredo Chaves, que, a partir daí, passou a se denominar Veranópolis.

Concomitantemente a todos esses acontecimentos históricos, novos núcleos urbanos formavam-se dentro das terras que pertenciam ao município e, conforme desenvolviam-se e o contingente humano aumentava, foram emancipando-se da cidade-mãe. Foi o que ocorreu com Monte Vêneto, a respeito do qual são tecidas algumas considerações.

2.3 MONTE VÊNETO

O nome Monte Vêneto, dado ao terceiro distrito de Alfredo Chaves, representa uma homenagem prestada à localidade, devido ao nome da Região do Vêneto na Itália, de onde a maioria dos imigrantes, aí estabelecidos, era procedente. De fato, segundo Costa (1998, p. 135), por volta de 1885, as primeiras famílias de imigrantes italianos penetraram as matas anteriormente habitadas pelo povo kaingange, e estabeleceram-se nas Colônias da Primeira Linha, atualmente denominada Linha Frei Caneca. Depois, outros imigrantes tomaram posse na Segunda Linha, Linha Independência, formando, assim, um pequeno núcleo urbano. Surge, então, em 1888, um povoado na Segunda Linha, denominado Monte Vêneto, que pertencia à Colônia Alfredo Chaves. Desse modo, “a forte corrente imigratória que em pouco tempo colonizou Alfredo Chaves atingia, já em 1888, a II Seção, III Série, ou seja, Monte Vêneto, povoado sobretudo por elementos de Treviso, de Vicenza e de Bérgamo.” (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 285).

Os imigrantes poloneses, por sua vez, conforme Farina (1992, p. 28), “chegaram arrasados psicologicamente por terem deixado para trás uma Pátria subjugada pela Prússia, Rússia e Áustria. Os poloneses, oriundos da região dominada pela Prússia, vieram para o Rio Grande do Sul na mesma época em que vieram os italianos”. Farina (1992, p. 28) ainda ressalta que “a grande maioria estabeleceu-se na colônia de Santa Tereza, que se limitava ao norte, com a Oitava Seção da Colônia Alfredo Chaves.”

Segue, então, a relação dos primeiros proprietários das terras da Linha Independência (Quadro 1), atual cidade de Cotiporã, com as datas aproximadas da vinda dessas famílias, conforme dados constantes em Farina (1992).

Quadro 1 - Primeiros proprietários dos lotes coloniais da Linha Independência

Imigrantes	Ano da concessão dos lotes coloniais	Imigrantes	Ano da concessão dos lotes coloniais
Marcon, Giovanni	1887	Taffarel, Tiziano	1888
Marcon, Angelo	1887	Taffarel, Antonio	1888
Marcon, Giacomo	1887	Taffarel, Marco	1888
Salvador, Giuseppe	1887	Picinatto, Giovanni	1888
Pertusatto, Giuseppe	1887	Toniol, Andrea	1888
Saretta, Francesco	1887	Capucini, Teodato	1888
Dalla Pasqua, Dome	1887	Bergamin, Isidoro	1888
Salette, Domenico	1888	Saletti, Giovanni	1889
Paolin, Giovanni: Ceda, Giovanni	1888	Tres, Francesco	1889
Scarton, Maria	1888	Turella, Claudio	1889
Deola, Giovanni	1888	Dalla Pasqua, Rosa	1889
Scarton, Raffaele	1888	Saretta, Massimiliano	1889
Casanova, Antonio	1888	Zanetti, Giovanni	1889
Solegania, Madalena	1888	Marcon, Francesco	1891
Czaaz, Giovanni	1888	Marcon, Antonio	1891
Vannini, Giovanni	1888	Vicenzi, Andrea	1891
Pertusati, Pietro	1888	Vicenzi, Pietro	1891
?, Antonio [sic]	1888	Cortese, ...? [sic]	1891
Dalla Pasqua, Giuseppe	1888	Vicenzi, Andrea	1891
Taffarel, Giovanni	1888	Sbardella, Enrico	1891
Pagnon Vincenzo, h.o.	1888	Scarton, Giovanni	1891
Dorigon, Paolo	1888	Scarton, Bernardo	1891
Franette, Giovanni	1888	Sbardella, Vittore	1891
De Marco, Francesco	1888	Dal Piva, Giovanni	1893
Polese, Domenico	1888	De Marco, Giovanni	1893
Zaccaria, Marco	1888	De Marco, Antonio	1893
Taffarel, Davide	1888	De Marco, Francesco	1893
?, Osvaldo [sic]	1888	Perin, Giacomo	1893
Bergamin, Antonio	1888	Perin, Antonio	1893
Bergamin, Santo	1888		

Fonte: Farina (1992, p. 52-53).

Farina (1992, p. 80) informa que, em conformidade com dados do Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entraram no estado, no ano de 1886, cerca de 2.500 imigrantes italianos, a maior parte destinada à Colônia Alfredo Chaves.

Em 15 de outubro de 1911, foi feito o recenseamento federal do município de Alfredo Chaves, que contava com 25.053 habitantes distribuídos nos seus cinco distritos. O Terceiro Distrito, chamado de Monte Vêneto, contava com 3.278 habitantes, cujas nacionalidades dividiam-se, de acordo com Farina (1992, p. 80), em “2.457 brasileiros, 798

italianos, 20 alemães, 322 polacos, 8 austríacos e 1 belga.” No entanto, no que concerne ao início do povoamento desse distrito, Costa (1998, p. 135, grifos do autor) confere primazia ao imigrante italiano, ao assegurar que: “A formação inicial do nosso povo, [sic] deveu-se aos imigrantes *italianos* na sua maioria, mas também recebeu importante contribuição de 30 famílias *polonesas*, algumas *alemãs*, e de elemento *negro*.”

O Distrito de Monte Vêneto, criado pelo Ato Municipal de 18 de outubro de 1899, e anexado ao município de Alfredo Chaves, cresceu rapidamente, e as mudanças que nele ocorreram foram registradas por diferentes autores. Farina (1992, p. 232) anota no verbete Monte Vêneto: “Monte Vêneto, distrito, povoado e curato no município de Alfredo Chaves. Foi criado sob o orago de Nossa Senhora da Saúde, em 22 de setembro de 1892.” Costa (1998 p. 135, grifo do autor), por sua vez, destaca que, “em dezembro de 1892, foi criada a *Freguesia de Monte Vêneto*.” Já o *Livro do Tombo* na cidade de Veranópolis assinala que, em 1893, foi criado o “Curato de Nossa Senhora da Saúde”, como se pode constatar no trecho a seguir:

IV. Criação dos Curatos de Capoeiras e de Monte Vêneto. (1893).

No anno de 1893 desmembraram-se do vastíssimo território da Colônia dois novos Curatos: ao Norte, o de S. João Baptista do Herval ou Capoeiras, cujo primeiro Cura foi o Padre Josué Bardin, e ao Oeste o de N^a S^a da Saude de Monte Veneto, entregue, em primeiro logar ao Padre Fortunato Odorizzi; presbytero secular da diocese de Trento, ex-vigário de S. Angelo e do Rosario. (*LIVRO DO TOMBO DO CURATO DE SÃO LUIZ DE GONZAGA DE ALFREDO CHAVES*).

Como o Distrito estava progredindo, tornou-se imprescindível que ele tivesse um nome, cuja escolha ocorreu da seguinte forma:

Denominações da localidade da II Seção, 3ª Série de Alfredo Chaves. A 2-08-1896 escolhido por sorteio, o nome com que se devia chamar esta nova jurisdição. Os nomes colocados em extração pública foram: Nuova Roma, com 34 votos; Vitória, com 4 votos; Belvedere, com 1voto; Monte Bello, com 15 votos. Era o 10º domingo de Pentecostes. O nome sorteado foi o de *Nuova Roma*, nome que foi rejeitado pela maioria do povo como enfático e vilipendioso ao antigo. Não tendo sido preparada a população para esta votação, aconteceram muitos inconvenientes.

No domingo 11º depois de Pentecostes, 9-8-1896, foi avisado novamente o povo de reunir-se na próxima festa da Assunção para renovar a votação pública, que teve lugar no 13º domingo depois de Pentecostes, dia 23-8-1896. Foram votados os seguintes nomes, com respectivo número de votos: Monte Bello, 28 votos; Monte della Salute, 21; Monte Nero, 1; Monte Bérico, 3; Monte Baldo, 1; Monte Terribile, 1; Monte Magro, 1; Monte Ulivo, 1; Monticelli, 1; Nuova Údine, 39; Floriela, 1; Nuovo Sacile, 1; Madonna della Salute, 5; Albino, 8; Roma, 1; Campo Molino, 1; Nuova Roma, 1; Orsago, 1; Daniele Marin, 1.

A pluralidade dos votos incidiu sobre o nome Monte que obteve 58 votos, não tomando em conta as particularidades do apelativo; proposta essa votação e anunciado ao povo que não havia necessidade de nova votação para evitar inconvenientes mais sérios, comunicou-se que esta localidade chamar-se-ia *La*

Vergine della Salute Del Monte Veneto. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 277).

No entanto, em 30 de junho de 1939, o Decreto estadual nº 7.842 altera o nome do distrito para Cotiporã. (COSTA, 1998, p. 286). Isso ocorreu durante o Estado Novo, quando o presidente do Brasil era Getúlio Vargas. O então presidente implantou a Campanha de Nacionalização que tinha, entre outros objetivos, diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar a integração desses imigrantes com a população brasileira. Gertz salienta que:

Ideologias nacionalistas difundidas no Brasil desde no mínimo o início da República, que ganharam força na década de vinte e que se impuseram com o Estado Novo a partir de 1937, consideravam que uma rígida campanha de ‘nacionalização’ garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural-religiosa no Brasil e que a partir deste momento o quadro brasileiro estava definido. (GERTZ, 1991, p. 7).

Dentre as leis aprovadas no período, merece destaque o Decreto-lei nº 383, de 1938, que fez sérias restrições aos estrangeiros. No seu artigo primeiro, proíbe qualquer atividade política, bem como a interferência nos negócios públicos do país. No artigo segundo, inciso 1, fica vedado:

1- Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção. (DECRETO-LEI Nº 383, de 18 de abril de 1938)⁷.

Com essas medidas, o governo de Getúlio Vargas acaba afetando tanto os nomes das sociedades, clubes, companhias, fundações que tivessem a sua origem ligada aos imigrantes estrangeiros, como os nomes das ruas e das cidades: “Na RCI, muitos municípios e distritos tiveram seus nomes italianos substituídos por denominações brasileiras.” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 65).

Foi nesse contexto histórico que o município perdeu o seu nome com referência italiana (mal vista na época) e passou a chamar-se Cotiporã, nome de origem tupi cujo significado, segundo Costa (1998, p. 135), é depreendido da seguinte forma: “*Coti*, que [...]

⁷ Decreto-lei nº 383: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

significa canto, lado, aposento e *Porã* que significa bonito. Portanto, Cotiporã significa lugar bonito, região bonita, ou moradia bonita.” Apesar de ser esse o significado em língua indígena, ele deixou de ser expresso na língua do grupo étnico que fundou e desenvolveu a localidade.

No dia 10 de dezembro de 1955, dezesseis anos após a assinatura desse decreto, a Lei Municipal nº 260 restabelece o nome de Monte Vêneto para o distrito de Cotiporã. Porém, no ano seguinte, no dia 09 de dezembro, a Lei Municipal nº 305 revoga a Lei nº 260. Talvez, a tentativa de restabelecer o nome Monte Vêneto para o distrito se deva ao enfraquecimento das políticas nacionalistas instituídas por Vargas, medidas essas que somente foram abandonadas em 1986. Assim, muitas cidades permanecem até hoje com o nome herdado da Campanha de Nacionalização.

Cotiporã é elevada à categoria de município em 12 de maio de 1982, pelo Decreto Lei nº 7.652, e desmembra-se de Veranópolis. Devido ao rápido desenvolvimento do novo município, em 20 de agosto de 1984, a Lei Municipal nº 059 cria o Distrito de Lajeado Bonito⁸, o qual é anexado ao município de Cotiporã.

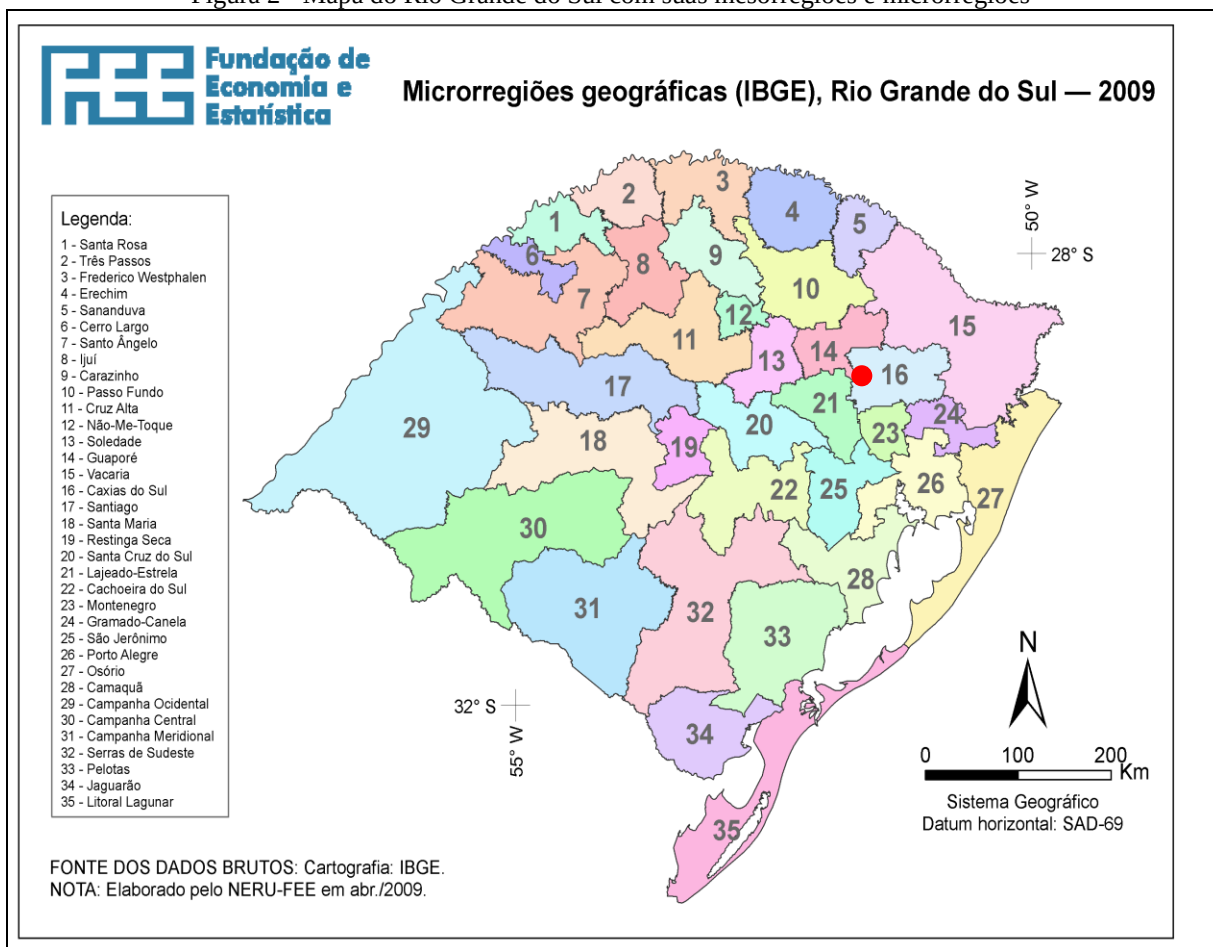
2.3.1 Aspectos geográficos de Cotiporã

O município de Cotiporã localiza-se na Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com área de 172,38 km², altitude de 800 metros acima do nível do mar, na região Serrana, com clima subtropical e ameno. Cotiporã fica a 155 km da capital do Estado, Porto Alegre. Conforme Censo de 2010⁹, esta cidade possui 3.917 habitantes, dos quais 2.048 habitam a zona rural, ao passo que 1.869 vivem na zona rural. A localização do município de Cotiporã no estado do Rio Grande do Sul está na microrregião de Caxias do Sul, conforme ilustrado na Figura 2, a seguir:

⁸ Lei nº 059/1984: cria o Distrito Fazenda Lajeado Bonito, ex-Fazenda Zanette, que hoje é conhecido como Lajeado Bonito.

⁹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=_ES&codmun=430595&search=rio-grande-dosul|cotipora|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em: 24 set. 2015.

Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com suas mesorregiões e microrregiões

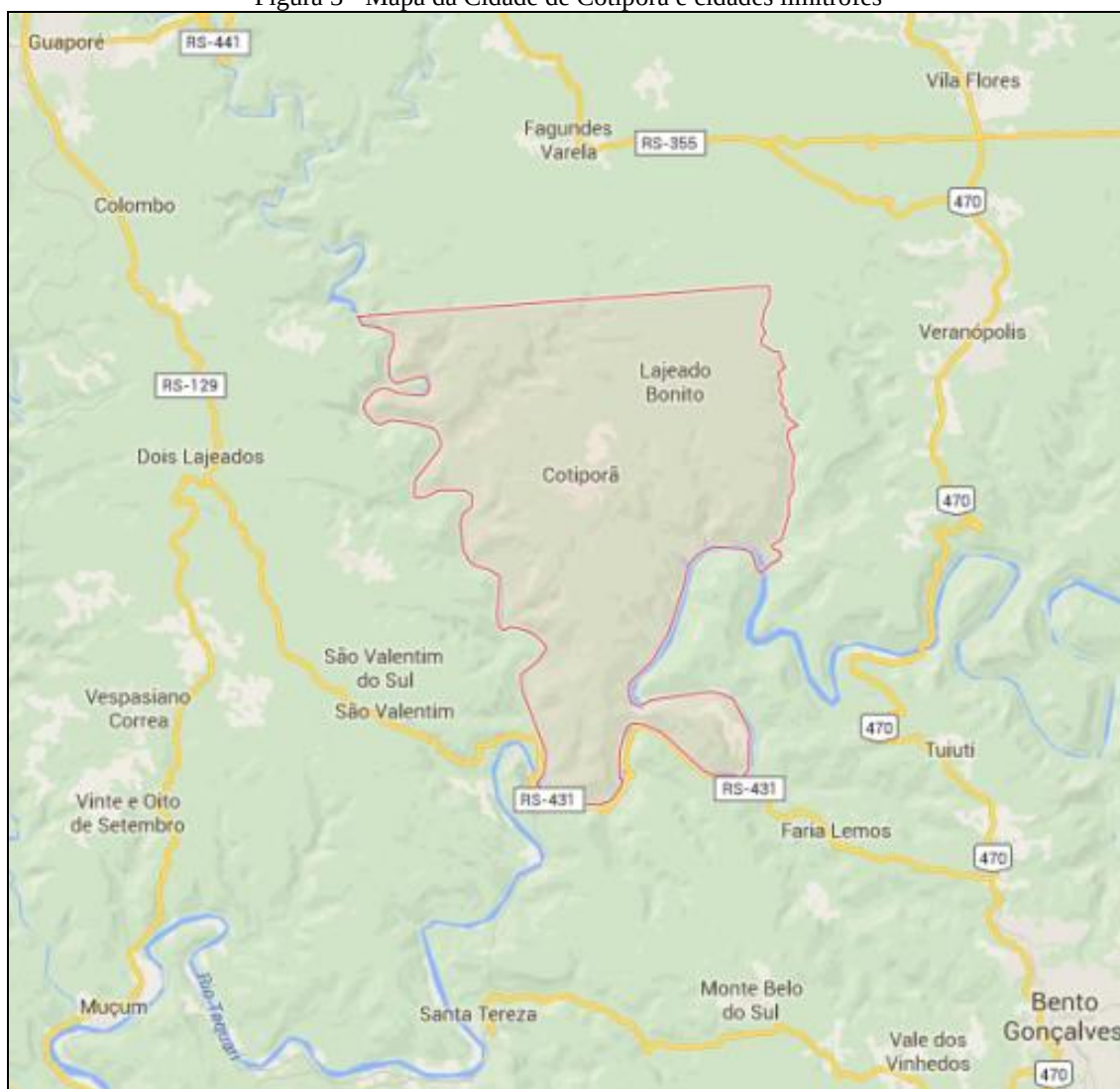


Fonte: Mapa das Microrregiões do Rio Grande do Sul¹⁰.

O município de Cotiporã limita-se a Norte com Fagundes Varela; a Sul, com Bento Gonçalves e Santa Tereza; a Leste, com Veranópolis e Bento Gonçalves; a Oeste, com Dois Lajeados, São Valentin e Guaporé, como se pode observar na Figura 3, a seguir:

¹⁰ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/mapas/mapa-das-microrregioes-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Figura 3 - Mapa da Cidade de Cotiporã e cidades limítrofes



Fonte: Google Maps (2015)¹¹.

Hoje, grande parte da população do município de Cotiporã é descendente de italianos, e as relações com a cultura desse povo podem ser observadas tanto nas festas locais, a exemplo da *Festa in Vêneto*¹², como nos nomes que denominam os logradouros, pois, em sua maioria, homenageiam tanto os primeiros imigrantes, fundadores do município, quanto antigos moradores que contribuíram para o desenvolvimento da região.

¹¹ Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3,+RS/@-29.0015535,-51.6451066,11z/data=!4m2!3m1!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

¹² A *Festa in Vêneto* ocorre a cada dois anos no mês de maio. É um evento que reúne gastronomia, indústria, comércio, agroindústria e atividades culturais.

3 TOPONÍMIA: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR

Neste capítulo são apresentados, primeiramente, alguns estudos desenvolvidos na área da toponímia no Brasil e, a seguir, trabalhos referentes à Toponímia da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, vinculados ao projeto TOPRCI¹³, da Universidade de Caxias do Sul.

São trazidas, ainda, algumas noções sobre as Ciências do Léxico, cujo foco está na onomástica, na toponímia e na hodotoponímia, uma subdivisão da toponímia, que é o cerne do nosso trabalho.

Pretende-se, assim, resgatar alguns estudos toponímicos que foram ou estão sendo realizados, além de serem abarcados conceitos, definições, classificações de estudiosos nessa área, a fim de compreender a toponímia como elemento revelador de costumes, da história social, econômica e política da cidade de Cotiporã.

3.1 A TOPONÍMIA NO BRASIL

A toponímia, como área de estudo que investiga o léxico toponímico, é recente no Brasil, tornando-se conhecida devido às pesquisas de perspectiva etimológica acerca da língua tupi desenvolvidas por Theodoro Sampaio, Padre Lemos Barbosa e seus seguidores, no início do século XX. Levy Cardoso desenvolveu o estudo da toponímia amazônica, em sua obra *Toponímia brasílica*, na qual faz estudos etimológicos sobre topônimos brasileiros da Amazônia. Em seguida, na Universidade de São Paulo, o professor Carlos Drumond, em 1944, apresenta, em sua tese, considerações referentes à frequência da partícula *tyb* na toponímia brasileira. Esse estudo deu origem, no mesmo ano, ao livro *Notas Gerais sobre a ocorrência da partícula tyb, do Tupi-Guarani* e, em 1965, o estudioso publica *Contribuição do Bororô à toponímia brasileira*. Em 1967, o professor Plínio Ayrosa Galvão edita *Estudos Tupinológicos*, enfocando os significados dos nomes do tupinambá antigo. (ANDRADE, 2010, p. 104-105).

O professor Carlos Drumond incentivou a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, também da Universidade de São Paulo, a continuar esse trabalho. Os estudos de Dick culminaram nas obras *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, em 1980, e, em 1990, nas obras *A motivação toponímica e a realidade*

¹³ Toponímia da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul.

brasileira e Toponímia e antroponímia no Brasil, que têm servido como base de estudos para os atuais pesquisadores da área, pois são considerados textos norteadores dos estudos toponímicos no Brasil. (ANDRADE, 2010, p. 105).

É importante, também, a referência aos seguintes projetos: Projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), USP, coordenados por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick; Projeto ATITO (Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins) e Projeto ATT (Atlas Toponímico do Tocantins), coordenados por Karylleila dos Santos Andrade; Projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais), sob a coordenação de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, UFMG; Projeto ATEMT (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso) coordenado por Maria Aparecida de Carvalho, UFMT; Projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul), coordenado por Maria Aparecida de Carvalho, UFMS, UEL; Projeto ATAQB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira), UFAC e o Projeto ATEC (Atlas Toponímico do Estado do Ceará), sob a coordenação de Alexandre Melo de Souza; e o Projeto ATEPAR (Atlas Toponímico do Estado do Paraná), coordenado por Vanderli de Andrade Aguilera. (MISTURINI, 2014).

Cabe ressaltar que outros estudos nessa área foram e estão sendo realizados. No Banco de Teses e Dissertações da Capes, por exemplo, estão disponibilizados diversos trabalhos na área da toponímia.

Especificamente na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI), estudos na área da toponímia iniciaram em 2007, com o Projeto Toponímia, coordenado pela professora Vitalina Maria Frosi. Muitos trabalhos com essa temática já foram apresentados e publicados por pesquisadores e bolsistas. (MISTURINI, 2014).

Dentre os estudos realizados por Frosi nessa área, destacamos o estudo hodonímico da cidade de Caxias do Sul, no qual foram analisados 3.611 logradouros. A partir da análise dos dados, Frosi (2010, p. 50) afirma que

dentre os elementos mais importantes que assinalam as denominações aí ocorridas, destacam-se as forças políticas, os fatos históricos, a cultura dos dois grupos étnicos, o de origem italiana e o de origem luso-brasileira, suas ideologias e crenças, suas tradições e valores.

A estudiosa também ressalta que, do total de hodônimos, 61,78% são de origem italiana e, desse montante, 8,69% homenageiam mulheres de origem italiana, 51,9% homenageiam o gênero masculino e 1,19% referem-se a outros nomes italianos (animais,

acidentes geográficos, coisas, etc.). Já os hodônimos representados por nomes não italianos correspondem a 38,22% e, desse total, 3,85% referem-se às mulheres e 23,57% são constituídos por nomes masculinos, enquanto 10,8% são representados por outros nomes não italianos (animais, acidentes geográficos, coisas, etc.). (FROSI, 2010).

Para Frosi,

Nas categorias de gênero masculino e feminino, a representatividade numérica dos hodônimos dos dois grupos étnicos estudados denuncia a desigualdade de condições sociais entre homens e mulheres. Mesmo em se tratando de hodônimos, o gênero masculino é premiado em detrimento do feminino. (FROSI, 2010, p. 71).

Na Universidade de Caxias do Sul, por sua vez, foram apresentados os seguintes estudos: em 2011, *A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*, de Manuela Damiani Poletti da Silva, e *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*, de Tríssia Ordovás Sartori; em 2012, *Estudo Toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha – RS*, de Rubens César Baretta, *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*, de Fernanda Bassanesi Cioato; em 2013, *Estudos dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul*, de Aline Pegoraro; em 2015, *A Toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*, de Bruno Misturini e, em 2016, a presente dissertação com estudos em Cotiporã.

Nessa mesma universidade, foi desenvolvido o Projeto Toponímia da Antiga Colônia I – TOPAC 1 –, coordenado pela professora Vitalina Maria Frosi e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS), que fazia parte de um projeto maior, denominado *Toponímia da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul* – TPRCI – que objetivava estudar a toponímia dos municípios dessa região. (FROSI apud MISTURINI, 2014).

Estudos na área da toponímia e da onomástica são realizados em, praticamente, todo o Brasil, uma vez que respondem à necessidade de dar a conhecer fatos, acontecimentos políticos, sociais, históricos relevantes para a história do local investigado, atentando para a cultura e as crenças do povo que habita aquela cidade ou região. Por isso, “não se pode pensar a toponímia desvinculada de outras ciências como história, geografia, antropologia, psicologia [...] Deve ser pensada como um complexo linguístico-cultural: um fato do sistema das línguas humanas.” (ANDRADE, 2010, p. 105-106). Se os topônimos estão diretamente ligados ao léxico de um povo, se a forma como as pessoas empregam sua língua informa como se relacionam com o mundo que as rodeia, faz-se importante a toponímia, esta área de estudos da

lexicologia, ela mesma uma subdivisão das ciências do léxico, como abordado no subcapítulo, a seguir.

3.2 DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO À TOPONÍMIA

As ciências do léxico dividem-se em lexicografia, terminologia e lexicologia. De acordo com Oliveira e Isquierdo (2001, p. 9): “Embora complementares entre si, essas áreas possuem objeto de estudo, metodologia e pressupostos teóricos distintos.” A lexicografia ocupa-se com a elaboração dos dicionários; a terminologia estuda os termos específicos de uma área, como, por exemplo, a terminologia utilizada no direito; e a lexicologia estuda as palavras que compõem uma língua. Isquierdo e Krieger (2004, p. 11) explicam que “a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais [...]; valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropológico, registra e perpetua a cultura.”. Portanto, o léxico de uma língua e a forma como é utilizado carregam, mesmo que não se perceba, indicações sobre como as pessoas categorizam o mundo que as cerca. Por isso, fazer um estudo toponímico é imprescindível para entender as escolhas realizadas pelos habitantes de determinada região e para elucidar aspectos de suas relações sociais.

O objeto de estudo da lexicologia é o léxico, definido por Seabra (2006, p. 1953) como o conjunto de palavras de uma língua responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Dentro da lexicologia, encontramos a onomástica, que analisa os nomes próprios. Bueno, por sua vez, define a onomástica como o “estudo dos nomes próprios, o mesmo que antroponímia, sendo, porém, mais vasta que esta, pois, abrange também a *toponímia*, os nomes de lugares”. O autor informa ainda que a palavra se originou do grego da seguinte forma: “*onomastikè (tekhnè)*, a arte (*tekhnè*) de denominar, de dar nome, *ónoma*, nome.” (BUENO, 1966, p. 2740). Para Guérios (1981, p. 15, grifos do autor), “duas secções formam a onomástica”: a antroponímia e a toponímia. A primeira estuda os nomes próprios e a segunda, os “*nomes de lugares ou geográficos*”, isto é, “nomes de nações, províncias, cidades, sítios, montes, vales, rios, etc.” A antroponímia estuda os nomes das pessoas, buscando resgatar a história contida nos nomes e sobrenomes, enquanto a toponímia se debruça sobre os nomes de lugares, sua origem e evolução. Para Dick (1990a, p. 36) “Toponímia e Onomástica acham-se [...] em uma verdadeira ‘relação de inclusão’, em que aquela será sempre, desta, ‘uma parte de dimensões variáveis’”.

De acordo com Mioranza (2009, p. 27), “no século XIX, procedeu-se à grande distinção entre toponomástica (estudo dos topônimos ou designativos de locais, países, cidades, acidentes geográficos) e a onomástica. Esta restringiu seu campo de estudo aos nomes próprios ou antropônimos”. No entanto, embora haja essa distinção, a toponímia será sempre uma parte da onomástica e, por isso, estão intrinsecamente ligadas, como explica Seabra:

apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da *Onomástica – pessoa e lugar* – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma*, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares. (SEABRA, 2006, p. 1954, grifos da autora).

Assim, tanto para a antroponímia como para a toponímia, o estudo é centrado no nome e sua abordagem vai além de uma simples busca de significados em dicionários etimológicos. É preciso verificar fatos históricos, políticos, sociais e geográficos que possam ter influenciado a decisão de uma denominação ou a constituição de um signo toponímico.

3.3 O SIGNO TOPONÍMICO: MOTIVAÇÃO E OPACIDADE

Ao analisarmos um signo toponímico, percebemos sua ligação, por exemplo, a um fato histórico, a uma cor, a alguém cujo nome não é estranho, por isso, o signo toponímico é arbitrário, porém motivado. Nesse sentido, ele difere do signo linguístico que, de acordo com Saussure (2001 p. 80-82), “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”, portanto, “o laço que une o significante ao significado é arbitrário”. Para ilustrar, o autor afirma que “a ideia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significado; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual”. Para Duranti (2003, p. 5, tradução nossa) os “[...] signos linguísticos, como representações do mundo e conexões com o mundo, nunca são neutros, são constantemente utilizados para a construção de afinidades culturais e diferenciações culturais.”¹⁴ Já para Dick (1990a, p. 22), “se, em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos”. Ainda, segundo a estudiosa,

¹⁴ **Do original:** “[...] linguistic signs as representations of the world and connections to the world are never neutral: they are constantly used for the construction of cultural affinities and cultural differentiations”.

a motivação toponímica pode ser encarada sob dois pontos de vista:

- aquele do *denominador* e das razões que o levaram, dentro de um processo paradigmático de possibilidades, a selecionar uma delas, a que mais respondesse às suas necessidades momentâneas de opção;
- e o da *natureza do produto* dessa escolha, isto é, da substância mesma do topônimo, revelada pelos seus componentes linguísticos. (DICK, 1990a, p. 49, grifos da autora).

Assim, a toponímia é um instrumento importante de investigação linguística e cultural. Dick (1990a, p. 22) salienta que os topônimos são: “Verdadeiros ‘testemunhos históricos’ de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação”.

O signo toponímico é explicitado por Dick da seguinte forma:

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990b, p. 18).

Esses aspectos conferem aos topônimos “perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e irão, realmente, influir na formalização das *taxeonomias* [sic] dos nomes de lugares”, de forma que, além da função de identificar, “guardam, em sua estrutura imanente, uma *significação* precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais.” (DICK, 1990a, p. 39-41, grifos da autora). No entanto, essa opacidade é removida quando se faz um estudo do nome que designa um acidente geográfico – seja ele físico, como uma montanha, seja de natureza humana, como uma rua –, buscando os reais motivos de sua nomeação e o caminho histórico que essa denominação percorreu até o momento presente, dando-lhe transparência.

Em conformidade com Dauzat (1947, p. 1-2), “as sucessivas camadas históricas, sobrepostas, – verdadeiramente análogas às camadas geológicas dos terrenos sedimentares – são bem mais numerosas e mergulham bem mais longe, no passado, do que os nomes de pessoas.” Por isso a importância de revelar o que está escondido nas camadas depositadas em um topônimo pelo tempo. Frosi, Faggion e Dal Corno afirmam que:

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram,

trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer os seus valores. (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008, p. 278).

O signo possui uma estrutura que, de acordo com Dick (1990b, p. 10), está assim composta: “o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores.”

Com base nessa afirmação, o topônimo compreende dois termos ou elementos: o termo (elemento) genérico e o termo (elemento) específico. O primeiro corresponde ao nome do próprio acidente que será nomeado; o segundo corresponde ao termo que identifica o acidente. A autora exemplifica utilizando dois sintagmas toponímicos: rio das Amazonas e Paraúna (rio Negro). No primeiro exemplo, *rio das* é o termo genérico e *Amazonas* é o termo específico, que, nesse caso, estão de forma justaposta; no segundo exemplo, os elementos se apresentam aglutinados, isto é, os dois termos estão juntos formando somente uma palavra. Dick (1990b, p. 10) sustenta que essas diferentes formas, justaposta ou aglutinada, dependem da natureza da língua que inscreve os topônimos.

Quanto à formação dos topônimos, a estudiosa (DICK, 1990b, p. 13-14) afirma que pode ocorrer de três formas:

- a) Elemento específico simples: o topônimo simples é aquele que possui um só formante, que pode vir acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas) ou de terminações como *–landia*, *–polis* e *–burgo*, entre outros. Ex.: Luziania (GO), Brasília (DF), Analândia (SP), Arenópolis (MT);
- b) Elemento específico composto: os topônimos compostos apresentam mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, gerando formações inusitadas, do ponto de vista do conteúdo. Ex.: Maravilhas dos Macacos (MG), Apertado do Morro (BA);
- c) Elemento específico híbrido: os híbridos são os construídos com elementos de diferentes origens. Quanto às formações que mais têm ocorrência no Brasil, Dick (1990b, p. 14) salienta que “a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa”. Ex.: Marabá Paulista (SP), Lajinha do Mutum (MG).

A fim de proceder à análise e à classificação dos topônimos, Dick (2004, p. 130) desenvolveu uma ficha lexicográfico-toponímica. Esta ficha e as explicações concernentes constam na parte deste trabalho reservada à metodologia.

Os dados inseridos na ficha lexicográfico-toponímica, bem como as informações coletadas que constituem o *corpus* desta investigação, foram analisados com base nas taxionomias propostas por Dick, por isso faz-se necessário retomar a classificação dos topônimos proposta pela estudiosa. Embora essas taxes deem conta de grande parte dos topônimos existentes, estudos realizados por Isquerdo (2004, 2009) e Franceschini (1998 apud SOUZA, 2008) também são relevantes e constam nesta pesquisa, pois essas novas classificações tencionam ajudar a resolver todos os casos de nomeação.

3.4 A TAXIONOMIA TOPONÍMICA

Em um estudo toponímico, o objeto denominado, o nomeador e a motivação que determinou a nomeação estão intrinsecamente ligados. Assim, o topônimo derivado pertence a variadas origens e é resultante do meio histórico, geográfico, social e político em que está inserido. Para Dick (1990a, p. 58), em um primeiro momento, o homem é quem escolhe o nome, permitindo averiguação dos motivos da nomeação e, em um segundo momento, é a denominação que determinará o estudo toponímico, porque dentro da tessitura toponomástica há um amálgama intrincado de nomes que deve ser ordenado ou catalogado, não a partir do doador (o homem), mas, sim, do produto gerado.

Para tanto, a classificação dos topônimos proposta por Dick (1990a) consiste, primeiramente, em uma diferenciação entre os topônimos de natureza física e os de natureza antropocultural.

As taxionomias¹⁵ de natureza física são classificadas em:

- a) *Astrotopônimos*: topônimos referentes aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RS);
- b) *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas. Ex.: Lagoa Bonita do Sul (RS);
- c) *Cromotopônimos*: topônimos referentes à escala cromática. Ex.: Hulha Negra (RS);

¹⁵ A classificação apresentada corresponde àquela proposta por Dick (1990); no entanto, os exemplos são acréscimos nossos.

- d) *Dimensiotopônimos*: referentes à dimensão dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, espessura, altura e profundidade. Ex.: Barra Funda (RS);
- e) *Fitotopônimos*: topônimos de índole vegetal. Ex.: Canela (RS);
- f) *Geomorfotopônimos*: relativos às formas topográficas, como elevações, depressões do terreno e formações litorâneas, por exemplo, chapadas, colinas, coxilhas, montanhas, montes, morros, picos, planaltos, planícies, serras, tabuleiros, vales, costa. Ex.: Monte Belo do Sul (RS);
- g) *Hidrotopônimos*: topônimos relativos a acidentes hidrográficos, como água, córrego, rio, ribeirão, braço, foz. Ex.: Rio Grande (RS);
- h) *Litotopônimos*: topônimos relativos aos minerais e à constituição do solo, como areia, barro, lama, pedra, terra. Ex.: Esmeralda (RS);
- i) *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos, como vento, chuva, trovão, neve. Ex.: Chuvisca (RS);
- j) *Morfotopônimos*: topônimos que se referem à forma geométrica. Ex.: Morro Redondo (RS);
- k) *Zootopônimos*: topônimos relativos a animais. Ex.: Capivari do Sul (RS).

As taxionomias de natureza antropocultural¹⁶ são classificadas em:

- a) *Animotopônimos* ou *Nootopônimos*: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual e não pertencentes à cultura física, como vitória, triunfo, saudade, belo, feio, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Ex.: Feliz (RS);
- b) *Antropotopônimos*: topônimos referentes aos nomes próprios individuais, seja em prenomes ou em apelidos de família, combinadamente ou não. Ex.: Bento Gonçalves (RS);
- c) *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex.: Cacique Doble (RS);
- d) *Corotopônimos*: topônimos referentes a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Filadélfia (TO);
- e) *Cronotopônimos*: referentes aos indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha, nos topônimos. Ex.: Novo Hamburgo (RS);

¹⁶ A classificação apresentada corresponde àquela proposta por Dick (1990); no entanto, os exemplos que se referem ao Rio Grande do Sul são acréscimos nossos.

- f) *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Sobradinho (RS);
- g) *Ergotopônimos*: topônimos referentes aos elementos da cultura material. Ex.: Travesseiros (RS);
- h) *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não. Ex.: Xambiotá (TO);
- i) *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Deus Me Livre (BA);
- j) *Hierotopônimos*: topônimos relativos aos nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex.: Sagrada Família. Os hierotopônimos, por sua vez, apresentam duas subdivisões:
 - *Hagiotopônimos*: topônimos relativos aos nomes de santos ou santas do hagiolégio romano, aos membros de ordens religiosas e às funções religiosas. Ex.: Santo Ângelo (RS), Missionário (MG), Padre Vieira (MG);
 - *Mitotopônimos*: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: Tupã (SP);
- k) *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social, a seus membros e às datas comemorativas. Ex.: Áurea (RS);
- l) *Hodotopônimos*: topônimos referentes às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Viadutos (RS);
- m) *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Três Palmeiras (RS);
- n) *Poliotopônimos*: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: Vila Flores (RS);
- o) *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade. Ex.: Engenho Velho (RS);
- p) *Somatopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Pé de Galinha (BA).

As taxionomias toponímicas de Dick foram o ponto de partida para estudiosos dessa área que, com base em sua pesquisa, propuseram outras classificações. Isquierdo (2009, s/p.), na taxie dos *animotopônimos*, propõe dividi-los em dois subgrupos, a fim de especificar a natureza do estado anímico:

- *Animatopônimos eufóricos*: topônimos que marcam uma impressão otimista, agradável. Ex.: “Nova Esperança”;

- *Animatopônimos disfóricos*: topônimos que marcam uma sensação desagradável, perspectivas temerosas. Ex.: “Semitumba”.

Lima (1998 apud AGUILERA, 1999, p. 129-130) encontrou dificuldade em classificar os *hagiotopônimos* na denominação de municípios paranaenses, assim propôs uma diferenciação entre *autênticos* e *aparentes*.

- *Hagiotopônimos autênticos*: são topônimos de inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo. Ex.: Colocação São Mateus;
- *Hagiotopônimos aparentes*: são topônimos, que têm motivação política, advêm da necessidade de homenagear pessoa relacionada aos fundadores ou personagens influentes. Ex.: Rio São Luiz (homenagem a um padre).

Franceschini (1998 apud SOUZA, 2008, p. 36) propõe as seguintes taxes:

- a) *Acronimotopônimos*: topônimos formados por siglas. Ex.: Bairro COHAB (Bento Gonçalves, RS);
- b) *Estamatotopônimos*: topônimos relacionados aos sentidos. Ex.: Vista Alegre (RS);
- c) *Grafematopônimos*: topônimos formados por letras do alfabeto. Ex.: Avenida D;
- d) *Higietopônimos*: topônimos relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem-estar físico. Ex.: Boa Saúde (RN);
- e) *Necrotopônimos*: topônimos relativos ao que é ou está morto, a restos mortais. Ex.: Colocação Cova da Onça.

Dick propõe vinte e sete taxes, onze relacionadas ao ambiente físico e dezesseis aos aspectos culturais e histórico-sociais que circundam o ser humano, enquanto os outros estudiosos acrescentaram nove taxes com o objetivo de dar conta dos topônimos em sua totalidade.

Com efeito, como ocorre na onomástica, na toponímia há subdivisões, sendo uma delas a dos *hodotopônimos*. É precisamente nessa área que se concentra a maior parte de nosso trabalho, haja vista a predominância de *hodotopônimos*, em nosso *corpus* de pesquisa, sobre outras classes de topônimos.

3.5 A HODONÍMIA

A palavra *hodonímia* vem do grego – *hódos*, que significa ‘via, caminho’; e *ónoma*, ‘nome’ (CUNHA, 1982, p. 414 e 561) – e compreende o nome dado às vias, ruas, estradas,

avenidas, às praças, enfim, todas as áreas de circulação de um centro, seja ele urbano ou rural. Para Dick, as ruas são microcosmos, porque:

A rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas. (DICK, 1996, p. 133).

Para Frosi (2010, p. 42), compete à hodonímia “estudar a origem e a evolução dos nomes das vias e dos espaços públicos de circulação das comunidades urbanas, contemplando os vários aspectos interdisciplinares – históricos, sociais, econômicos, étnicos e culturais – que aí se entrecruzam e se envolvem”, para assim compreender e desvelar a história dos nomes. Nessa linha, não se pode esquecer que:

As religiões, as associações, os grupos de poder têm papel marcante na vida das comunidades, nos rumos de seu desenvolvimento, na sua configuração. Não faltam nomes de religiosos, de líderes políticos e militares, de personagens importantes nas placas de ruas e praças de nossa cidade. (FROSI, 2010, p. 63).

Fazer um estudo hodonímico é redescobrir a história do lugar, das pessoas que fundaram a cidade e acompanhar sua trajetória e desenvolvimento socioeconômico. O ato de nomear faz parte do dia a dia do homem e mostra como se relaciona com o meio em que está inserido. Uma rua, avenida, beco não é somente uma via de circulação de uma cidade, é a personificação de algo, como, por exemplo, de um fato histórico relevante, ou de alguém que muito contribuiu para a prosperidade do lugar. De fato, “As ruas testemunham os passos dos que nelas transitam, por elas os homens vão e vêm no ritmo contínuo do viver cotidiano”, assim, “os nomes põem à luz a trama oculta que une o passado e o presente.” (FROSI, 2010, p. 55-57).

Tanto os microcosmos – as ruas, ou seja, os hodônimos – quanto os macrocosmos – os topônimos – estão vinculados à realidade de cada lugar e mostram aspectos sociais, históricos e culturais próprios desse espaço que, embora demarcado pela Geografia, “passa para um segundo plano, para privilegiar variáveis e relações de tipo humano ou social”. (POZENATO, 2003, p. 150).

Após essas breves reflexões, e compreendendo que a toponímia é um recorte do léxico de uma língua, é possível, por intermédio do estudo do signo hodonímico, não só desvelar uma realidade, revelando características próprias de uma região, como flora, solo, relevo, fauna, hidrografia, como também identificar habitantes com sua região, fatos políticos

e históricos, crenças, costumes. Essas informações, mesmo que com o tempo ocorra a opacidade do hodotopônimo, ficam marcadas no nome e podem ser resgatadas, mostrando a riqueza que existe por trás da designação. Carvalinhos ressalta o valor patrimonial do nome dizendo que:

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória. (CARVALHINHOS, 2002/2003, p. 172).

Portanto, ao estudarmos um signo hodonímico ou um signo toponímico, precisamos sempre considerar que há o imbricamento com outras áreas que são fundamentais para o entendimento do processo, pois se mesclam nessa composição, por exemplo, questões fundamentais de identidade, cultura, história, geografia e regionalidade.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, propomo-nos a explicitar o percurso metodológico utilizado na investigação para a obtenção do *corpus* e a análise dos dados, seguindo as orientações propostas por Dick (1990) e por outros estudiosos que nortearam seu trabalho.

Primeiramente, a investigação foi iniciada no município de Veranópolis, cidade-mãe de Cotiporã. Foram sistemáticas as visitas à Prefeitura, à Câmara de Vereadores e à Paróquia da cidade para a obtenção de leis, atos municipais, atas e atos religiosos que contêm a história do município de Cotiporã, bem como para ter acesso às leis municipais que nomearam e delimitaram os logradouros, quando esse município ainda era distrito de Veranópolis. Na prefeitura de Veranópolis, foram levantados e catalogados 24 logradouros e as leis que nomearam o povoado, desde seu surgimento, na Linha Independência, como Monte Vêneto.

Em seguida, a pesquisa continuou na cidade de Cotiporã, onde foram levantados e catalogados mais 19 logradouros, além de outros 13, que ainda estão em processo de nomeação e que, por isso, não fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

Como a cidade continua a crescer e possui somente o bairro Centro, surgiu a necessidade de nomear novos bairros. Por isso, está em trâmite a nomeação dos bairros Zalamea 1 e 2, de um bairro na entrada da cidade e de um outro que ainda está em planejamento. Assim, o *corpus* constitui-se de 45 topônimos: o bairro Centro, o Distrito de Lajeado Bonito e 43 ruas.

Durante a pesquisa, tanto em Veranópolis quanto em Cotiporã, notamos a preocupação dos agentes públicos com os documentos históricos, a ciência da responsabilidade que possuem e, também, a boa vontade em partilhar as informações, facilitando o acesso a todos os setores, pessoas e documentação. Nesse sentido, objetivando compreender melhor a escolha de cada nome, o ex-prefeito Dalmo Scussel, que exerceu dois mandatos como prefeito da cidade, o primeiro de 1989 a 1992 e o segundo de 1997 a 2000, foi consultado em entrevista realizada na Prefeitura de Cotiporã¹⁷.

Em um segundo momento, mas não menos importante, os dados foram inseridos em fichas lexicográfico-toponímicas com base no modelo desenvolvido por Dick (2004), que, de forma detalhada, procura descrever o topônimo, apresentar sua etimologia e taxionomia, como podemos observar, a seguir, no Quadro 2:

¹⁷ Entrevista concedida a Fernanda Elisa Vicentin Bertoletti. Cotiporã, 21 de mar. de 2016.

Quadro 2 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Município:	
Localização:	
Topônimo:	
AH:	Taxionomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Contexto:	
Fonte:	
Pesquisadora:	
Revisora:	
Data da coleta:	

Fonte: Dick (2004).

Para que atendessem melhor aos objetivos delineados neste trabalho, foram feitas algumas modificações na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick, as quais podem ser visualizadas abaixo, no Quadro 3:

Quadro 3 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotado

Município:	
Localização:	
Topônimo:	
AH:	Taxionomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Imagem de mapa	Imagem de satélite:

Fonte: Adaptado de Dick (2004).

Essa ficha pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, com o objetivo de apresentá-lo e classificá-lo. Em seguida, os topônimos foram classificados conforme as taxas que estão explicitadas no capítulo 3 da presente investigação, a fim de proceder à ordenação taxionômica dos topônimos.

As fichas foram organizadas da seguinte maneira: primeiramente, foi analisado o bairro Centro; em seguida, o distrito de Lajeado Bonito e, depois, os logradouros da cidade, que estão em ordem alfabética.

O modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotado neste estudo analisa e apresenta os seguintes dados:

1. **Município:** informa o município onde está situado o topônimo;
2. **Localização:** corresponde à localização geográfica do topônimo dentro da área urbana - entroncamentos, travessas com quem faz divisa;
3. **Topônimo:** é o nome do logradouro;
4. **AH:** refere-se aos acidentes humanos, isto é, aos lugares habitados pelo homem e às construções por ele habitadas. Trata-se do vínculo de natureza semântica que existe entre o nome e o lugar;
5. **Taxionomia:** é a classificação dos topônimos com base na taxionomia elaborada por Dick;
6. **Etimologia:** é o estudo da origem das palavras e trata da explicação de seu significado, por meio da análise dos elementos que as constituem;
7. **Entrada lexical:** elemento linguístico de entrada do topônimo;
8. **Estrutura morfológica:** descrição morfológica do topônimo, segundo sua formação, o qual pode ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido. Também apresentamos uma descrição do topônimo no plano morfológico;
9. **Histórico:** registro histórico encontrado nas leis que denominaram os logradouros;
10. **Informações enciclopédicas:** informações coletadas em outros materiais de apoio, como livros, pesquisa na internet, dicionários e em entrevista com Dalmo Scussel;
11. **Imagem de mapa e imagem de satélite:** apresentação das imagens captadas pelo *Apolo 11* e *Google Maps*.

Para este estudo, a análise realizada foi qualitativa e quantitativa, pois, primeiramente, após a reunião das informações, foi feito o levantamento dos fatos sócio-históricos relacionados à nomeação; depois, analisamos a intenção do ato de nomear cada topônimo, estudando as atas de nomeação, os pré-projetos e as informações fornecidas por Scussel. Em seguida, quantificamos os dados que, para terem visibilidade, estão expostos em forma de gráficos, a fim de facilitar a compreensão da relação entre os atos denominativos e as características históricas e culturais de Cotiporã.

5 LEVANTAMENTO DOS TOPÔNIMOS

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos as quarenta e cinco fichas lexicográfico-toponímicas que compõem o *corpus* desta pesquisa, em conformidade com o modelo estabelecido por Dick (1990). Nessas fichas constam as informações sobre localização do topônimo ou do hodotopônimo, tipo de acidente humano, taxionomia, etimologia, entrada lexical, estrutura morfológica, histórico, informações enciclopédicas, imagem de mapa e de satélite. Em seguida, são apresentadas a análise e a discussão dos resultados, juntamente com a apresentação de gráficos e de quadros, permitindo uma melhor visualização dos dados pesquisados. O município de Cotiporã possui um bairro, um distrito e quarenta e três ruas, de modo que nosso estudo concentra-se em dois topônimos e, mais especificamente, quarenta e três hodotopônimos.

Os topônimos e, conseqüentemente, os hodotopônimos, são analisados em seus vários aspectos, conforme o caráter das informações implicadas em cada um deles e, também, pela interdisciplinaridade inerente ao estudo.

Sobre a questão interdisciplinar da toponímia, Dick (1990a, p. 35-36) assevera que este campo de estudos apresenta-se como “um imenso complexo línguo-cultural em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. Sendo assim, utilizamos como base para análise e classificação, o primeiro elemento formador do topônimo e, nos casos de denominações com mais de um elemento na sua formação, foram feitas considerações conforme cada ocorrência.

5.1.1 O bairro de Cotiporã

O município de Cotiporã possui, atualmente, somente o bairro Centro. Há um movimento para a criação de dois novos bairros, o Zalameña 1 e o Zalameña 2; no entanto, a área que cada um abrangerá ainda está em processo de definição.

Com base nos dados, pode-se inferir que, de fato, apesar do crescimento da cidade, existe apenas o bairro Centro, que, inclusive, não foi criado por nenhuma lei, mas pela forma como a população ocupou as terras do município. As famílias de imigrantes ocuparam a área mais alta e plana e formaram o povoado ao redor da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde. Como não houve crescimento desordenado, e algumas famílias de imigrantes e seus

descendentes permaneceram em suas terras, a ocupação foi lenta, permitindo a acomodação da população sem causar grandes impactos à região.

Conforme os dados obtidos, esse topônimo é classificado como *Cardinotopônimo* e está vinculado à taxionomia de natureza física, proposta por Dick (1990a). Tal taxa refere-se aos nomes de lugares relativos às posições geográficas em geral, informando a localização do topônimo no espaço. Em Cotiporã, só há este topônimo que se encaixa nesta classificação, conforme apresentado no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Centro

Centro	
Município: Cotiporã	
Localização: O bairro Centro inicia, no lado sul, no entroncamento da Rua Bento Gonçalves com a Rua da Fonte; desse ponto, segue em sentido norte pelo alinhamento da rua da Fonte, até encontrar a Avenida Independência; desse ponto, segue em direção leste até o final da Avenida Independência. Em seguida, segue em sentido oeste até encontrar a Rua Dozolina Tonial Dall'Ago; desse ponto, segue em sentido norte até encontrar a Rua André Tonial; daqui, segue em direção oeste até encontrar a Rua Silveira Martins; depois, segue em sentido norte até o final da Rua Silveira Martins, dentro do perímetro urbano. No lado norte, com sentido norte-oeste, o perímetro desse bairro é feito com a Rua Silveira Martins, Rua Veranópolis, Rua Clemente Guindani, Rua Norberto David Paludo e Rua João Bergamin; depois, segue em sentido norte-sul, até encontrar a Avenida Independência. Em seguida, segue o alinhamento da Avenida Independência até se encontrar com a Rua Professora Luiza de Marco Sfredo; depois, segue em sentido oeste-leste pelo alinhamento da Rua José Zanette; deste ponto, segue sentido norte-sul pelo alinhamento da Rua João Zardo até encontrar a Rua Adolfo Scussel; no término desta rua, encontra a Rua Primeiro de Maio e segue em direção norte, até encontrar a Rua Augusto Mânica; desse ponto, segue em direção leste até encontrar a Rua Bento Gonçalves; depois, segue rumo norte-sul pelo alinhamento da Rua Bento Gonçalves até encontrar a Capela Nossa Senhora do Rosário, fechando o perímetro deste bairro.	
Topônimo: Centro	
AH: Bairro	Taxionomia: Cardinotopônimo
Etimologia: Centro: “‘ponto para onde convergem as coisas’. Do latim <i>centrum</i> –i, derivado do grego <i>kéntron</i> .” (CUNHA, 1982, p. 172).	
Entrada lexical: Centro	
Estrutura morfológica: elemento simples. Radical <i>centr</i> – + vogal temática –o. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 1081).	
Histórico: O bairro Centro não possui Lei Municipal de nomeação.	
Informações enciclopédicas: Conforme Cortelazzo e Zolli (1984, p. 224, tradução nossa), a palavra tem vários significados, dentre eles o de “parte mais animada de uma cidade”.	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z. Acesso em: 28 fev. 2016.	 Disponível em: http://www.apolo11.com/satmap_2_cidades.php. Acesso em: 28 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.2 O distrito de Cotiporã: Lajeado Bonito

Lajeado Bonito é distrito do município de Cotiporã desde 1984, mas sua grafia sofreu alteração, pois, na lei de criação do distrito, a palavra *Lageado* está grafada com “g”, muito embora a forma com “j” venha sendo utilizada há muito tempo. A troca de “j” para “g” em algumas palavras é comum na Língua Portuguesa porque esses dois grafemas representam o mesmo som.

Conforme os dados obtidos, esse topônimo é classificado como *Litotopônimo* e está vinculado à taxionomia de natureza física, proposta por Dick (1990a). Essa taxa refere-se aos nomes relativos aos minerais e à constituição do solo, como areia, barro, lama, pedra, terra.

Em Cotiporã, só há um topônimo que se encaixa nessa classificação. Nota-se que este topônimo se refere a algo concreto, de acordo com a informação contida no Quadro 5, por isso optamos por tal classificação. Mas é importante ressaltar que o segundo elemento desse topônimo o enquadraria como um animotopônimo, já que faz referência à vida psíquica. Como não há uma taxa que dê conta dessas duas informações, optamos por classificá-lo como litotopônimo:

Quadro 5 - Lajeado Bonito

Lajeado Bonito
Município: Cotiporã
Localização: O distrito está localizado a nordeste da cidade de Cotiporã. O perímetro do distrito é demarcado por quatro ruas: Rua Pelegrino Tilton, Rua Ângelo Girardi, Rua Soldado Serafin Frizon e Rua Professor Alceu Luiz Zechin. Inicia no entroncamento da RS 359 com a

Rua Pelegrino Titton e tem seu término ao encontrar a Estrada Geral Santa Bárbara.	
Topônimo: Lajeado Bonito	
AH: Distrito	Taxionomia: Litotopônimo
Etimologia: Lajeado: “Revestido de lajas, lajes, lájeas. Lugar onde há muitas destas pedras lisas e planas.” (BUENO, 1964, p. 2080). Bonito: “Belo, formoso. É um derivado do latim <i>bonus</i> (‘bom’, com o significado de ‘belo’) com sufixo <i>-ito</i> .” (BUENO, 1964, p. 533).	
Entrada lexical: Lajeado	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>lájea</i> – + sufixo derivacional <i>–ado</i> . (BUENO, 1964, p. 2080). Lexema 2: radical <i>bom</i> – + sufixo derivacional <i>–ito</i> . (BUENO, 1964, p. 533).	
Histórico: Distrito denominado pela Lei Municipal nº 59, de 20 de agosto de 1984. O Distrito de Lajeado Bonito foi denominado pela lei como <i>Lageado</i> , porém, a forma <i>Lajeado</i> é a utilizada. Foi criado por possuir características urbanas, como comércio, indústrias; por possuir estradas, facilitando a locomoção até esta localidade; por estar localizado na antiga Fazenda Zanette, atual Comunidade de Nossa Senhora das Graças, e porque muitos municípios brasileiros possuem um ou mais distritos, facilitando seu desenvolvimento. (Projeto de Lei nº 059, de 31 de julho de 1984).	
Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), o nome deve-se à existência de um lajeado bonito junto ao arroio.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 22 fev. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.3 Os hodônimos de Cotiporã

Levando em conta que a hodonímia não é um campo independente da toponímia, por ser uma subdivisão dessa área, da mesma forma que a toponímia está vinculada à antroponímia e à onomástica, passamos à análise dos logradouros do município de Cotiporã.

Atualmente, na Prefeitura Municipal de Cotiporã, há o registro de 56 ruas; no entanto, 13 delas não possuem denominação, por isso, nosso *corpus* é composto por 43 hodônimos, sendo que 42 foram criados a partir de nove leis que acompanharam o desenvolvimento do município, ao passo que um deles ainda não possui lei de nomeação. Os quadros a seguir apresentam, primeiramente, os nomes dos logradouros estudados (Quadro 6) e, na sequência, as datas em que foram nomeados (Quadro 7):

Quadro 6 - Hodônimos de Cotiporã

Hodônimos de Cotiporã			
1	Adolfo Scussel	23	José Della Pasqua
2	Alberto Aníbal Fellini	24	José Zanette
3	André Argenta	25	Marcílio Dias
4	André Tonial	26	Marcos Gaspar de Souza
5	Ângelo Girardi	27	Martinho Bergamin
6	Ângelo Paganin	28	Natal Turcatel
7	Augusto Mânica	29	Norberto David Paludo
8	Bento Gonçalves	30	Padre Eugênio Mediqueschi
9	Brunoni	31	Padre Olívio Bertuol
10	Carlos Donato Fellini	32	Padre Rui Lorenzi
11	Clemente Guindani	33	Pedro Breda
12	Colombo Fellini	34	Pelegrino Tilton
13	Da Fonte	35	Primeiro de maio
14	Deputado Lidovino Fanton	36	Professor Alceu Luiz Zechin
15	Dez de novembro	37	Professora Luiza de Marco Sfredo
16	Doze de maio	38	Prudente de Moraes
17	Dozolina Tonial Dall'Ago	39	Sauro Cipriano Guindani
18	Independência	40	Silveira Martins
19	João Bergamin	41	Soldado Serafin Frizon
20	João Scarton	42	Souza Lobo
21	João Zardo	43	Veranópolis
22	Jordão Clemente Sartoretto		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 7 - Data das nomeações dos hodônimos de Cotiporã

Data das nomeações dos hodônimos de Cotiporã			
26/05/1981	Bento Gonçalves Colombo Fellini João Scarton João Zardo José Della Pasqua Marcílio Dias Marcos Gaspar de Souza Pedro Breda Silveira Martins Prudente de Moraes Sauro Cipriano Guindani Souza Lobo Ângelo Paganin Padre Rui Lorenzi Padre Eugênio Mediqueschi Primeiro de Maio Dez de Novembro Independência Da Fonte	04/12/2000	Adolfo Scussel Alberto Aníbal Fellini Augusto Mânica Clemente Guindani Norberto David Paludo Jordão Clemente Sartoretto Professora Luiza de Marco Sfredo João Bergamin Padre Olívio Bertuol Veranópolis
26/10/1982	Dozolina Tonial Dall'Ago José Zanette Martinho Bergamin Natal Turcatel Doze de Maio	27/03/2003	André Argenta
02/05/1984	Deputado Lidovino Fanton	05/08/2011	André Tonial
06/03/1995	Ângelo Girardi Pelegrino Tilton	24/09/2012	Carlos Donato Fellini
10/11/1996	Jordão Clemente Sartoretto	14/11/2012	Professor Alceu Luiz Zecchin Soldado Serafin Frizon

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Cabe aqui uma explicação sobre a rua *Jordão Clemente Sartoretto*. Essa rua foi nomeada em dois momentos diferentes, a primeira, no ano de 1996, e a segunda, em 2000. Junto com a primeira nomeação, há o Projeto de Lei nº 803, que data de 05 de junho de 1996, e, com a segunda nomeação, há a ata nº 256, de 1º de abril de 1996. Com base nas informações encontradas, não é possível afirmar o motivo de o logradouro ter sido nomeado duas vezes; entretanto, pode-se afirmar que foram feitas duas propostas no mesmo ano por

autores diferentes e que, no momento da assinatura da nomeação, não foram as mesmas pessoas que registraram e assinaram as leis.

5.1.3.1 Classificação dos hodônimos

A hodonímia é uma subdivisão da toponímia e, embora aquela não tenha autonomia em relação a esta, permite que se faça uma categorização similar. Assim, como não foi encontrada, “na literatura a que se teve acesso, uma classificação específica para os hodônimos, permitiu-se, partindo da categorização proposta por Dick (1980) e seguida pelos estudiosos brasileiros, em geral, efetuar sua aplicação também aos hodônimos” (SARTORI, 2010, p. 50).

Essa forma de categorizar, segundo Sartori (2010, p. 50), “encontra preciosas e abundantes abonações em estudos, dentre outros, de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1975, 1980, 1986, 1990, 2001, 2007); de Aparecida Negri Isquendo (1996, 2001, 2007); e de Alexandre Melo de Souza, no seu Estudo Toponímico dos Lagos Acreanos.”

No caso do município de Cotiporã, não foi possível contemplar todas as classificações de topônimos propostas por Dick, pois possui um número pequeno de logradouros, apenas 43. Desse total, encontramos uma taxa de natureza física, que são os hidro-hodônimos; e quatro de natureza antro-po-cultural: antro-po-hodônimos, axio-hodônimos, historio-hodônimos e hagio-hodônimos. Assim, neste estudo, o *corpus* é formado por cinco taxas, exemplificadas a seguir:

5.1.3.1.1 Hodônimos de natureza física

- Hidro-hodônimos: hodônimos relativos a acidentes geográficos em geral. Ex.: Da Fonte.

5.1.3.1.2 Hodônimos de natureza antropocultural

- Antro-po-hodônimos: hodônimos referentes aos nomes próprios individuais, seja em prenomes ou apelidos de família, combinados ou não. Ex.: Adolfo Scussel;
- Axio-hodônimos: hodônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex.: Soldado Serafin Frizon;

- Historio-hodônimos: hodônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social, a seus membros e às datas comemorativas. Ex.: Independência;
- Hagio-hodônimos: relativos aos nomes de santos ou santas do hagiológico romano, aos membros de ordens religiosas e às funções religiosas. Ex.: Padre Eugênio Mediqueschi.

5.1.3.2 Hidro-hodônimos

Para os nomes resultantes de acidentes geográficos, como água, rio, córrego, etc., Dick (1190b) classifica-os como hidrotopônimos.

A rua da Fonte exemplifica essa taxa, recebendo a denominação da subcategoria hidro-hodônimo. Nota-se que esse logradouro se refere a algo concreto, de acordo com a informação contida no Quadro 8, a existência de uma fonte de água potável:

Quadro 8 - Da Fonte

Da Fonte	
Município: Cotiporã	
Localização: Centro da cidade. Inicia no entroncamento com a Rua Bento Gonçalves, depois segue em sentido norte e cruza a Rua Souza Lobo, a Rua Natal Turcatel, a Avenida Independência, e termina ao encontrar a Rua Colombo Fellini.	
Topônimo: Fonte	
AH: Rua	Taxionomia: Hidro-hodônimo
Etimologia: Fonte: Do latim, ‘nascente de água, chafariz’. (CUNHA, 1982, p. 364). ‘Olho d’água’. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 1811).	
Entrada lexical: Fonte	
Estrutura morfológica: elemento simples. Da: “Preposição que indica origem.” (MIORANZA, 1997, p. 111). Fonte: Radical <i>font-</i> + vogal temática nominal <i>-e</i> . (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 1811).	
Histórico: Rua criada pela Lei Municipal nº 1.718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).	
Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), a denominação desse logradouro deve-se à existência de uma fonte de água potável na propriedade de Silvestro Scussel.	

Imagem de mapa:	Imagem de satélite:
 Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3,+RS/@-28.9996367,-51.6974355,18z/data=!4m2!3m1!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb. Acesso em: 13 nov. 2015.	 Disponível em: http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php. Acesso em: 27 set. 2015

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.3.3 Antropo-hodônimos

Os antropo-hodônimos referem-se às denominações criadas a partir de nomes ou sobrenomes de pessoas, de acordo com classificação feita por Dick (1990b).

Na cidade de Cotiporã, encontramos as ruas Adolfo Scussel, Alberto Aníbal Fellini, André Argenta, André Tonial, Ângelo Paganin, Ângelo Girardi, Augusto Mânica, Brunoni, Carlos Donato Fellini, Clemente Guindani, Colombo Fellini, Dozolina Tonial Dall'Ago, João Bergamin, João Scarton, João Zardo, Jordão Clemente Sartoretto, José Della Pasqua, José Zanette, Marcos Gaspar de Souza, Martinho Bergamin, Natal Turcatel, Norberto David Paludo, Pedro Breda, Pelegrino Tilton e Sauro Cipriano Guindani, que se encaixam nessa taxa.

O nome de cada logradouro faz referência a um cotiporanense que, pelo seu trabalho, auxiliou no desenvolvimento da cidade, como podem ser observados nos Quadros 9 a 33, a seguir:

Quadro 9 - Adolfo Scussel

Adolfo Scussel
Município: Cotiporã

Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início na Rua Primeiro de Maio, até encontrar, no lado oeste, a Rua João Zardo.	
Topônimo: Adolfo Scussel	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Adolfo: “De nome de pessoa de origem germânica <i>Adolfo</i>. O sobrenome em –o, raríssimo, se registra em Impéria e Veneza.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 21, tradução nossa). “Do francês <i>Adolphe</i>, talvez oriundo do alemão <i>Adolf</i>, este do antigo germânico <i>Athalwolf</i>, de <i>Athal</i>, ‘nobre’, e <i>wolf</i>, ‘lobo’. (MACHADO, 2003, p. 51). Scussel: “Do latim ‘excursor’, corredor, estafeta, mensageiro, através da forma dialetal setentrional ‘cussor’, ‘scussore’; pode também derivar do latim ‘custium’ [proteção], através do termo dialetal ‘scussare’, ‘sgussare’, descascar, tirar a casca”. (MIORANZA, 1997, p. 285). “De <i>scus</i> ‘concha’, <i>scussa</i> ‘casca’ com sufixo –ello; pertencente à província de Belluno.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1556, tradução nossa).	
Entrada lexical: Adolfo	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Adolf</i>– + vogal temática nominal –o. Lexema 2: radical <i>Scussa</i>– + sufixo –ello. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1556, tradução nossa).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. A justificativa para a nomeação desta rua, conforme proposição apresentada por Luiz Julhão, funcionário público municipal, foi devido à necessidade de abertura de rua entre as terras do antigo matadouro de Adolfo Scussel, irmãos Falcade, Adolpho Theodoro Dal Molin e Loteamento Municipal Getúlio Vargas, a fim de facilitar o deslocamento das famílias até a Comunidade da Capela Nossa Senhora do Caravágio, bem como à cidade de Bento Gonçalves. Adolfo Scussel foi casado com Dina Dal Ago Scussel e pai de Dalmo Luiz Scussel, Prefeito Municipal da cidade de Cotiporã em 2000, de Lenice, Gustavo, Marta e Fábio Scussel. Adolfo Scussel foi sapateiro, comerciante e dono de matadouro de bovinos em Cotiporã. Para essa nomeação, houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores e empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000).	
Informações enciclopédicas: Adolfo Scussel é filho de Tomaso Scussel e de Luiza Zardo. Seu pai é considerado o patriarca dos Scussel em Cotiporã. Os imigrantes Scussel eram originários da localidade de San Vincenzo Ferrer de Parech, Comuna de Agordo, Província de Belluno, Região do Vêneto, Itália. Estes pioneiros fundaram a capela de São Vicente, núcleo inicial da colonização de Monte Vêneto e, por isso são considerados fundadores do atual município de Cotiporã. (Disponível em: <http://www.familiascussel.com/>. Acesso em: 08 mar. 2016). Havia a intenção de estabelecer nesse local a sede da nova Colônia, mas, devido à topografia acidentada, a sede foi transferida para a Linha Independência, atual Cotiporã. (Disponível em: <http://historiadecotipora.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html>. Acesso em: 08 mar. 2016). De acordo com Scussel (2016), Adolfo foi sapateiro, empresário no setor de carnes e comerciante.	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 17 fev. 2016. Fonte: Elaborado pela autora (2016).	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 17 fev. 2016.
---	--

Quadro 10 - Alberto Aníbal Fellini

Alberto Aníbal Fellini	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, com início na Rua Marcílio Dias, seguindo no sentido norte até encontrar a Avenida Independência.	
Topônimo: Alberto Aníbal Fellini	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Alberto: “Nome de pessoa de origem germânica ‘Alberto’, derivado de <i>Adelperto</i>, <i>Alaperto</i>, <i>Aliperto</i> ou da <i>Adalberto</i> e <i>Adelberto</i>, constituído de dois elementos <i>ala-</i> ‘muito’ e <i>berht-</i> ‘famoso, ilustre, claro, brilhante’”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 39, tradução nossa). “Variante de ‘Adalberto’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 51). Adalberto: “germânico: ‘brilho (‘bertho’) da nobreza (‘adal’)”. (GUÉRIOS, 1981, p. 47). Aníbal: “Do latim <i>Hannibāl</i>, do púnico <i>Hhannibaal</i>, ‘graça ou dádiva de Baal’”. (MACHADO, 2003, p. 138). Haníbal: “Fenício: ‘graça, dádiva (‘hanni’) de ‘Baal’”. (GUÉRIOS, 1981, p. 139). Baal: “deus fenício”. (SALIS, 1951, p. 31, tradução nossa). Fellini: “O plural <i>Fellini</i> representa o núcleo mais numeroso em Romagna, sobretudo em Cenesa-Fc, mas também é encontrado em Roma, Celano-Aq, Milão, Gênova e se dispersou no Centro-norte.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 748, tradução nossa). “De > ‘Fello’ com o sufixo plural. ‘-ini’. Fello: da redução popular e coloquial de > ‘Raffaello’”. (MIORANZA, 1997, p. 143). Raffaello: do nome “hebreu <i>Rapha’el</i>: ‘Deus (‘El’) curou (‘Rapha’)”. (GUÉRIOS, 1981, p. 209).	
Entrada lexical: Alberto	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Albert-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. Lexema 2: radical ‘hanni-’ + radical ‘-Baal’. (GUÉRIOS, 1981, p. 139). Lexema 3: radical <i>Fello-</i> + sufixo plural <i>-ini</i>. (MIORANZA, 1997, p. 143).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. Conforme consta na proposição do Vereador Valdir Luiz Soletti, o Sr. Alberto Fellini Filho	

doou a área de terra onde hoje existe esta rua. Alberto Fellini foi pioneiro no trabalho de carreteiro e filho do Sr. Colombo Fellini, um dos pioneiros da Imigração Italiana no município de Cotiporã. Também, por que nesta rua moram descendentes do Sr. Alberto Aníbal Fellini. (Projeto de Lei nº 039/2000).

Informações enciclopédicas: Fellini é um sobrenome que, como outros, se refere a qualidades morais, e, nesse caso, a qualidade de ser fiel, e conferia certa distinção a seus portadores. (MIORANZA, 2009, p. 122).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

Imagem de satélite:



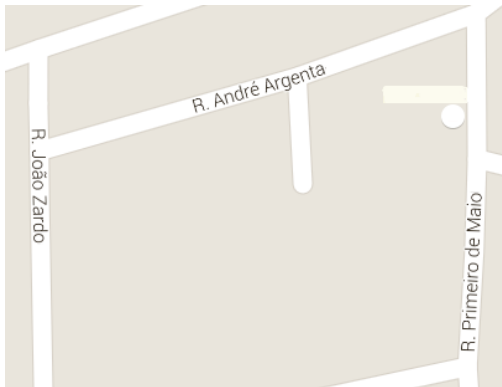
Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 17 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 11 - André Argenta

André Argenta	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido oeste-leste, com início, no lado oeste, na rua João Zardo, até encontrar-se com a Rua Primeiro de Maio, a leste.	
Topônimo: André Argenta.	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: André: Zingarelli (1983, p. 2224, tradução nossa) registra os nomes “<i>Andrèa</i> para o masculino e <i>Andreina</i> para o feminino e atribui-lhes origem latina <i>Andrēam</i>”. Acrescenta que “os romanos o tomaram do grego <i>Andréas</i>, ligado ao elemento <i>andr-</i> seja referido a <i>anēr</i>, genitivo <i>andrós</i>, ‘homem’, seja ao derivado <i>andréia</i> ‘virilidade’, coragem.” Também Guérios (1981, p. 57) atribui a André origem grega “<i>Andréas</i>, derivado de <i>Andreios</i>: ‘varonil, vil, robusto, másculo’.” De acordo com Caffarelli e Marcato (2008, p. 68, tradução nossa), “<i>Andrè</i> è uma variante apocopada do nome de pessoa <i>Andrèa</i>.” Ainda, conforme esses autores, na Itália, a forma “<i>Andrè</i> tem frequência muito reduzida, com presença em Messina e Roma” e, também encontra-se esse nome espalhado pela Itália. Argenta: “Feminino de > ‘Argento’, nome próprio que recorda a ‘prata’ [argentum], atribuído a recém-nascido do sexo feminino. Como sobrenome é um matronímico e significa	

filho de ‘Argenta’; pode também indicar habitante oriundo da cidade setentrional de ‘Argenta’.” (MIORANZA, 2009, p. 32).	
Entrada lexical: André	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Andrè</i> . É um nome atemático, formado por um único elemento lexical, denominado Radical. Lexema 2: radical <i>Argènt-</i> + sufixo lexical <i>-a</i> . (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 93-94, tradução nossa).	
Histórico: O nome da rua denominada pela Lei Municipal nº 1345, de 27 de junho de 2003, é <i>Andréa Argenta</i> . A justificativa para a nomeação desta rua, conforme consta na lei, foi em virtude da não localização de Lei Municipal específica que a denominasse; no entanto, há registros de sua existência desde a emancipação do município de Cotiporã. Acredita-se que foi um lapso do município-mãe. Esse fato foi descoberto quando uma empresa situada no referido logradouro solicitou cópia da lei para comprovação de endereço junto à Secretaria da Fazenda do Estado. (Projeto de Lei nº 023, de 25 de junho de 2003).	
Informações enciclopédicas: Scussel (2016) afirmou que André Argenta foi subprefeito de Cotiporã e sócio-fundador da Cooperativa de Aguardente Farroupilha de Cotiporã, em 1935.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3,+RS/@-28.9996367,-51.6974355,18z/data=!4m2!3m1!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb>. Acesso em: 27 set. 2015.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 27 set. 2015.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 12 - André Tonial

André Tonial	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, inicia no lado sul, na Rua Souza Lobo e tem seu término na Rua Colombo Fellini.	
Topônimo: André Tonial	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo

Etimologia:

André: Zingarelli (1983, p. 2224, tradução nossa) registra os nomes *Andrèa* para o masculino e *Andreina* para o feminino e atribui-lhes origem latina *Andrēam*. Acrescenta que “os romanos o tomaram do grego *Andréas*, ligado ao elemento *andr-* seja referido a *anēr*, genitivo *andrós*, ‘homem’, seja ao derivado *andréia* ‘virilidade’, coragem.” Também Guérios (1981, p. 57) atribui a André origem grega “*Andréas*, derivado de *Andreios*: ‘varonil, vil, robusto, másculo’. De acordo com Caffarelli e Marcato (2008, p. 68, tradução nossa), *Andrè* é uma variante apocopada do nome de pessoa *Andrèa*. Ainda, conforme esses autores, na Itália, a forma “*Andrè* tem frequência muito reduzida, com presença em Messina e Roma” e, também encontra-se esse nome espalhado pela Itália.

Tonial: Embora não se tenha encontrado o registro desse sobrenome na bibliografia a que se teve acesso, ele, porém, existe como sobrenome na Itália, denominando, aproximadamente, 53 indivíduos¹⁸. No norte da Itália, consta nas seguintes Regiões: Vêneto, Lombardia, Friuli Venezia-Giulia e Liguria, num total de 15 presenças, sendo 6 desse total da província de Veneza. Segundo Mioranza (2009, p. 140), existem muitas variantes e derivados de *Antonius*, como, por exemplo, *Toniolo*, *Tonus*, *Tonin* e muitos outros, sendo assim, infere-se que *Tonial* é um sobrenome derivado de *Antônio*, portanto, um sobrenome de origem italiana, hipocorístico de *Antônio*. Conforme Mioranza (1997, p. 305), *Toni* consiste numa “redução popular e coloquial de > ‘*Antoni*, *Antonio*’. *Antonio*: “Do nome latino *Antonius* [...] suas raízes são difíceis de interpretar: pode se originar do grego *antéo*, *antáo*, opor-se e, portanto, indicativo de alguém que se opõe, lutador; pode derivar do latim *antistes* [chefe] ou *antius* [vanguardeiro, o que precede]; pode ser de genuínas raízes etruscas e, em tal caso, se desconhece o sentido que possa ter, como sobrenome.” (MIORANZA, 1997, p. 29).

Entrada lexical: André

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Andrè*. É um nome atemático, formado por um único elemento lexical, denominado Radical.

Lexema 2: *Tonial* é um nome constituído pelo radical *Ton-* + vogal temática *-i-*, + sufixo derivacional *-al*; Segundo Mioranza (1997, p. 305), consiste na redução de caráter popular e coloquial de > ‘*Antoni*, *Antonio*’ + sufixo lexical *-al*. É um topônimo originado de nome próprio de pessoa, especificamente, na origem, um antropônimo.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 2074, de 05 de agosto de 2011. A Sra. Iria Valentina Dall’Ago Bósio encaminhou a solicitação de nomeação de uma rua na cidade de Cotiporã com o nome de seu avô ‘*André Tonial*’ para a Câmara de Vereadores. O projeto de lei foi apresentado pela Vereadora Carmem Rita Brunoni com a seguinte justificativa: *André Tonial* foi o primeiro Agente Postal, do então Monte Vêneto. Foi nomeado em 20 de junho de 1912, pelo ofício nº 440, assinado pelo responsável dos Correios no Rio Grande do Sul, Sr. Luiz da Silveira, que também assinou o termo de posse do Sr. *André Tonial* e designou o Hotel *Tonial* como local de prestação de serviços de Correios. O Sr. *André* tomou posse no dia 26 de junho do mesmo ano. Na época, o serviço consistia em emissão de cartas simples que eram transportadas em malotes até o município de Veranópolis, pelo estafeta Colombo Fellini, no lombo de cavalos. Seu filho, Osório Fellini, substituiu o pai no serviço de estafeta, até o momento em que o Sr. Leopoldo Bósio compra o primeiro ônibus para o transporte de passageiros entre Cotiporã e Veranópolis, passando a transportar as malas postais. Com a morte do Sr. *André Tonial*, a viúva, Sra. Thereza *Tonial*, é nomeada Agente dos Correios, em 30 de dezembro de 1929, e a neta, Iria Valentina Dall’Ago, auxilia a avó nos serviços. Iria Valentina Dall’Ago casa-se com o Sr. Leopoldo Bósio, no ano de

¹⁸ Disponível em: <<http://www.name-statistics.org/it/numef.php?numedefamilie=Tonial>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

1936, e passa a ser a responsável pela prestação de serviços dos Correios e o local é transferido para sua própria casa. A Sra. Iria Valentina Dall'Ago Bósio prestou serviço como Agente dos Correios por 36 anos, até o momento de sua aposentadoria. Por todo esse período, o local do Correio foi em sua própria residência. (Projeto de Lei nº 001, de 05 de julho de 2011).

Informações enciclopédicas: Em 20 de junho de 1912, o Sr. Luiz da Silveira, responsável pelos Correios no Rio Grande do Sul, assina o ofício nº 440, nomeando o Sr. André Tonial como primeiro Agente Postal de Monte Vêneto. Em 26 de junho de 1912, chega o ofício nº 481, com o termo de posse do Sr. André Tonial e a designação do Hotel Tonial como local de prestação de serviços de Correio. Com o falecimento do Sr. André Tonial, em 30 de setembro de 1929, o ofício nº 826 nomeia a viúva, Sra. Thereza Fellini Tonial, agente dos Correios. (Disponível em: <<http://historiadecotipora.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 mar. de 2016).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 13 - Ângelo Girardi

Ângelo Girardi	
Município: Cotiporã	
Localização: A rua pertence ao 1º Distrito, Lajeado Bonito, tem sentido sul-norte, inicia no lado sul, no entroncamento com a Rua Pelegrino Tilton, e tem seu término na Rua Professor Alceu Luiz Zechin.	
Topônimo: Ângelo Girardi	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Ângelo: “Do latim <i>Angelus</i> : ‘anjo’, do grego <i>Ággelos</i> , derivado de <i>ággelos</i> : ‘mensageiro’”. (GUÉRIOS, 1981, p. 58). “Do latim <i>angĕlu</i> – (este do grego <i>ángelos</i>), mas pelo italiano <i>Angelo</i> ”. (MACHADO, 2003, p. 136). Girardi: “Do nome germânico <i>Gairhard</i> , <i>Gairowald</i> [formado de <i>gaira</i> , lança e <i>hardhu</i> , forte, valoroso, ou <i>walda</i> , poderoso, chefe, com o sentido de valente com a lança ou poderoso, dominador com esta arma]; o nome foi latinizado de variadas formas, como <i>Gherardus</i> , <i>Gheraldus</i> , <i>Gerardus</i> , <i>Giraldus</i> , <i>Girardus</i> ; o sobrenome se fixa com <i>filius quondam Girardi</i> ”. (MIORANZA, 1997, p. 166).	

Entrada lexical: Ângelo	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Ang-</i> + sufixo lexical <i>-el</i> + vogal temática nominal <i>-o</i> . (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 259). Lexema 2: radical <i>Girard-</i> + vogal temática nominal <i>-i</i> .	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 640, de 06 de março de 1995. O projeto de lei para a nomeação dessa rua, sem denominação até essa data, foi encaminhado pelo então Prefeito Municipal de Cotiporã, Sr. Leonel Antônio Paludo, após receber abaixo-assinado encaminhado ao Executivo Municipal, com a solicitação da comunidade. (Projeto de Lei nº 669, de 02 de março de 1995).	
Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), Ângelo Girardi foi um dos pioneiros no distrito de Lajeado Bonito.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 25 jan. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 14 - Ângelo Paganin

Ângelo Paganin	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido oeste-leste, inicia no lado oeste no entroncamento com a Rua João Scarton, cruza a Rua Sauro Cipriano Guindani e tem seu término ao encontrar a Rua da Fonte.	
Topônimo: Ângelo Paganin	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Ângelo: “Do latim <i>Angelus</i>: ‘anjo’, do grego <i>Ággelos</i>, derivado de <i>ággelos</i>: ‘mensageiro’”. (GUÉRIOS, 1981, p. 58). “Do latim <i>angĕlu-</i> (este do grego <i>ángelos</i>), mas pelo italiano <i>Angelo</i>”. (MACHADO, 2003, p. 136). Paganin: “Forma dialetal setetentrional, redução de > <i>Pagano</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 229). Pagano: “do latim <i>paganus</i>, aldeão, camponês, habitante de um <i>pagus</i> [aldeia de zona rural]; o sentido de pagão é posterior e tem motivação histórica muito clara: o cristianismo, nos	

primeiros séculos de sua difusão, atinge os centros urbanos e a área rural continua com suas práticas politeístas, fato que leva a identificar o camponês [*paganus*] como infiel, politeísta; o sobrenome normalmente reflete o sentido de aldeão, camponês; pode ser também um patronímico, porquanto *Paganus* se difunde como nome próprio na Idade Média.” (MIORANZA, 1997, p. 229).

Entrada lexical: Ângelo

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Ang-* + sufixo lexical *-el* + vogal temática nominal *-o*. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 259).

Lexema 2: radical *Pagano-* + sufixo lexical *-ino*. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 1247, tradução nossa).

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deveu-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), o imigrante italiano Ângelo Paganin foi o fundador da Indústria de Laticínios Paganin, de Cotiporã.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 15 - Augusto Mânica

Augusto Mânica
Município: Cotiporã
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início na Rua Bento Gonçalves, cruza com a Rua Primeiro de Maio, seguindo para oeste até encontrar a Rua João Zardo.
Topônimo: Augusto Mânica

AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Augusto: “Do latim <i>augere</i>, com o sentido geral de crescer.” (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 399). “Do latim medieval <i>Augustus</i>: ‘o maior, o máximo (do império)’. Derivado de <i>augustus</i>: ‘consagrado, sagrado, santo, sublime, venerado’”. (GUÉRIOS, 1981, p. 65). Mânica: “Do latim <i>manica</i>, manga; no latim medieval assume o sentido coletivo de agrupamento, tropa de guerreiros, aventureiros, mercenários; o sobrenome se refere a membro desses exércitos não-regulares ou a seu comandante.” (MIORANZA, 1997, p. 197).	
Entrada lexical: Augusto	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>aug-</i> + sufixo lexical <i>-ust</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 397). Lexema 2: radical <i>Manica</i>. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1048, tradução nossa).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000, referindo-se como rua Projetada ‘B’, no entanto, a Lei Municipal 1111, de 18 de dezembro de 2000, retificou a nomeação, pois este logradouro era a rua Projetada ‘A’. O projeto de lei nº 039/2000, justifica essa nomeação informando que Augusto Mânica foi comerciante por muitos anos em Monte Vêneto, doou o terreno onde foi construído o Hospital Beneficente Nossa Senhora da Saúde e é pai do padre Ernesto Mânica e dos irmãos Armando, Júlio, Alcides, Ermínio, Amélia e Carolina. Consta, também, na justificativa que nomeou este logradouro, que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000). No segundo projeto, consta a descrição correta da rua e o pedido de retificação. (Projeto de Lei nº 041/2000).	
Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), Augusto Mânica foi um grande comerciante do município.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 11 fev. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 16 - Brunoni

Brunoni	
Município: Cotiporã	
Localização: Centro da cidade. Inicia na Avenida Independência, tem sentido sul-norte, e, como ainda não está concluída, forma um beco.	
Topônimo: Brunoni	
AH: Travessa	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Brunoni: “de > Bruno.” (MIORANZA, 1997, p. 66). Bruno: “do germânico <i>brun</i> , moreno, de cor escura luzidia, de apelativo a quem tinha pele ou cabelo e barba escuros, tornou-se nome próprio que se difundiu em toda a Europa. O sobrenome é um patronímico que recorda o nome do fundador deste núcleo familiar.” (MIORANZA, 1997, p. 66).	
Entrada lexical: Brunoni	
Estrutura morfológica: Elemento simples. Radical <i>Bruno</i> – + desinência plural <i>–oni</i> . (MIORANZA, 1997, p. 66).	
Histórico: Esta rua não possui lei de nomeação até o presente momento.	
Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), é uma homenagem ao imigrante Ângelo Brunoni, proveniente de Cremona, Itália. Era exímio construtor de fornos de tijolos e taipas de pedras.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3,+RS/@028.9996367,51.6974355,18z/data=!4m2!3m1!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb>. Acesso em: 23 abr. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 23 abr. 2016

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 17 - Carlos Donato Fellini

Carlos Donato Fellini
Município: Cotiporã
Localização: Bairro Centro. A rua inicia no lado norte da Avenida Independência, mas não atinge o prolongamento da Rua Souza Lobo, no lado sul, pois ainda é um beco.
Topônimo: Carlos Donato Fellini

AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Carlos: “Do espanhol <i>Carlos</i>. O nome tem origem germânica, e significa de modo geral ‘homem’: alto-alemão antigo <i>charal</i>, <i>charl</i>, <i>karal</i>; alemão moderno <i>karl</i>, nome próprio”. (MACHADO, 2003, p. 353). “Do nome latim <i>Cárolus</i>, por sua vez do alto-alemão antigo <i>Kharal</i>: ‘homem’. É um dos pouquíssimos nomes germânicos antigos de um só tema; contudo há quem afirme ser abreviatura de <i>karalmann</i>. Sentido primitivo: ‘viril, varonil, vigoroso’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 86). “Forma espanhola correspondente a ‘Carlo’”. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 246, tradução nossa). Donato: “Descende do pessoal <i>Donato</i>, que deriva do sobrenome latino <i>Donatus</i>, por sua vez oriundo do particípio passado <i>donatus</i>, <i>donato</i>; no Cristianismo o nome assumiu o significado gratulatório de ‘doado, concedido (por Deus)’, dado originalmente a um filho longamente aguardado.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 697, tradução nossa). “Do latim <i>Donātu-</i>, do adjetivo <i>donātus</i>, particípio de <i>donāre</i>, ‘dar’: ‘dado (de presente por Deus)’”. (MACHADO, 2003, p. 515). “Forma italiana de <i>Donatus</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 132). Fellini: “O plural Fellini representa o núcleo mais numeroso em Romagna, sobretudo em Cenesa-Fc, mas também é encontrado em Roma, Celano-Aq, Milão, Gênova e se dispersou no Centro-norte.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 748, tradução nossa). “De ><i>Fello</i> com o sufixo plural <i>-ini</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 143). Fello: “da redução popular e coloquial de > <i>Raffaello</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 143). Raffaello: “Do italiano <i>Raffaele</i>, <i>Rafaele</i>, <i>Raffaello</i>. Do hebraico <i>Rapha’el</i>: ‘Deus (El) curou (<i>rapha</i>)’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 209).	
Entrada lexical: Carlos	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Carlos</i>. (MACHADO, 2003, p. 353). Lexema 2: radical <i>Donat-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. Lexema 3: radical <i>Fello-</i> + sufixo plural <i>-ini</i>. (MIORANZA, 1997, p. 143).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 2174, de 24 de setembro de 2012. Carlos Donato Fellini nasceu em Cotiporã no dia 21 de maio de 1956. Formou-se no curso Técnico em Agricultura, Viticultura e Enologia na Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves, no curso Técnico de Enfermagem e Massoterapia, em Caxias do Sul, entre outros cursos. Em 1991, foi nomeado funcionário público estadual como Técnico de Enfermagem e Vacinador no Posto de Saúde de Cotiporã. Foi eleito vereador na gestão 2001-2004, na cidade de Cotiporã, e, em 2001, assumiu o cargo de Secretário da Saúde. Faleceu em 22 de dezembro de 2009. (Projeto de Lei nº 007, de 17 de setembro de 2012).	
Informações enciclopédicas: “Fellini é um sobrenome que, como outros, se refere a qualidades morais e conferia certa distinção a seus portadores.” (MIORANZA, 2009, p. 122).	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 11 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 11 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 18 - Clemente Guindani

Clemente Guindani	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua inicia no lado leste, prosseguindo desde a Rua Silveira Martins até encontrar, no lado oeste, a Rua Padre Rui Lorenzi.	
Topônimo: Clemente Guindani	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Clemente: Vocábulo de origem douta, “do latim <i>clemēnte(m)</i>, que perdoa com facilidade, que mostra indulgência.” (ZINGARELLI, 1983, p. 382, tradução nossa). Conforme Rossebastiano e Papa (2005, p. 279), “O nome deriva do adjetivo latino <i>clemens</i>, <i>clementis</i>, de transparente significado, em uso já na antiguidade como sobrenome”. Com efeito, Caffarelli e Marcato (2008, p. 488, tradução nossa) o registram como sobrenome proveniente de vocábulo culto. “Do latim <i>Clemens</i>, <i>Clementis</i>: ‘clemente, benigno, indulgente’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 93). Guindani: “Provavelmente do nome <i>Guido</i> com o sufixo <i>-ano</i> e com epêntese da letra <i>-n</i>”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 904, tradução nossa). Guido: “germânico <i>Wido</i>, abreviatura, hipocorístico de nome <i>widukind</i>: ‘nascido (<i>kind</i>) no mato (<i>widu</i>)’, ou ‘criança do mato’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 136).	
Entrada lexical: Clemente	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Clem-</i> + sufixo lexical <i>-ent</i> + vogal temática nominal <i>-e</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 1260). Lexema 2: radical <i>Guid-</i> com epêntese da letra <i>-n</i> + sufixo lexical <i>-an</i> + vogal temática <i>-o</i>.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. Clemente Guindani, conhecido como ‘Tito’, foi um dos maiores atletas de Cotiporã. Empresário do setor de joias e Presidente do Clube Juvenil e Lyons Club. Consta, também, na justificativa que nomeou este logradouro, que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas.	

(Projeto de Lei nº 039/2000).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) afirmou que Clemente Guindani foi sócio-fundador da Indústria de Joias Guindani.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 19 - Colombo Fellini

Colombo Fellini	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, inicia no lado leste com a Rua André Tonial, cruza a Rua da Fonte, a Rua Marcos Gaspar de Souza, a Rua Pedro Breda, a Rua Silveira Martins, a Rua José Della Pasqua, a Rua Prudente de Moraes e a Rua Padre Rui Lorenzi, e tem seu término na Rua Doze de Maio.	
Topônimo: Colombo Fellini	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Colombo: “De nome de pessoa <i>Colombo</i> que retoma a forma latina <i>Columbus</i> que surge em ambiente cristão simbolizando as qualidades de inocência, candura, pureza e mansidão.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 500, tradução nossa). “Nome e sobrenome, latino <i>Columbus</i> : ‘pombo’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 95). Fellini: “O plural Fellini representa o núcleo mais numeroso em Romagna, sobretudo em Cenesa-Fc, mas também é encontrado em Roma, Celano-Aq, Milão, Genova, e disperso no Centro-norte.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 748, tradução nossa). “De > <i>Fello</i> com o sufixo plural <i>-ini</i> .” (MIORANZA, 1997, p. 143). Fello: “da redução popular e coloquial de > <i>Raffaello</i> .” (MIORANZA, 1997, p. 143). Raffaello: “Do italiano <i>Raffaele</i> , <i>Rafaele</i> , <i>Raffaello</i> . Do hebraico <i>Rapha’el</i> : ‘Deus (<i>El</i>) curou (<i>rapha</i>).’ (GUÉRIOS, 1981, p. 209).	
Entrada lexical: Colombo	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Colomb-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i> . Lexema 2: radical <i>Fello-</i> + sufixo plural <i>-ini</i> . (MIORANZA, 1997, p. 143).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação deste logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de	

peças residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Fellini é um sobrenome que, como outros, se refere a qualidades morais, nesse caso a qualidade de ser fiel, e conferia certa distinção a seus portadores. (MIORANZA, 2009, p. 122). Colombo Fellini foi o antigo estafeta de Monte Vêneto, cuja função era transportar as cartas em malotes, no lombo de cavalos, até o município de Veranópolis. (Projeto de Lei nº 001, de 05 de julho de 2011).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 20 - Dozolina Tonial Dall'Ago

Dozolina Tonial Dall'Ago	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, iniciando no lado norte na Rua Souza Lobo e tem seu término na Avenida Independência.	
Topônimo: Dozolina Tonial Dall'Ago	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Dozolina: “Variante de <i>Dosolina</i>, <i>Dosolino</i>, <i>Dusolina</i>, <i>Desolina</i>”. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 360, tradução nossa). Desolina: “É um nome de difícil interpretação. Provavelmente uma variante de <i>Dosolina</i>, influenciado pelo adjetivo ‘desolado’.” (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 337, tradução nossa). Tonial: Embora não se tenha encontrado o registro desse sobrenome na bibliografia a que se teve acesso, ele, porém, existe como sobrenome na Itália, denominando, aproximadamente, 53 indivíduos¹⁹. No norte da Itália, consta nas seguintes Regiões: Vêneto, Lombardia, Friuli Venezia-Giulia e Liguria, num total de 15 presenças, sendo 6 desse total da província de Veneza. Segundo Mioranza (2009, p. 140), existem muitas variantes e derivados de Antonius, como, por exemplo, Toniolo, Tonus, Tonin e muitos outros, sendo assim, infere-	

¹⁹ Disponível em: <<http://www.name-statistics.org/it/numef.php?numedefamilie=Tonial>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

se que Tonial é um sobrenome derivado de Antônio, portanto, um sobrenome de origem italiana, hipocorístico de Antônio. Conforme Mioranza (1997, p. 305), Toni consiste numa “redução popular e coloquial de > ‘Antoni, Antonio’. Antonio: “Do nome latino *Antonius* [...] suas raízes são difíceis de interpretar: pode se originar do grego *antéo*, *antáo*, opor-se e, portanto, indicativo de alguém que se opõe, lutador; pode derivar do latim *antistes* [chefe] ou *antius* [vanguardeiro, o que precede]; pode ser de genuínas raízes etruscas e, em tal caso, se desconhece o sentido que possa ter, como sobrenome.” (MIORANZA, 1997, p. 29).

Dall’Ago:

Dall: “contração da preposição *da* com o artigo masculino singular *il*, *lo* [o] ou com o artigo feminino singular *la*, resultando *dallo*, *dalla* [do, da]; a vogal final dessa contração, tanto masculino quanto feminino, é supressa quando o vocábulo seguinte inicia por vogal.” (MIORANZA, 1997, p. 112).

Ago: “Sufixo de origem celta [-akos] que foi latinizado em *-acum*; é um sufixo toponímico, isso é, designativo de locais, de aglomerados urbanos, de acidentes geográficos; os sobrenomes com esta terminação sempre têm alguma relação com topônimo.” (MIORANZA, 1997, p. 19).

Entrada lexical: Dozolina

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Dozolin-* + desinência flexional de gênero *-a*. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 360, tradução nossa).

Lexema 2: Tonial é um nome constituído pelo Radical *Ton-* + vogal temática *-i-*, + sufixo derivacional *-al*; Segundo Mioranza (1997, p. 305), consiste na redução de caráter popular e coloquial de > ‘Antoni, Antonio’ + sufixo lexical *-al*. É um topônimo originado de nome próprio de pessoa, especificamente, na origem, um antropônimo.

Lexema 3: preposição *da* + artigo feminino singular *-la*. (MIORANZA, 1997, p. 112).

Lexema 4: sufixo *-ago*. (MIORANZA, 1997, p. 19).

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do município de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público e que os nomes escolhidos são de pessoas conhecidas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para o desenvolvimento do município. (Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), a nomeação desse logradouro com o nome de Dozolina Tonial Dall’Ago é uma homenagem à antiga parteira de Cotiporã.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em:

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 21 - João Bergamin

João Bergamin	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, com início no lado sul, na Avenida Independência, cruza a Rua Souza Lobo, a Rua Colombo Fellini, a Rua Padre Olívio Bertuol e a Rua Clemente Guindani, e segue em direção norte, até encontrar a Rua Veranópolis.	
Topônimo: João Bergamin	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: João: “Do hebreu <i>Iohanan</i>, com várias interpretações (‘que Deus favorece’, ‘agraciado por Deus’, ‘o Senhor deu graciosamente’, ‘cheio de graça divina’, ‘a que Deus mostra graça’), pelo grego <i>Iōánēs</i> ou <i>Iōánnēs</i> e depois pelo latim <i>Jō(h)Annē-</i>, de <i>Jō(h)annēs</i>. [...] <i>João</i> resulta do referido <i>Joane</i> colocado em próclise, sobretudo quando seguido de palavra iniciada por consoante. [...] A independência da forma, o seu uso isolado, deu-lhe corpo, tornando-o João.” (MACHADO, 2003, p. 829). “Do hebreu <i>Iehohanan</i>, <i>Iohanan</i>: Javé (<i>Ieho</i>) é (cheio) de graças (<i>hanan</i>).” (GUÉRIOS, 1981, p. 151). Bergamin: “Forma dialetal apocopada de > <i>Bergamino</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 51). Bergamino: “Indica trabalhador oriundo de <i>Bérgamo</i> e dos Alpes bergamascos que criava vacas leiteiras; sua arte e ofício o tornaram conhecido com esse apelativo em toda a planície do rio Pó.” (MIORANZA, 1997, p. 51).	
Entrada lexical: João	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>João</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2267). O –o de João pode ser considerado vogal temática, uma vez que, teoricamente, teríamos “um radical em /aN/, com tema em –o” (CÂMARA JR., 1970, p. 80). Lexema 2: radical <i>Bergamo</i>– + sufixo plural –<i>ini</i>. (MIORANZA, 1997, p. 7-51).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. João Bergamin nasceu no ano de 1908, quando Cotiporã ainda era Distrito Monte Vêneto. Filho de Santo Bergamin e Catarina Tonello. Trabalhou como carreteiro para o <i>Frigorífico A Sul Americana</i>. Casou-se com Augusta Soccol e teve nove filhos. Fundou, juntamente com outros cotiporanenses, o primeiro moinho para farinha de trigo e milho, movido por motor a diesel, o qual, mais tarde, seria transferido para a empresa Moinho Guarani. Com o desenvolvimento dos transportes com caminhão, foi proprietário de três caminhões e fazia viagens por diversos estados do Brasil. Faleceu no dia 08 de janeiro de 1963. Consta também na justificativa que nomeou este logradouro, que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000).	
Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que João Bergamin foi sócio-fundador da Cooperativa de cereais Natal.	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 19 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 22 - João Scarton

João Scarton	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul; inicia ao norte na Rua Dez de Novembro e termina, ao sul, ao se encontrar com a Rua Bento Gonçalves.	
Topônimo: João Scarton	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: João: “Do hebreu <i>Iohanan</i>, com várias interpretações (‘que Deus favorece’, ‘agraciado por Deus’, ‘o Senhor deu graciosamente’, ‘cheio de graça divina’, ‘a que Deus mostra graça’), pelo grego <i>Iōánēs</i> ou <i>Iōánnēs</i> e depois pelo latim <i>Jō(h)Annē-</i>, de <i>Jō(h)annēs</i>. [...] <i>João</i> resulta do referido <i>Joane</i> colocado em próclise, sobretudo quando seguido de palavra iniciada por consoante. [...] A independência da forma, o seu uso isolado, deu-lhe corpo, tornando-o João.” (MACHADO, 2003, p. 829). “Do hebreu <i>Iehohanan</i>, <i>Iohanan</i>: Javé (<i>Ieho</i>) é (cheio) de graças (<i>hanan</i>).” (GUÉRIOS, 1981, p. 151). Scarton: “Do latim <i>exchartare</i>, eliminar, excluir, selecionar; o sobrenome se refere a selecionador de objetos, produtos, animais e terrenos; pode se originar também do latim <i>cardus</i>, <i>cardo</i>, cuja flor espinhenta seca era usada na limpeza de fibras; de <i>cardo</i>, se forma <i>scardon</i>, <i>scartessin</i> e talvez também <i>scarton</i>, trabalhador que desenosava e limpava fios de lã, linho e cânhamo, tarefa que precedia a tecelagem.” (MIORANZA, 1997, p. 282). “De <i>cartone</i> com s- prostético com valor intensivo ou pejorativo. A variante apocopada com <i>-n</i> no final é da província de Belluno”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1540, tradução nossa).	
Entrada lexical: João	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>João</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2267). O <i>-o</i> de João pode ser considerado vogal temática, uma vez que, teoricamente, teríamos “um radical em	

/aN/, com tema em –o” (CÂMARA JR., 1970, p. 80).

Lexema 2: radical *Cartone*– + –s prostético²⁰. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1540, tradução nossa).

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: João Scarton é um dos membros da comissão que promoveu a construção da Capela Matriz do curato de Nossa Senhora da Saúde de Monte Vêneto, juntamente com Matias Zanette, João Gregol, Caetano de Marco, José Ártico, Ubaldo Giordani, José Della Pasqua, Luís Bianchi e José Silveiro. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 244-245). João Scarton, segundo Scussel (2016), era imigrante italiano e foi o primeiro farmacêutico de Monte Vêneto.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 23 - João Zardo

João Zardo	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul e inicia, no lado norte, no entroncamento com a Rua Marcílio Dias, cruza a Rua José Zanette e a Rua Professora Luiza de Marco Sfredo, seguindo em sentido sul até encontrar a Rua Adolfo Scussel.	
Topônimo: João Zardo	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo

²⁰ No início de uma palavra, coloca-se um elemento que não é etimológico, principalmente vocálico.

Etimologia:

João: “Do hebreu *Iohanan*, com várias interpretações (‘que Deus favorece’, ‘agraciado por Deus’, ‘o Senhor deu graciosamente’, ‘cheio de graça divina’, ‘a que Deus mostra graça’), pelo grego *Iōánēs* ou *Iōánnēs* e depois pelo latim *Jō(h)Annē-*, de *Jō(h)annēs*. [...] *João* resulta do referido *Joane* colocado em próclise, sobretudo quando seguido de palavra iniciada por consoante. [...] A independência da forma, o seu uso isolado, deu-lhe corpo, tornando-o João.” (MACHADO, 2003, p. 829).

“Do hebreu *Iehohanan*, *Iohanan*: Javé (*Ieho*) é (cheio) de graças (*hanan*).” (GUÉRIOS, 1981, p. 151).

Zardo: “De nome de pessoa *Zardo*, variante de *Giardo*, ou hipocorístico de *Riz(z)ardo* (conforme *Ciardi*) ou segundo Olivieri [1924] é a forma contraída de *Zanardo*”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1802, tradução nossa).

Zardo: “Redução popular e coloquial de > *Rizzardo*.” (MIORANZA, 1997, p. 329).

Rizzardo: “variante regional de > *Ricciardi*, *Riccardi*.” (MIORANZA, 1997, p. 264).

Ricciardi: “variante regional de > *Riccardi*.” (MIORANZA, 1997, p. 262).

Riccardi: “do nome germânico *Rikhard* [formado de *rikia*, poderoso, e *hardhu*, forte], valoroso, intrépido”. (MIORANZA, 1997, p. 262).

Entrada lexical: João

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *João*. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2267). O –o de João pode ser considerado vogal temática, uma vez que, teoricamente, teríamos “um radical em /aN/, com tema em –o” (CÂMARA JR., 1970, p. 80).

Lexema 2: radical *Zard-* + vogal temática nominal –o.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), João Zardo foi pioneiro na fabricação de esquadrias de madeira e fundou a Indústria de Esquadrias Zardo.

Imagem de mapa:

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Imagem de satélite:

Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

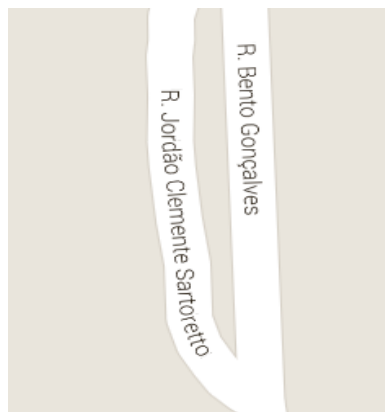
Quadro 24 - Jordão Clemente Sartoretto

Jordão Clemente Sartoretto	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, com início, no lado norte, na Rua Bento Gonçalves até encontrar, no lado sul, novamente, a Rua Bento Gonçalves.	
Topônimo: Jordão Clemente Sartoretto	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Jordão: “Sobrenome de possível origem geográfica. De Jordão, rio da Palestina. Do hebraico <i>Iorden</i>, que desce, que corre. Rio. Rio do Juízo. Ele desceu; por causa do declive forte de seu leito. [...] Vieira explica o nome, por ser o Jordão ‘composto de dois regatos, um o Jor, outro o Dan’. Veio através do grego <i>Iórdanos</i> e do latim <i>Jordanes</i>.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1249). “Do hebreu <i>Iordan</i>: ‘o rio’, ou ‘o que desce’, nome de um rio da Palestina, famoso nas Sagradas Escrituras.” (GUÉRIOS, 1981, p. 152). Clemente: Vocábulo de origem douta, “do latim <i>clemēnte(m)</i>, que perdoa com facilidade, que mostra indulgência.” (ZINGARELLI, 1983, p. 382, tradução nossa). Conforme Rossebastiano e Papa (2005, p. 279), “O nome deriva do adjetivo latino <i>clemens</i>, <i>clementis</i>, de transparente significado, em uso já na antiguidade como sobrenome”. Com efeito, Caffarelli e Marcato (2008, p. 488, tradução nossa) o registram como sobrenome proveniente de vocábulo culto. “Do latim <i>Clemens</i>, <i>Clementis</i>: ‘clemente, benigno, indulgente’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 93). Sartoretto: “De > Sartore com o sufixo singular <i>–etto</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 279). Sartore: “Do latim <i>sartor</i>, <i>sartoris</i>, remendador de tecidos poídos e rasgados; os trajes eram confeccionados pelas matronas com suas escravas; com a introdução dos modos de trajar dos povos bárbaros, no final do Império Romano, o <i>sartor</i> se torna um profissional na confecção do vestuário da nobreza; o sobrenome se refere à arte e ofício de alfaiate.” (MIORANZA, 1997, p. 279). Encontra-se registro como nome comum indicativo de profissão também em Zingarelli (1983, p. 1692, tradução nossa), é interessante assinalar isso, pois muitos nomes próprios têm sua origem em nomes comuns.	
Entrada lexical: Jordão	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Jord–</i> (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2289) + sufixo derivacional <i>–ão</i> (MIORANZA, 1997, p. 7). O sufixo derivacional <i>–ão</i> é provido da vogal temática <i>–o</i>. Lexema 2: radical <i>Clem–</i> + sufixo derivacional <i>–ent</i> + vogal temática nominal <i>–e</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 1260). Lexema 3: radical <i>Sartor–</i> + sufixo singular <i>–etto</i>. (MIORANZA, 1997, p. 279). O sufixo <i>–etto</i> é temático, apresenta a vogal temática <i>–o</i>.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 771, de 10 de junho de 1996 e, novamente, denominada em 04 de dezembro de 2000, pela Lei Municipal nº 1106. Na primeira nomeação, no Projeto de Lei, consta que a denominação faz jus ao nome de um dos moradores mais antigos de Cotiporã, homem trabalhador que sempre desenvolveu suas atividades em prol do desenvolvimento da comunidade. Jordão Clemente Sartoretto foi um dos pioneiros no transporte de motorizados em Cotiporã e motorista de táxi por mais de 15 anos. (Projeto de Lei nº 803, de 05 de junho de 1996). A segunda lei que nomeou este logradouro atendeu à solicitação feita na ata nº 256/06, na qual são mencionados os motivos	

supracitados e, também, que foi sócio-fundador do Moinho Perin & Sartoretto que, depois, deu origem ao Moinho Guarani. Consta também na justificativa que nomeou este logradouro que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal), devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 803, de 05 de junho de 1996 e Ata nº 256, de 1º de abril de 1996).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), Jordão Clemente Sartoretto foi pioneiro no trabalho como motorista no município de Cotiporã.

Imagem de mapa:



Disponível em:
<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:
http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php. Acesso em: 19 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 25 - José Della Pasqua

José Della Pasqua	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul; inicia, no lado norte, na Rua Veranópolis, cruza a Rua Clemente Guindani, a Rua Padre Olívio Bertuol, a Rua Colombo Fellini e a Rua Souza Lobo, e tem seu término na Avenida Independência.	
Topônimo: José Della Pasqua	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: José: “Do hebreu <i>Iosef</i> ‘(Deus) acrescenta bens’, pelo grego <i>Iōsēph</i>, deste pelo latim <i>Iōsēph</i>, <i>Jōsēph</i>, em seguida pelo francês antigo <i>José</i>.” (MACHADO, 2003, p. 832). “Nome próprio, derivado hipocorístico de várias línguas europeias, corresponde ao do italiano <i>Giuseppe</i>. Digno de nota é o fato de que o maior número dessa forma (com utilização de ‘J’ e de acento) se concentra nas principais capitais da província italiana: Milão, Nápoles, Roma e Turim.” (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 727, tradução nossa). Della Pasqua: “de > <i>della</i> [da] e > <i>Pasqua</i>. (MIORANZA, 1997, p. 122). Della: “Contração da preposição <i>de</i> [arcaica] ou <i>di</i> com o artigo feminino singular <i>la</i> [a] e se traduz por <i>da</i>; nas suas funções, equivale ao masculino > <i>del</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 121). De: “A principal preposição que concorre na formação de nomes familiares italianos é ‘de’, indicativa de origem sob os mais variados aspectos. Na sobrenominização ela indica, em princípio, dois tipos de origem: a espacial ou geográfica e a genealógica ou familiar. Pode	

figurar em sua forma italiana antiga que se identifica com a original latina ‘de’, bem como na forma italiana moderna ‘di’. Além disso, pode ser anteposta ao sobrenome em sua forma articulada, ou seja, aglutinada com o artigo masculino ou feminino, singular ou plural.” (MIORANZA, 2009, p. 74).

Pasqua: “do hebraico *pesah* [derivado do verbo *pasah*, passar ou proteger], passagem, festa da passagem, Pásqua; transposto para o grego *Pascha*, foi conectado com o verbo grego *páschein* [sofrer, padecer], recordando a paixão, morte e ressurreição de Cristo; latinizado em *Pascha*, recebeu a influência do termo *pascua*, pastagem, fixando-se por esta razão, nas duas formas *Pasca* e *Pasqua*, prevalecendo esta última; assumido como nome feminino, o sobrenome é um matronímico que recorda a fundadora deste tronco familiar; nos derivados, representa quase sempre um original nome masculino.” (MIORANZA, 1997, p. 235).

Della Pasqua: “Trata-se de variante gráfica de nome dado a partir de *Páscoa*, com a adição da preposição articulada.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 610, tradução nossa).

Dalla Pasqua: “É composto por *Pasqua* e da preposição articulada. É um sobrenome vêneto, particularmente em Veneza e na Província de Treviso.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 562, tradução nossa).

Dalla: “contração da preposição *da* com o artigo feminino singular *la* [a]; traduz-se por *da*; indica procedência de um local, membro de um cepo familiar e também filiação.” (MIORANZA, 1997, p. 112).

Entrada lexical: José

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *José*. (MACHADO, 2003, p. 832).

Lexema 2: contração da preposição *de* + artigo feminino singular *-la*. (MIORANZA, 1997, p. 121).

Lexema 3: radical *Pasqu-* + vogal temática nominal *-a*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. No Projeto de Lei consta que esse logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. Importante salientar que na lei, o nome deste logradouro é “José Dalla Pasqua”. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: José Della Pasqua foi um dos membros da comissão que promoveu a construção da Capela Matriz do Curato de Nossa Senhora da Saúde de Monte Vêneto, juntamente com Matias Zanette, João Gregol, Caetano de Marco, José Ártico, Ubaldo Giordani, João Scarton, Luís Bianchi e José Silveiro. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 244-245). José Della Pasqua e Francisco Tres doaram o terreno, em 1889, onde foi construída a Capela de Nossa Senhora da Saúde. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 267). Segundo os autores (1998, p. 270), entre 1916 e 1917, constituiu sociedade com o padre Eugênio Medicheschi²¹, Pedro Soccol, Guido Duvina e José Zanette e construíram os primeiros pavilhões do frigorífico ‘A Sul Americana’. Segundo Scussel (2016), o imigrante italiano José Della Pasqua foi um grande comerciante no início do século XX e, possivelmente, construiu a primeira casa de alvenaria de Monte Vêneto. Na fachada de sua loja de mantimentos tinha a seguinte frase: “O sol nasce para todos.” No porão dessa casa iniciou-se a fabricação de produtos suínos, e só depois construíram o grande frigorífico.

²¹ Os autores utilizam a forma “Medicheschi”, entretanto, na lei, a forma consta como “Mediqueschi”.

Imagem de mapa:	Imagem de satélite:
 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 20 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 26 - José Zanette

José Zanette	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início na Rua Primeiro de Maio; na sequência, cruza a Rua João Zardo e tem seu término na Rua Doze de Maio.	
Topônimo: José Zanette	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: José: “Do hebreu <i>Iosef</i> ‘(Deus) acrescenta bens’, pelo grego <i>Iōsēph</i>, deste pelo latim <i>Iōsēph</i>, <i>Jōsēph</i>, em seguida pelo francês antigo <i>José</i>.” (MACHADO, 2003, p. 832). “Nome próprio, derivado hipocorístico de várias línguas europeias, corresponde ao do italiano <i>Giuseppe</i>. Digno de nota é o fato de que o maior número dessa forma (com utilização de ‘J’ e de acento) se concentra nas principais capitais da província italiana: Milão, Nápoles, Roma e Turim.” (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 727, tradução nossa). Zanette: “derivado hipocorístico de <i>Zan</i> ou <i>Zane</i>, obtendo-se, com a sufixação, por exemplo, <i>Zanette</i>, <i>Zanetti</i>, entre outros.” (MIORANZA, 2009, p. 70). <i>Zan</i>: “redução popular e coloquial de > <i>Zane</i>, <i>Zanni</i> [de > <i>Gianni</i>], típica do norte, especialmente dos antigos domínios da República de Veneza e áreas limítrofes.” (MIORANZA, 1997, p. 326). <i>Zane</i>: “variante regional setentrional de > <i>Zani</i>, de > <i>Zanni</i> [ver <i>Gianni</i>] que atingiu especialmente a área dos antigos territórios da República de Veneza e regiões confinantes.” (MIORANZA, 1997, p. 326). <i>Zanni</i>: “variante regional de amplas áreas setentrionais de > <i>Gianni</i> [redução de ‘Giovanni’, João]; o sobrenome é um patronímico e recorda o nome do fundador do tronco familiar; todo patronímico indica paternidade e filiação e <i>Zanni</i> significa simplesmente filho de <i>Giovanni</i> [João] que era chamado <i>Gianni</i> e conhecido, na sua região, pela variante local <i>Zanni</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 327). <i>Giovanni</i>: “do nome hebreu <i>Yohanan</i> ou <i>Yehohanan</i> [João] que se decompõe em <i>Yeh</i>, <i>Yo</i>,	

<i>Yaho</i> [abreviações de <i>Yahweh</i>, Javé, Deus] e <i>hanan</i> [compadecer-se], com o sentido de Deus teve misericórdia, se compadeceu”. (MIORANZA, 1997, p. 166).	
Entrada lexical: José	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>José</i>. (MACHADO, 2003, p. 832). Lexema 2: radical <i>Zane-</i>, <i>Zani-</i> + sufixo feminino plural <i>-ette</i>. (MIORANZA, 1997, p. 327).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982. No Projeto de Lei consta que esse logradouro foi nomeado devido à necessidade de identificar diversas ruas do município de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Consta, ainda, que os nomes escolhidos são de pessoas conhecidas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para o desenvolvimento do município. (Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982).	
Informações enciclopédicas: Conforme Scussel (2016), o imigrante italiano José Zanette foi sócio-fundador do Frigorífico A Sul Americana, possuía loja comercial e fundou a ervateira Piratini, sendo a primeira erva-mate ensacada em quilo do Rio Grande do Sul.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 21 fev. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 27 - Marcos Gaspar de Souza

Marcos Gaspar de Souza	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, iniciando ao norte no Clube juvenil, em seguida cruza a Rua Colombo Fellini, a Rua Souza Lobo e a Rua Natal Turcatel e termina ao encontrar a Avenida Independência.	
Topônimo: Marcos Gaspar de Souza	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo

Etimologia:

Marcos: “Do latim *Marcus*, proximamente é derivado de *marcus*: ‘grande martelo de ferreiro’, cognato do latim *Mars, Martis*: ‘deus da guerra’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 171).

“Do latim *Marcus*, nominativo, porque nos chegou por via culta. A difusão desta forma deve-se sobretudo ao culto de São *Marcos*, o segundo dos quatro evangelistas.” (MACHADO, 2005, p. 945).

Gaspar: “Nome de homem. Do persa: proveniente de uma palavra que significa ‘tesouro’ e que aparece em latim sob a forma *gaza* e do sufixo *-bar*, que dá ideia de portador. Nome de um dos Três Reis Magos, o que admite a interpretação de que se trata um sobrenome de origem religiosa.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1071).

De: “Preposição de sobrenome português.” (GUÉRIOS, 1997, p. 100).

“A partícula *de* em português é utilizada em três circunstâncias e, uma delas, é anteposta a um topônimo ou nome geográfico.” (GUÉRIOS, 1997, p. 42).

Souza: “Sobrenome de origem geográfica. Rio e povoação de Portugal. Cortesão tirou, com dúvida, da baixa latinidade *Sousa, Saucia*, ou *Socia*. *Sousa* [forma documentada no ano de 924], *Souza* [com z], *Socia* [documentado em 1088]. Leite de Vasconcelos tirou do latim *saza*, seixos, o que traz dificuldades fonéticas. Outros derivam de *Salsa*, donde *Souza*, o que não apresenta dificuldade fonética. Cortesão faz diferença entre *Sousa*, nome do rio, e *Souza*, nome da povoação, derivando aquele de *saza* e este de *Socia*.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 2119).

Entrada lexical: Marcos

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Marcus*. (MACHADO, 2003, p. 945).

Lexema 2: radical *Gaza-* + sufixo derivacional *-bar*. (BARATA; BUENO, 1999, p. 1071).

Conectivo: preposição *de*. (GUÉRIOS, 1997, p. 42).

Lexema 3: radical *Souz-* + vogal temática nominal *-a*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), Marcos Gaspar de Souza foi o primeiro escrivo de Monte Vêneto.

Imagem de mapa:**Imagem de satélite:**

Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z >. Acesso em: 22 fev. 2016.	Disponível em: < http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php >. Acesso em: 22 fev. 2016.
---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 28 - Martinho Bergamin

Martinho Bergamin	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, iniciando no lado sul, na Avenida Independência e, por ser um beco, tem seu término na Rondosul Indústria e Comércio de Esquadrias.	
Topônimo: Martinho Bergamin	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Martinho: “Do latim <i>Martīnu</i> –, antropônimo masculino divulgado pela popularidade de dois santos do mesmo nome (século IV e VI)”. (MACHADO, 2003, p. 956). “Do latim <i>Martinus</i> : ‘belicoso’, derivado, ou diminutivo de <i>Marte</i> .” (GUÉRIOS, 1981, p. 172). Bergamin: “Forma dialetal apocopada de > <i>Bergamino</i> .” (MIORANZA, 1997, p. 51). Bergamino: “Indica trabalhador oriundo de <i>Bérgamo</i> e dos Alpes bergamascos que criava vacas leiteiras; sua arte e ofício o tornaram conhecido com este apelativo em toda a planície do rio Pó.” (MIORANZA, 1997, p. 51).	
Entrada lexical: Martinho	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Martinh</i> – + vogal temática nominal –o. Lexema 2: radical <i>Bergamo</i> – + sufixo singular –in (redução dialetal de –ino). (MIORANZA, 1997, p. 51-58).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982. No Projeto de Lei consta que este logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do município de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público e que os nomes escolhidos são de pessoas conhecidas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para o desenvolvimento do município. (Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982).	
Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que Martinho Bergamin foi funcionário do Frigorífico A Sul Americana.	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 22 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 29 - Natal Turcatel

Natal Turcatel	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A Rua tem sentido leste-oeste, iniciando no lado leste, na Rua Dozolina Tonial Dall'Ago, depois segue em direção oeste, cruza a Rua Da Fonte e a Rua Marcos Gaspar de Souza e tem seu término na Rua Deputado Lidovino Fanton.	
Topônimo: Natal Turcatel	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Natal: “Do latim <i>Nātale</i>-, antropônimo masculino.” (MACHADO, 2003, p. 1060). Natal: “deriva de nascer.” (CUNHA, 1982, p. 545). Nascer: “surgir, vir ao mundo, originar-se.” (CUNHA, 1982, p. 544). Turcatel: A forma básica é <i>Turco</i> e tem origem da palavra <i>türk</i> da língua turca, com o significado de força. Está “documentado desde o século VIII” (CORTELAZZO; ZOLLI, 1988, p. 1385, tradução nossa). Embora não tenha sido encontrado o registro do sobrenome Turcatel na bibliografia a que se teve acesso, ele existe também na Itália. Nos dicionários consultados, há o registro das formas: Turcato, Turcati, Turcatti, Turcatto. A variante <i>Turcatel</i> consta na Lista Telefônica de assinantes particulares e na de assinantes comerciais da Itália, com indicação de portadores desse sobrenome, principalmente, na província de Pordenone, região do Friuli Venezia-Giulia²². Turcato, Turcatto: “De ><i>Turco</i> com o sufixo singular <i>-ato</i>, <i>-atto</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 309). Turcati, Turcatti: “De ><i>Turco</i> com o sufixo plural <i>-ati</i>, <i>-atti</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 309). Turco: “Do turco <i>türk</i>, turco oriundo da <i>Turquia</i>; com este designativo se aludia, na Idade Média, não somente aos turcos, mas também aos árabes, sarracenos, muçulmanos; transmitia também a ideia de não-cristão, infiel, pagão e ainda a de pessoa malvada, cruel; o	

²² Disponível em: <<http://www.paginebianche.it/ricerca?qs=Turcatel&dv=Pordenone>> e
<<http://www.paginegialle.it/ricerca/Turcatel>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

sobrenome se reporta a um desses significados e se constitui num apelativo.” (MIORANZA, 1997, p. 309-310).

Turcato: “Tem por base apelidos e também nomes comuns no século XI e XII (*Turchus* ou *Turcus*, *Turchius*, *Turchettus*), formados ou derivados de *Turco* (e *Turchétto*, *Turchino*, *Turchesco*), como étnico que na Idade Média e na idade moderna indicava genericamente Turcos, Sarracenos e Muçulmanos, e tinha também o valor de ‘não cristão’ ou de ‘pessoa feroz, cruel’.” (DE FELICE, 1987, p. 253, tradução nossa).

Entrada lexical: Natal

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Natal*.

Lexema 2: radical *Turc-* + sufixo derivacional *-at* + sufixo derivacional *-el*, atemático.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982. No Projeto de Lei consta que esse logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do município de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público e que os nomes escolhidos são de pessoas conhecidas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para o desenvolvimento do município. (Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), Natal Turcatel fundou a fábrica de Esquadrias e Móveis Turcatel.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



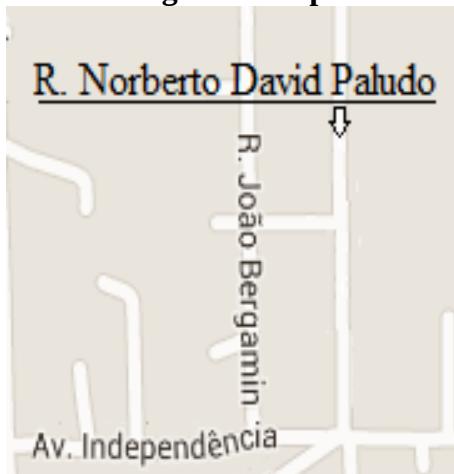
Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 30 - Norberto David Paludo

Norberto David Paludo	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, com início no lado sul, na Avenida Independência, seguindo em direção ao norte, cruza a Rua Padre Olívio Bertuol e termina ao encontrar a Rua Veranópolis.	

Topônimo: Norberto David Paludo	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Norberto: “É um antigo nome germânico composto pelos dois radicais <i>northa-</i> ‘norte’ e <i>bertha-</i> ‘famoso, ilustre’, portanto significando ‘ilustre homem do norte’”. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 939, tradução nossa). “Do francês <i>Norbert</i>, este de origem germânica, de <i>north</i>, <i>nord</i>, ‘norte’, e <i>berth</i>, ‘brilhante, ilustre’: ‘(homem) do norte ilustre’”. (MACHADO, 2003, p. 1077). David: “Do latim <i>Dāvīd</i>, esse do grego <i>Dauíd</i>, de origem hebraica (de <i>dawid</i>, ‘querido’, ‘amado’.” (MACHADO, 2003, p. 492). “Na base estão o nome ‘David’, do hebraico <i>Dawid</i> ou <i>Dawiyd</i>”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 581, tradução nossa). Paludo: “Do latim <i>palus</i>, <i>paludis</i>, palude, pântano, baixio alagadiço; o sobrenome se refere a habitante oriundo de área com essas características.” (MIORANZA, 1997, p. 232).	
Entrada lexical: Norberto	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical Norbert– + vogal temática nominal –o. Lexema 2: radical <i>David</i>. Lexema 3: radical <i>Palud</i>– + vogal temática nominal –o.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. O Presidente do Legislativo Municipal, o Vereador Vilmar Frizzon, sugeriu verbalmente esse nome para esta rua, porque Norberto David Paludo foi vereador por Veranópolis e Cotiporã, Presidente do Legislativo Municipal desses dois municípios, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Veranópolis, Presidente do Círculo Operário Cotiporanense e sócio fundador do CTG Pousada dos Carreiros. Consta também na justificativa que nomeou este logradouro que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000).	
Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), Norberto David Paludo foi vereador de Cotiporã em Veranópolis, sendo Presidente do Legislativo Municipal desses dois municípios e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Veranópolis.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 22 fev. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 31 - Pedro Breda

Pedro Breda	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, com início no lado norte, na Rua Silveira Martins, depois segue em sentido sul até a Praça Dom Fortunato Odorizzi.	
Topônimo: Pedro Breda	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Pedro: “Forma espanhola do nome <i>Pietro</i>, encontra-se registro sobretudo na região do norte e do centro da Itália.” (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 1017, tradução nossa). “Nome do homem, por vezes usado como nome de família. Do latim <i>Petru</i> (grego <i>Pétros</i>), calcado em pedra (grego <i>pétra</i>), pedra, tradução da palavra siro-hebraica empregada por Cristo em relação a São Pedro.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1728). “Do português antigo <i>Pero</i>, do latim <i>Petrus</i>, masculino de <i>petra</i>. Significa pedra, rocha, rochedo”. (GUÉRIOS, 1981, p. 199). Breda: “É uma variante de Brèda e Brèdi. É nome derivado do latim medieval <i>braid</i>a (de origem germânica, de tradição longobarda), <i>bràida</i>, <i>bràdia</i>, <i>brèra</i>, <i>bràia</i>, <i>brèa</i> e <i>brèra</i>, ‘campo gramado, erva, lugar plano aos arredores da cidade’, que estão na base dos topônimos dos quais se formou esse tipo de sobrenome.” (DE FELICE, 1982, p. 87, tradução nossa). “Sobrenome italiano topônimo bresciano: ‘herdade, fazenda’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 78).	
Entrada lexical: Pedro	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Pedr</i>– + vogal temática nominal –o. Lexema 2: radical <i>Bred</i>– + vogal temática nominal –a.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito de Veranópolis, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).	
Informações enciclopédicas: Pedro Breda foi mestre construtor da Capela Matriz do curato de Nossa Senhora da Saúde de Monte Vêneto. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 269). Scussel (2016) informou, ainda, que o imigrante italiano Pedro Breda foi sócio-fundador, secretário e gerente da Cooperativa de Laticínios e do Frigorífico A Sul Americana.	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>. Acesso em: 22 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 32 - Pelegrino Titton

Pelegrino Titton	
Município: Cotiporã	
Localização: A avenida pertence ao distrito de Lajeado Bonito. O logradouro tem sentido norte-sul, inicia no lado norte com a Rua Ângelo Girardi e segue em direção sul até se encontrar com a Rodovia RS 359.	
Topônimo: Pelegrino Titton	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Pelegrino: “Vocábulo proveniente do latim <i>‘peregrinu(m)’</i>, ‘estrangeiro’.” (CORTELAZZO; ZOLLI, 1985, p. 900, tradução nossa). Pellegrino: “Nome e sobrenome italiano: ‘peregrino, estrangeiro’; latim <i>Peregrinus</i>. Referia-se particularmente a quem, por devoção, ia visitar lugares santos – a Palestina, Roma, ou qualquer famoso santuário.” (GUÉRIOS, 1981, p. 199). “Do latim <i>pēlēgrīnus</i> [de <i>pērēgrīnus</i>] referindo-se a forasteiro, estrangeiro, ou seja, aquele que vai de país em país.” (FRANCIPANE, 2007, p. 185, tradução nossa). Titton: “De Tito, <i>Tita</i> ou <i>Titta</i>, com o sufixo <i>–one</i>; a forma apocopada com <i>–n</i> no final se divide entre as províncias de Udine, Gorizia e Treviso.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1657, tradução nossa). Titton: “Redução popular e coloquial de > <i>Battiston</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 303). Battiston: “forma reduzida de > <i>Battistone</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 303). Battistone: “de > <i>Battista</i> com a desinência singular <i>–one</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 303). Battista: “do grego <i>baptistēs</i>, adaptado ao latim <i>baptista</i>, significa batizador; este era o cognome de João, o precursor de Cristo, que ministrava o batismo junto ao rio Jordão; foi ele o responsável pela grande difusão do nome <i>Baptista</i>, <i>Battista</i>; o sobrenome recorda, como patronímico, o nome do fundador do tronco familiar e significa filho de <i>Battista</i>.”	

(MIORANZA, 1997, p. 45).	
Entrada lexical: Pelegrino	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Pelegrin</i> - + vogal temática nominal -o. Lexema 2: radical <i>Titt</i> - + sufixo -on.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 640, de 06 de março de 1995. O projeto de lei para a nomeação dessa rua, sem denominação até esta data, foi encaminhado pelo então Prefeito Municipal de Cotiporã, Leonel Antonio Paludo, após receber abaixo-assinado encaminhado ao Executivo Municipal, com a solicitação da comunidade. (Projeto de Lei nº 669, de 02 de março de 1995).	
Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), o imigrante italiano Pelegrino Tittton foi um dos pioneiros no distrito de Lajeado Bonito.	
Imagem de mapa:  Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 25 jan. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 33 - Sauro Cipriano Guindani

Sauro Cipriano Guindani	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, iniciando no lado norte, no entroncamento com a Rua Dez de Novembro, depois segue em sentido sul, cruza a Rua Ângelo Paganin e tem seu término ao se encontrar com a Rua Bento Gonçalves.	
Topônimo: Sauro Cipriano Guindani	
AH: Rua	Taxionomia: Antropo-hodônimo
Etimologia: Sauro: “Tem origem no provençal, dialeto do sul da França, <i>saur</i> que, por sua vez, provém do latim medieval <i>saurus</i>, de origem germânica”. (DEVOTO; OLI, 1990, p. 1691, tradução nossa). Sauro: “De <i>sauro</i> ‘dito do pelo do cavalo, entre o aleonado e o amarelo’.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1525, tradução nossa). Cipriano: “forma italiana de <i>Cyprianus</i> [ver Cipriani].” (MIORANZA, 1997, p. 98). Cipriani: “do nome latino <i>Cyprianus</i> [Cipriano], derivado de <i>Cyprus</i>, nome latino da ilha de	

Chipre; o sobrenome se define com *filius quondam Cypriani* [filho do senhor *Cyprianus*].” (MIORANZA, 1997, p. 98).

Cipriani, Cipriano: “‘Oriundo ou proveniente de Chipre’. Do grego *kýpros* e do latim *cŭprum-cŭpri*: ‘planta perfumada’”. (FRANCIPANE, 2007, p. 389, tradução nossa).

Guindani: “Provavelmente do nome *Guido* com o sufixo *-ano* e com epêntese da letra *-n*”. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 904, tradução nossa).

Guido: “germânico *Wido*, abreviatura, hipocorístico de nome *widukind*: ‘nascido (*kind*) no mato (*widu*)’, ou ‘criança do mato’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 136).

Entrada lexical: Sauro

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Saur-* + vogal temática nominal *-o*.

Lexema 2: radical *Ciprian-* + vogal temática *-o*.

Lexema 3: radical *Guid-* com epêntese da letra *-n* + sufixo lexical *-an* + vogal temática *-o*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Consta no Projeto que a denominação deste logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. Na Lei Municipal que nomeia o logradouro o nome consta como “Cypriano”. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Segundo Scussel (2016), Sauro Cypriano Guindani foi o fundador e gerente da Indústria e Comércio de Joias Guindani, vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Veranópolis. Também fundou o Lyons Clube de Cotiporã, exercendo atividades sociais, esportivas e econômicas importantes no município de Cotiporã. Segundo Scussel (2016), o sobrenome do imigrante é grafado com “y”.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.3.4 Axio-hodônimos

Os axio-hodônimos referem-se aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais.

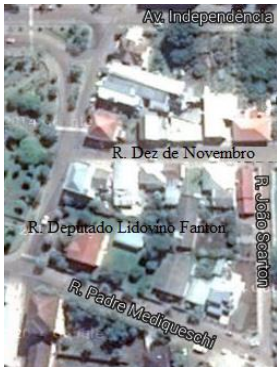
Na cidade de Cotiporã, observam-se sete denominações que seguem esse princípio: Deputado Lidovino Fanton, Professor Alceu Luiz Zecchin, Professora Luiza de Marco Sfredo e Soldado Serafin Frizon. A classificação desses logradouros nessa taxa levou em conta a forma como as pessoas se relacionam com esses espaços, sempre ressaltando os títulos que qualificam e acompanham esses nomes, e não o nome próprio individual. Porém, como se referem, também, a nomes próprios individuais, podem ser classificados como antropohodônimos, conforme pode ser visualizado nos Quadros 34 a 37, a seguir.

Sobre os antropônimos precedidos de títulos, Dick (1990a, p. 304) discorre que: “Ainda os topônimos de origem antroponímica podem se apresentar antecidos de títulos indicativos de profissão, de patentes militares, nobiliárquicos ou de investidura em funções políticas e, mesmo, de dignidades ou honrarias”. Em seguida, a autora (1990a, p. 304), em nota de rodapé, esclarece que “esta classe de formações, em que o nome próprio vem acrescido dos respectivos títulos pessoais, figura na categoria dos ‘axiotopônimos’”.

Enquanto alguns axio-hodônimos de Cotiporã revelam que o cargo que ocupavam foi um meio de proporcionar prosperidade ao município, outros reconhecem o trabalho e a coragem dos cotiporanenses.

Quadro 34 - Deputado Lidovino Fanton

Deputado Lidovino Fanton	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, inicia, no lado norte, na Rua Natal Turcatel, cruza a Avenida Independência e a Rua Padre Eugênio Mediqueschi e termina, no seu lado sul, na Rua Bento Gonçalves.	
Topônimo: Deputado Lidovino Fanton	
AH: Rua	Taxionomia: Axio-hodônimo
Etimologia: Deputado: “Do latim <i>deputatu</i> . Indivíduo comissionado para tratar de negócios de outrem.” (FERREIRA, 1999, p. 626). Lidovino: “ver <i>Ludovino</i> .” (GUÉRIOS, 1981, p. 162). Ludovino: “Ludovino, –a, germânico: ‘amigo (<i>win</i>) do povo (<i>leudi</i>)’. Latinização <i>Ludovinus</i> . Em alemão <i>Leodewin</i> .” (GUÉRIOS, 1981, p. 165). Fanton: “De > <i>Fante</i> com a desinência truncada –on.” (MIORANZA, 1997, p. 140). Fante: “do latim <i>infans</i> , <i>infantis</i> , menino; no latim medieval se reduz a <i>fans</i> , <i>fantis</i> e indica o soldado a pé, o membro das tropas de infantaria e também o serviçal que executava as tarefas mais humildes nas Cortes e nas casas dos nobres.” (MIORANZA, 1997, p. 140).	
Entrada lexical: Lidovino	

Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>deput-</i> + sufixo derivacional <i>-ado</i>. (CUNHA, 1982, p. 248). Lexema 2: radical <i>Lidovin-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. Lexema 3: radical <i>Fant-</i> + desinência truncada <i>-on</i>. (MIORANZA, 1997, p. 140).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 48, de 02 de maio de 1984. Lidovino Fanton trabalhou muito em prol das emancipações. O ex-deputado esteve presente na primeira reunião para a emancipação do município de Cotiporã. (Projeto de Lei nº 048, de 17 de abril de 1984).	
Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que Lidovino Fanton foi Deputado Federal por Farroupilha e líder da emancipação de Cotiporã e de outros 11 municípios, em 1982.	
Imagem de mapa:  Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z. Acesso em: 21 fev. 2016.	Imagem de satélite:  Disponível em: http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php. Acesso em: 21 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 35 - Professor Alceu Luiz Zechin

Professor Alceu Luiz Zechin	
Município: Cotiporã	
Localização: A rua tem sentido leste-oeste, inicia, no seu lado leste no quilômetro 14 da RS 359, e termina, no seu lado oeste, na Rua Ângelo Girardi.	
Topônimo: Professor Alceu Luiz Zechin	
AH: Rua	Taxionomia: Axio-hodônimo
Etimologia: Professor: “do latim <i>professus</i> <i>-a -um</i>, o que professa, ‘reconhece publicamente’.” (CUNHA, 1982, p. 637). Alceu: “Do grego <i>Alkaïos</i>, pelo latim <i>Alcæu</i>.” (MACHADO, 2003, p. 80). “Do grego <i>Alkaïos</i> ou <i>Alkeús</i>, derivado de <i>alké</i>, ver <i>Alceste</i>.” (GUÉRIOS, 1981, p. 51). Alceste: “Do grego <i>Álkestis</i> ou <i>Alkéstis</i>, derivado de <i>alké</i>: ‘resistência, força, poder’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 51). Luiz: “Nome de homem, por vezes usado como nome de família. Do germânico: alto alemão, <i>Hiodoviko</i>, através do Louis, diretamente ou por intermédio do espanhol, onde há Lois. Em alemão <i>Ludwig</i>. Latinizado em <i>Ludovicus</i>, forma erudita de <i>Luís</i>.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1374). Luís: Forma ibérica do nome correspondente ao italiano <i>Luigi</i>. Nome de origem germânica,	

variante de *Lodovico*. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. 816, tradução nossa).
 “Provém do germânico *Hladowig*, de *hlod* ‘glória’ e *-wig*, ‘combate’. Posteriormente, o nome foi latinizado para *Lodovicus* e, por evolução fonética, chegou a Luís – que, pela origem, deveria ser com ‘s’.” (TANET; HORDÉ, 2006, tradução nossa).
 “Do antigo alemão *Hluthawig*, que significa ‘guerreiro famoso’ que no antigo francês deu *Louis*, de onde vem o nosso vocábulo”. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2492).
Zechin: “variante regional e gráfica de > *Zecchin*.” (MIORANZA, 1997, p. 329).
Zecchin: “forma reduzida ou apocopada de > *Zecchino*.” (MIORANZA, 1997, p. 329).
Zecchino: “de > *Zecco* com o sufixo singular *-ino*.” (MIORANZA, 1997, p. 329).
Zecco: “redução popular e coloquial de > *Francesco*, através da forma arcaica e medieval *Franzesco*; corresponde a *Cecco* com a troca da consoante inicial que reflete a antiga pronúncia linguo-dental que não subsiste mais hoje. *Zecco* não subsiste como sobrenome, mas entra na composição de muitos derivados.” (MIORANZA, 1997, p. 329).

Entrada lexical: Professor Alceu

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *profess-* + sufixo derivacional *-or*. (CUNHA, 1982, p. 637).

Lexema 2: radical *Alceu*.

Lexema 3: radical *Luis*. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2491).

Lexema 4: radical *Zechin*. (MIORANZA, 1997, p. 329).

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 2182, de 14 de novembro de 2012. O projeto de lei para a nomeação da rua foi apresentado pelo Vereador José Luiz Piton. Alceu Luiz Zechin nasceu na Fazenda Zanetti, hoje distrito de Cotiporã e denominado Lajeado Bonito. Formou-se professor Normal Rural em Ana Rech, Caxias do Sul. Atuou na Escola Rural Mansueto Bernardi, Linha Júlio de Oliveira, depois nas escolas: Escola Rural Professor José Mauro, na Linha Tamandaré, Escola Rural Padre Davi Angeli, na Fazenda Zanette. Ao terminar o Ensino Técnico no Divino Mestre, em Veranópolis, passou a ser diretor da escola em que trabalhava. Depois cursou o Ensino Superior em Língua Portuguesa, no município de Estrela e, em seguida, pós-graduação em Letras na Universidade de Passo Fundo. Paralelamente, lecionou Língua Portuguesa no antigo Colégio Divino Mestre de Veranópolis e no Colégio Estadual Dosolina Boff de Vila Flores. Foi presidente do Grêmio Esportivo Fazenda, time de sua comunidade, por várias vezes. Em 1985, o primeiro Prefeito de Cotiporã, o Sr. Eraldo José Fellini, o convidou para ser Secretário Municipal de Educação, cargo em que atuou por sessenta dias, até seu falecimento no dia 06 de março de 1985. Foi o primeiro logradouro público de expressão a receber denominação no Distrito de Lajeado Bonito. (Projeto de Lei nº 008, de 31 de outubro de 2012).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), Alceu Luiz Zechin atuou como professor, desportista e Secretário de Educação do Município de Cotiporã.

Imagem de mapa:

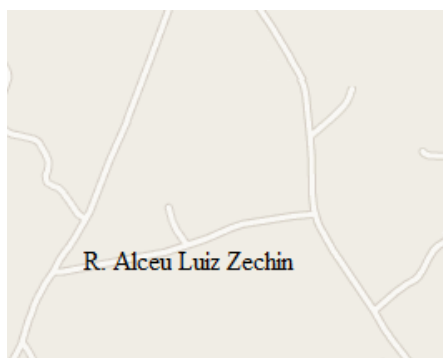


Imagem de satélite:



Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z >. Acesso em: 17 fev. 2016.	Disponível em: < http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php >. Acesso em: 17 fev. 2016.
---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 36 - Professora Luiza de Marco Sfredo

Professora Luiza de Marco Sfredo	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início no lado leste com a Rua Primeiro de Maio, cruza a Rua João Zardo e termina ao encontrar a Estrada para a Comunidade de Caravaggio.	
Topônimo: Professora Luiza de Marco Sfredo	
AH: Rua	Taxionomia: Axio-hodônimo
Etimologia: Professora: “do latim <i>professus</i> –a –um, o que professa, ‘reconhece publicamente’.” (CUNHA, 1982, p. 637). Luiza: “Var. de Luísa. Luísa: “Dá nome de pessoa <i>Luísa</i>, e ao masculino <i>Luise</i>, <i>Luiso</i>, adaptado do francês <i>Luise</i>, feminino de <i>Luis</i>, correspondente de <i>Luigi</i>.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1008, tradução nossa). Luis: “Do antigo alemão <i>Hluthawig</i>, que significa ‘guerreiro famoso’ que no antigo francês deu <i>Louis</i>, de onde vem o nosso vocábulo”. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2492). De Marco: “Compõe-se da variante de <i>Marco</i> (ver <i>Marchi</i>), com desinência ablativa, e da preposição <i>de</i>.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 625, tradução nossa). <i>Marchi</i>: “do nome latino <i>Marcus</i> que significa dedicado, consagrado ao deus <i>Mars</i>, <i>Martis</i> [Marte]; o sobrenome se define com <i>filius quondam Marci</i> [filho do senhor <i>Marcus</i>] com posterior alteração gráfica.” (MIORANZA, 1997, p. 198). Sfredo: “Está relacionado a <i>Fréddi</i> com –s prostético que pode ter a função de reforçar ou pejorativo, ou do nome <i>Sfredo</i> do antigo <i>Sigefredus</i> de origem germânica (conforme <i>Siffrédi</i>).” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1570, tradução nossa). <i>Siffrédi</i>: “De nome de pessoa atestado na Idade Média na forma latinizada <i>Sifredus</i>, de origem germânica (ver <i>Segafrédo</i>).” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1575, tradução nossa). <i>Segafrédo</i>: “Trata-se de variante do sobrenome Vêneto: <i>Segafrédo</i>. Deriva de nome de pessoa germânico a partir da base <i>sigu</i>– ‘vitória’ e <i>frithu</i>– ‘paz’, ‘amizade’.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1558, tradução nossa).	
Entrada lexical: Professora Luiza	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>professor</i>– + sufixo derivacional –or + desinência flexional de gênero –a. (BUENO, 1966, p. 3206). Lexema 2: radical <i>Luis</i>– + desinência flexional de gênero –a. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1008, tradução nossa). Conectivo: preposição <i>de</i>. (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 625, tradução nossa). Lexema 3: radical <i>Marc</i>– + vogal temática –o. Lexema 4: radical <i>Sfred</i>– + vogal temática –o.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000, referindo-se como rua Projetada ‘A’. No entanto, a Lei Municipal de 1111, de 18 de	

dezembro de 2000, retificou a nomeação, pois este logradouro era a rua Projetada ‘B’. O Projeto de Lei nº 039/2000, justifica essa nomeação informando que Luiza de Marco Sfredo nasceu em 30 de agosto de 1899 e faleceu em primeiro de março de 1984. É uma homenagem à figura da professora e mulher atuante. Lecionou por muitos anos na Escola Municipal Xavier de Souza, na Linha Brasil, município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Consta, também, na justificativa que nomeou este logradouro, que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores e empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000) No segundo projeto, consta a descrição correta da rua e o pedido de retificação. (Projeto de Lei nº 041/2000).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que é uma homenagem à antiga professora de Cotiporã.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 37 - Soldado Serafin Frizon

Soldado Serafin Frizon	
Município: Cotiporã	
Localização: A rua pertence ao Distrito de Lajeado Bonito. A rua tem sentido oeste-leste, com início no seu lado oeste no entroncamento com a Rua Ângelo Girardi e Rua Pelegrino Titton, depois segue para a Capela Nossa Senhora do Pedancino.	
Topônimo: Soldado Serafin Frizon	
AH: Rua	Taxionomia: Axio-hodônimo
Etimologia: Soldado: “Militar, pertencente ao exército, à força pública. Do italiano <i>soldato</i> , que vive a soldo, que recebe pagamento.” (BUENO, 1967, p. 3798). Serafin: “De nome de pessoa <i>Serafino</i> , de origem cristã, através da adaptação latina de <i>Seraphim</i> e do grego <i>Seraphím</i> , em hebraico <i>Serāfīm</i> , plural de <i>sāraf</i> , ‘ardente’, denominação já encontrada no Antigo Testamento, de seres com seis asas, ardentes de amor e de caridade que estão diante do trono de Deus.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1563, tradução nossa). Frizon: A forma Frizon não foi encontrada na bibliografia a que se teve acesso. No entanto, é provável que seja uma variante de Frizom ou de Frison. Frizom: “Apelido. Ver <i>Frijão</i> .” (MACHADO, 2003, p. 674).	

Frijão: “De *Fraujani* (*villa*), genitivo do antropônimo *Frauja*, de provável origem germânica. Está ligado ao apelido antigo *Frison*, *Frizom*.” (MACHADO, 2003, p. 673).
 Frisón: “Sobrenome que possui origens diversas com tradição difícil de individualizar. Pode ser resultado de um apelido de um caçador que usava a voz para caçar aves.” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 800, tradução nossa).

Entrada lexical: Soldado Serafin

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *sold-* + sufixo derivacional *-ad* + vogal temática nominal *-o*.

Lexema 2: radical *Seraphin*.

Lexema 3: radical *Frizon*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 2181, de 14 de novembro de 2012. Serafin Frizon nasceu em 21 de outubro de 1922, no Distrito de Cotiporã, quando esse pertencia à Veranópolis. Alistou-se ao Exército e foi convocado a defender a bandeira da Itália na guerra contra o nazismo. Do dia 08 de fevereiro a 04 de setembro de 1945, lutou contra os exércitos alemães e, juntamente com o Quartel General do IV Corpo, alcançaram vitórias em Castelo, Castelnuovo e Vale do Pó. Em 1945 foi licenciado do serviço da ativa, passando para a reserva do Exército Nacional. Após seu retorno ao Brasil, casou-se com Amábile Cenci e é pai de Agenor, Mercedes, Maria Inês e Nadir. Residiu em Lajeado Bonito até seu falecimento, em 25 de outubro de 2005. (Projeto de Lei nº 009, de 31 de outubro de 2012).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informa que Serafin Frizon foi o único soldado de Cotiporã a participar ativamente na Segunda Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira, nos campos de batalha da Itália.

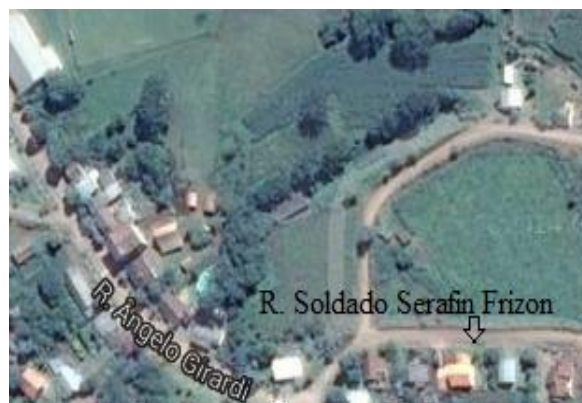
Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.3.5 Hagio-hodônimos

Os hagio-hodônimos referem-se aos nomes de santos ou santas do hagiológico romano, também são alusivos a dignidades da Igreja Católica Romana.

Nessa classificação encaixam-se as ruas Padre Eugênio Mediqueschi, Padre Olívio Bertuol e Padre Rui Lorenzi (Quadros 38 a 40).

De acordo com Dick (1990a, p. 343), “os termos indicativos das funções religiosas mais conhecidas, ou de maior domínio público, são os que realmente apresentam o maior índice de topônimos, como ocorre com frade, frei e padre.”

Quadro 38 - Padre Eugênio Mediqueschi

Padre Eugênio Mediqueschi	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido oeste-leste, iniciando no lado oeste, no entroncamento com a Rua Primeiro de Maio, cruza a Rua Deputado Lidovino Fanton e tem seu término ao se encontrar com a Rua João Scarton, no lado leste.	
Topônimo: Padre Eugênio Mediqueschi	
AH: Rua	Taxionomia: Hagio-hodônimo
Etimologia: Padre: “Na língua arcaica e nos primeiros clássicos tinha o mesmo significado de <i>pai</i>. Fixou-se depois na significação de sacerdote católico. Latim <i>patrem</i>.” (BUENO, 1966, p. 2820-2821). Eugênio: “Eugênio, –a, grego: ‘de bom (‘eu’) nascimento (‘genes’), ‘de nobre estirpe’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 113). Eugénio: “Do grego <i>Eugénios</i> (‘de origem nobre’, ‘de alto nascimento’), pelo latim <i>Eugēniu</i>–”. (MACHADO, 2003, p. 603). Mediqueschi: Embora este sobrenome não tenha sido encontrado nas referências a que se teve acesso, ele conta com alguns portadores na Itália, com a grafia italiana <i>Medicheschi</i>.²³ Como nos registros encontrados com o nome deste padre a grafia do sobrenome é “Medicheschi”, talvez provenha do sobrenome “Médici”. Trata-se de uma adaptação do italiano ao português: [che], em italiano, tem como correspondente em português a pronúncia da oclusiva [ke], portanto, na escrita, o resultado é “que”. Mèdici: “Sobrenome de profissão de antiga tradição. Do latim <i>mēdēcus</i>: derivado de <i>mēdēor-medēri</i>: ‘curare. De um antigo radical sendo <i>mad-madh</i>: ‘medicar’ e do sânscrito <i>medhâ</i>: ‘mente’, ‘sabedoria’”. (FRANCIPANE, 2007, p. 530, tradução nossa). Medici: “sobrenome italiano: ‘dos do médico, da família do médico’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 174).	
Entrada lexical: Padre Eugênio	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>padr</i>– + vogal temática nominal –e. (CUNHA, 1982, p. 571). Lexema 2: radical <i>Eu</i>– + radical –genes + vogal temática nominal –o. (GUÉRIOS, 1981, p. 113). Lexema 3: radical <i>Med</i>– + sufixo derivacional 1 –ich + sufixo derivacional 2 –esch + sufixo flexional de número plural italiano –i. (MIORANZA, 1997, p. 136, 176, 205).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718 de 26 de maio de 1981. Conforme consta no Projeto de Lei nº 318, este logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de	

²³ Disponível em: <http://www.elenchitelefonicit.it/eltel/visualizza_r.asp?chi=Medicheschi&dove=>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: “Nos primeiros dias de setembro de 1904, o Curato foi confiado à Congregação dos Padres Carlistas de Mons. Scalabrini, que, em seguida, destacou o Padre Eugênio Medicheschi²⁴, scalabrianiano da Itália, como sucessor de Padre Giórgio Rivola. O Reverendo Padre Eugênio permaneceu 16 anos como cura de Monte Vêneto. Desenvolveu suas atividades no sentido de fomento agrícola, fez abrir estradas, fundou indústrias e promoveu o comércio local”. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 269). Ainda, segundo os autores, o padre Eugênio organizou e fundou, no ano de 1907, uma Cooperativa de Laticínios, porém, com a ideia de construir uma firma de produtos suínos, a cooperativa passou a ser propriedade de particulares. Por volta de 1912, iniciou uma fábrica de salames com outros sócios. Entre 1916 e 1917, o padre Eugênio constituiu sociedade com Pedro Soccol, José Della Pasqua, Guido Duvina e José Zanette e construíram os primeiros pavilhões do frigorífico ‘A Sul Americana’. “Era o 1º estabelecimento do ramo: ‘O pai dos Frigoríficos no Brasil’.” Em outubro de 1907, o padre Eugênio Medicheschi benzeu a pedra fundamental da nova Igreja Matriz, que foi inaugurada em 1910. Os autores (1998, p. 244) também registram que, auxiliado pelo povo e por uma comissão, o padre Eugênio construiu a Matriz do curato. Faleceu na adiantada idade de 94 anos, no dia 12 de dezembro de 1971. (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 294). Segundo Scussel (2016), o Padre Eugênio Medicheschi²⁵ fundou, juntamente com outros imigrantes italianos, a primeira Cooperativa de Laticínios do Brasil, a *Trabalho e Progresso*, em 1908, e o grande *Frigorífico A Sul Americana*, em 1916. Saiu de Monte Vêneto, em 1921, com uma leva de colonos para Águas da Rondonia e Sarandi, onde é considerado benemérito fundador.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

²⁴ Grando, Zonta e Costa (1998) registram o sobrenome do padre Eugênio como “Medicheschi”, no entanto no nome do logradouro consta “Mediqueschi”.

²⁵ Scussel (2016) também confirma a grafia do sobrenome do padre Eugênio com “ch”: “Medicheschi”.

Quadro 39 - Padre Olívio Bertuol

Padre Olívio Bertuol	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início na Rua Silveira Martins, depois cruza a Rua João Bergamin, a Rua Norberto David Paludo, a Rua Padre Rui Lorenzi, a Rua Prudente de Moraes e, na sequência, a Rua José Della Pasqua.	
Topônimo: Padre Olívio Bertuol	
AH: Rua	Taxionomia: Hagio-hodônimo
Etimologia: Padre: “Na língua arcaica e nos primeiros clássicos tinha o mesmo significado de <i>pai</i>. Fixou-se depois na significação de sacerdote católico. Latim <i>patrem</i>.” (BUENO, 1966, p. 2820-2821). Olívio: “Do latim <i>oliva</i>: ‘oliveira; símbolo da paz e da ciência’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 190) “Masculino de <i>Olívia</i>.” (MACHADO, 2005, 1093). <i>Olívia</i>: “Derivado de <i>Oliva</i>, generalizado, como julgo, entre os anglófonos pelo nome de uma das personagens (a condessa <i>Olívia</i>) da peça <i>Twelfth Night</i> (‘Noite de Reis’) de Shakespeare.” (MACHADO, 2005, 1093). Bertuol: “forma dialetal reduzida de > <i>Bertuolo</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 53). <i>Bertuolo</i>: “de > <i>Berto</i> com o sufixo singular <i>-uolo</i>.” (MIORANZA, 1997, p. 53). <i>Berto</i>: “forma italiana de <i>Bertus</i> [ver <i>Berti</i>].” (MIORANZA, 1997, p. 52). <i>Berti</i>: “este sobrenome deriva de redução de nomes germânicos terminados em <i>berht</i> [do termo <i>berhta</i>, famoso, ilustre], com a queda da primeira parte, como <i>Alberht</i>, <i>Adalberht</i> e outros.” (MIORANZA, 1997, p. 52). <i>Bertuol</i>: “De nome de pessoa <i>Bèrta</i>, <i>Berto</i> com o sufixo <i>-uolo</i>; a forma apocopada com <i>-l</i> no final pertence a província de Treviso, com menor presença em Belluno e na província de Veneza.” (CAFARELLI; MARCATO, 2008, p. 215, tradução nossa).	
Entrada lexical: Olívio	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Padr-</i> + vogal temática nominal <i>-e</i>. Lexema 2: radical <i>Olivi-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. Lexema 3: radical <i>Bert-</i> + sufixo derivacional <i>-uol</i>. (CAFARELLI; MARCATO, 2008, p. 215, tradução nossa).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. A referida rua foi uma homenagem ao padre Olívio Bertuol que muito trabalhou em prol da comunidade. Consta também na justificativa que nomeou este logradouro que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores e empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000).	
Informações enciclopédicas: O Padre Olívio Bertuol sucedeu o Padre João Pedro e construiu, em 1958, com a ajuda do Governador Leonel Brizola, o Salão Paroquial Monte Vêneto Palace, projetado com quatro andares, abrigando cinema, salão de festas e cancha de bochas. Atualmente, nesse espaço, há um restaurante, pista de boliche e a sede do Círculo Operário Cotiporanense. (Disponível em: <http://historiadecotipora.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html>. Acesso em: 09 mar. 2016). “O Padre Olívio Bertuol nasceu em Caxias do Sul a 18-11-1916, filho de José e Maria Tedesco. Foi ordenado por Dom José Barea na Catedral de Caxias do Sul, a 29-11-1942. De 1953-63, foi pároco de Nossa Senhora da Saúde de Cotiporã, passando à Paróquia Nossa Senhora da Purificação até 1980. Faleceu no Hospital Nossa Senhora da Saúde, onde se submeteu a uma cirurgia de tumor na cabeça, a 12-03-1985.” (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 302). De acordo com Scussel (2016), o Padre Olívio Bertuol fez	

melhorias no Hospital Nossa Senhora da Saúde, como a aquisição do aparelho de raio X e a construção do poço artesiano, além de ser o idealizador do Círculo Operário Cotiporanense.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 40 - Padre Rui Lorenzi

Padre Rui Lorenzi	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, com início no lado sul, na Rua Souza Lobo, depois cruza a Rua Colombo Fellini e, na sequência, a Rua Padre Olívio Bertuol; tem seu término ao se encontrar com a Rua Clemente Guindani.	
Topônimo: Padre Rui Lorenzi	
AH: Rua	Taxionomia: Hagio-hodônimo
Etimologia: Padre: “Na língua arcaica e nos primeiros clássicos tinha o mesmo significado de <i>pai</i>. Fixou-se depois na significação de sacerdote católico. Latim <i>patrem</i>.” (BUENO, 1966, p. 2820-2821). Rui: “Do português arcaico <i>Ruy</i>, <i>Roy</i>, hipônimo de <i>Rodrigo</i>. Forma apocopada, segundo uns, já na época germânica; segundo outros, do romance: <i>Rodrigo</i> > <i>Rorio</i> > <i>Roio</i> > <i>Roi</i> > <i>Ruí</i>, e depois Rui; conforme <i>rúim</i> em vez de [ruím].” (GUÉRIOS, 1981, p. 216). “Geralmente considerado forma proclítica de <i>Rodrigo</i>, antes de apelativo.” (MACHADO, 2003, p. 1284). Lorenzi: “Do latim <i>Laurentius</i>, Lourenço; o nome se origina de <i>Laurentum</i>, antiga cidade do <i>Lácio</i>, que os romanos explicavam como um derivado de <i>laurus</i> [louro], <i>lauretum</i> [loureiral]; o nome teve grande difusão, graças ao prestígio e culto de São <i>Laurentius</i>, mártir em Roma, no ano 258; o sobrenome se define com <i>filius quondam</i>, <i>Laurentii</i> [filho do senhor <i>Laurentius</i>], com posterior evolução fonética que o fixa em Lorenzi.” (MIORANZA, 1997, p. 189).	
Entrada lexical: Padre Rui	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Padr</i>– + vogal temática nominal –<i>e</i>. Lexema 2: radical <i>Rui</i>. Lexema 3: radical <i>Lorenz</i>– + vogal temática nominal –<i>i</i>.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Consta no	

Projeto que este logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: O “Padre Rui Carlos Lorenzi nasceu em Garibaldi a 4-11-1916. Fez os estudos em São Leopoldo, com os jesuítas e foi ordenado em Bento Gonçalves a 22-10-1939 por Dom José Barea. Exerceu o ministério sacerdotal inicialmente em Bento Gonçalves; foi pároco na Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Cotiporã (1942-9), da Paróquia Cristo Rei de Bento Gonçalves e da Paróquia de São Marcos de Farroupilha. Foi secretário geral do Bispado, em Caxias do Sul, por mais de um ano. Faleceu repentinamente em Muçum a 09-03-1981, 36 dias depois de ter tomado posse como pároco. Foi sepultado em Garibaldi no jazigo da família. Era um sacerdote de profunda espiritualidade, dedicado e organizado, de fino trato e bom caráter. Amigo e conciliador.” (GRANDO; ZONTA; COSTA, 1998, p. 301-302).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1.3.6 Historio-hodônimos

Os historio-hodônimos referem-se aos movimentos de cunho histórico-social, a seus membros e às datas comemorativas.

Encaixam-se nessa classificação as ruas Bento Gonçalves, Dez de Novembro, Doze de Maio, Independência, Marcílio Dias, Primeiro de Maio, Prudente de Moraes, Silveira Martins, Souza Lobo e Veranópolis (Quadros 41 a 50).

Como Bento Gonçalves, Marcílio Dias, Prudente de Moraes, Silveira Martins e Souza Lobo referem-se a nomes próprios individuais, também podem ser classificados como

antropo-hodônimos. Entretanto, foi levado em conta, nessa classificação, que esses logradouros remetem antes a acontecimentos relacionados à história do Brasil e a personagens históricas, do que a um nome de pessoa propriamente dito.

Quadro 41 - Bento Gonçalves

Bento Gonçalves	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, inicia no entroncamento com a Rua Primeiro de Maio e segue em direção sul até a Comunidade Nossa Senhora do Rosário.	
Topônimo: Bento Gonçalves	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Bento: “forma popular portuguesa de <i>Benedito</i>. Forma arcaica; <i>Bêito</i> > <i>Bêto</i>.” (GUÉRIOS, 1981, p. 71). <i>Benedito</i>: “Do latim <i>Benedictus</i>: ‘o abençoado, o bendito’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 71). Gonçalves: “Aparece sob várias formas nos textos medievais [...] formando duas séries: a primeira com as formas em <i>Gundi</i>–, a segunda com as formas em <i>Gon</i>–.” (MACHADO, 2003, p. 727). “Sobrenome português, em vez de <i>Gonçálvez</i>, patronímico de <i>Gonçalo</i>.” (GUÉRIOS, 1981, p. 133). “Sobrenome de formação patronímica: o filho de <i>Gonçalo</i>. <i>Gonçalo</i>: do germânico, composto de <i>gundi</i>, batalha, luta, no antigo alto alemão, e o segundo elemento, <i>salo</i>, escuro em antigo alto alemão – cego pela luta.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1114).	
Entrada lexical: Bento	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>Bent</i>– + vogal temática nominal –o. Lexema 2: radical <i>Gonçal</i>– com epêntese de –v + sufixo flexional –es.	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Conforme consta na lei, este logradouro foi nomeado devido à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito de Veranópolis, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).	
Informações enciclopédicas: General Bento Gonçalves da Silva nasceu em Triunfo, RS, em 23 de setembro de 1788. Iniciou como soldado de guerrilhas em 1811, no Uruguai, no Exército de D. Diogo. Foi militar e um dos líderes da Revolução Farroupilha que buscava a independência da província do Rio Grande do Sul do Império do Brasil. Faleceu em 18 de julho de 1847, em Pedras Brancas, Guaíba. (FLORES, 2001, p. 570-571).	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>. Acesso em: 18 fev. 2016.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 42 - Dez de Novembro

Dez de Novembro	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem início no lado oeste na Rua Deputado Lidovino Fanton, segue em sentido leste e tem seu término ao se encontrar com a Rua Da Fonte.	
Topônimo: Dez de Novembro	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Dez: “equivale a nove unidades mais uma. Latim <i>decem</i> .” (BUENO, 1964, p. 997). “Do adjetivo numeral <i>dez</i> .” (MACHADO, 2003, p. 503). De: “preposição”. (MACHADO, 2003, p. 492). Novembro: “O penúltimo mês do calendário atual. Latim <i>November</i> de <i>novem</i> , pois, era, no calendário romano, o nono mês.” (BUENO, 1964, p. 2665). “Do latim <i>Novembre</i> –, ‘o mês de novembro, o 9º do calendário romano’; o –o, é analógico.” (MACHADO, 2003, p. 1080).	
Entrada lexical: Dez	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>dez</i> –. (MACHADO, 2003, p. 503). Conectivo: preposição <i>de</i> . (MACHADO, 2003, p. 492). Lexema 2: radical <i>novembre</i> – + vogal temática nominal –o. (MACHADO, 2003, p. 1080).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718 de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).	
Informações enciclopédicas: Em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição e implantou o Estado Novo. (FLORES, 2001, p. 227-228). Segundo Azevedo, o termo Estado Novo designa o governo implantado no Brasil,	

por Getúlio Vargas através do golpe de Estado. Apoiado pelos militares e por expressiva parte da classe política, o novo regime representou uma reação nacionalista e antissocialista visando ao reajuste político das necessidades socioeconômicas ameaçadas, segundo se alegava, pelo pluripartidarismo que enfraquecia a unidade nacional. Grandes mudanças políticas foram então feitas, a começar pela promulgação, naquela data, de uma nova constituição, de forte teor totalitarista. (AZEVEDO apud OLIVEIRA, 2002, p. 1134).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 43 - Doze de Maio

Doze de Maio	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte-sul, iniciando no lado norte no entroncamento com a Rua Padre Olívio Bertuol, e segue até encontrar a Rua José Zanette, no lado sul.	
Topônimo: Doze de Maio	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Doze: “Nome do numeral 12. Latim <i>dodĕcim</i> ”. (BUENO, 1964, p. 1048). “Do numeral <i>doze</i> .” (MACHADO, 2003, p. 519). De: “preposição”. (MACHADO, 2003, p. 492). Maio: “quinto mês do ano civil. Do latim <i>mājus</i> ‘mês consagrado a Apolo, o quinto do calendário romano, após a reforma de Júlio César’.” (CUNHA, 1982, p. 490). “Origem do latim <i>maiu</i> , o mês de maio, pelo nome da deusa <i>Maia</i> (Maiia), divindade itálica, filha de Fauno e a mulher de Vulcano, idêntica à divindade grega, do mesmo nome, filha de Atlas e de Pleione, mulher de Hermes.” (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2551).	
Entrada lexical: Doze	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>doze</i> -. (MACHADO, 2003, p. 519). Conectivo: preposição <i>de</i> . (MACHADO, 2003, p. 492).	

Lexema 2: radical *mai-* + vogal temática nominal *-o*. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2550).

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982. A denominação desse logradouro se justifica pela necessidade de nomear diversas ruas do município de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. A data de 12 de maio foi escolhida por ser o dia da criação do município de Cotiporã. (Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que é uma homenagem à data da emancipação do município de Cotiporã, dia 12 de maio de 1982.

Imagem de mapa:



Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:
<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 44 - Independência

Independência	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A avenida tem sentido leste-oeste, iniciando no lado leste na rua ainda sem denominação, cruza a Rua Da Fonte, a Rua Lidovino Fanton e segue, em sentido oeste, até encontrar a estrada para a Capela São José.	
Topônimo: Independência	
AH: Avenida	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Independência: “Do latim <i>pendo-pensum-pendere</i> : pender.” (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 3194). “Ver depender.” (CUNHA, 1982, p. 433). “Depender: ‘estar sujeito, derivar, proceder’. Do latim <i>dēpendēre</i> ‘pende de’, de <i>pendēre</i> ‘estar pendurado’.” (CUNHA, 1982, p. 247).	
Entrada lexical: Independência	
Estrutura morfológica: elemento simples. Prefixo <i>-in</i> + prefixo <i>-de</i> + radical <i>-pend</i> + sufixo derivacional <i>-enc</i> + sufixo derivacional <i>-ia</i> . (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 3193).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Conforme consta na lei, a avenida passou a integrar-se ao sistema viário do 2º Distrito mantendo a	

denominação pela qual era conhecida. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que a nomeação deste logradouro é uma homenagem à Independência do Brasil. Também, Independência foi o nome da 2ª Linha de divisão de terras doadas aos imigrantes italianos. De acordo com Flores (2001, p. 317), a Independência do Brasil foi proclamada no dia 07 de setembro de 1822 por D. Pedro e marcou o fim do domínio da coroa portuguesa sobre o território colonial brasileiro.

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9998937,-51.6972767,18z>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 45 - Marcílio Dias

Marcílio Dias	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início no lado leste, na Rua Primeiro de Maio, e termina ao encontrar a Rua Doze de Maio.	
Topônimo: Marcílio Dias	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Marcílio: “Do latim <i>Marcilius</i>, diminutivo de <i>Márcio</i>.” (GUÉRIOS, 1981, p. 170). Márcio: “Do latim <i>Marcus</i>, o mesmo que <i>Marcos</i>.” (GUÉRIOS, 1981, p. 170). Marcos: “Do latim <i>Marcus</i>, proximamente é derivado de <i>marcus</i>: ‘grande martelo de ferreiro’, cognato do latim <i>Mars</i>, <i>Martis</i>: ‘deus da guerra’.” (GUÉRIOS, 1981, p. 171). “Ver <i>Marsílio</i>.” (MACHADO, 2003, p. 944). Marsílio: “O vocabulário registra duas formas: <i>Marcílio</i> (e o seu feminino, <i>Marcília</i>), ‘equivalente do latim <i>Marcilius</i>’, e <i>Marsílio</i> (e o seu feminino <i>Marsília</i>), ‘equivalente do italiano <i>Marsílio</i>, do francês <i>Marsile</i>’. O nome deve-se ao italiano <i>Marsilio</i>, com certa difusão em parte devida ao prestígio do grande humanista <i>Marsílio Ficino</i> (1433-1499).” (MACHADO, 2003, p. 944-954). Dias: “Sobrenome de origem patronímica. Do latim ‘Didaci’, genitivo de ‘Didacus’, Diogo. Esta palavra passou pelas seguintes transformações: Didacus [971], Didazi, Diazi [1080] e Diaz [1080]. Sobrenome português e espanhol. Como patronímico significa ‘filho de Diogo’.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 855). “Sobrenome português. No século 16: <i>Diaz</i>, forma correta; do genitivo latino <i>Didaci</i>, patronímico de <i>Didacus</i>. Em documento do séc. XIV: <i>Diez</i>, patronímico de <i>Diego</i>. –	

Segundo o historiador Gonçalo Argote Molina, o nome provém do espanhol *diés* (*diez*), e foi ganho por Pedro Fidalgo que de noite, à luz dum facho, conquistou valentemente o castelo de Fiscar, matando *diez* (10) mouros nesse ato. E nas armas dessa família havia ‘em campo azul hua estrella de oiro de dez raios’. A etimologia é fantasiosa.” (GUÉRIOS, 1981, p. 102).

Entrada lexical: Marcílio

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Marcíli-* + vogal temática nominal *-o*.

Lexema 2: radical *Diaz*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), é uma homenagem ao herói da Marinha Brasileira. Marcílio Dias nasceu em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e foi marinheiro de 1ª Classe da Marinha Brasileira. Fez a Campanha do Uruguai de 1864-65, participando do ataque naval e terrestre à cidade de ‘Paisandu’. Foi morto na Batalha Naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Seu corpo, com os demais marinheiros mortos, foi jogado no rio Paraguai, com honras militares. (FLORES, 2001, p. 206).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 46 - Primeiro de Maio

Primeiro de Maio
Município: Cotiporã
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido norte, com início na Rua Adolfo Scussel, segue ainda em direção norte, passando pela Rua Professora Luiza de Marco Sfredo, até encontrar a Rua Augusto Mânica e cruzá-la, depois, ainda em direção norte, encontra-se

com o término da Rua José Zanette; em seguida, com o final da Rua José Argenta e, na continuidade, com o início da Rua Padre Eugênio Mediqueschi e, logo após, com o término da Rua Marcílio Dias e termina ao se encontrar com a Avenida Independência.	
Topônimo: Primeiro de Maio	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Primeiro: “do latim <i>primarius</i>, ordinal correspondente a um que antecede outros quanto ao tempo, lugar, série ou classe.” (CUNHA, 1982, p. 634). De: “preposição”. (MACHADO, 2003, p. 492). Maio: “quinto mês do ano civil, do latim <i>mājus</i>, mês consagrado a Apolo, o quinto do calendário romano, após a reforma de Júlio César.” (CUNHA, 1982, p. 490). “Origem do I. <i>maiu</i>, o mês de maio, pelo nome da deusa <i>Maia</i> (Maiia), divindade itálica, filha de Fauna e a mulher Vulcano, idêntica à divindade grega, do mesmo nome, filha de Atlas e de Pleione, mulher de Hermes.” (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2551).	
Entrada lexical: Primeiro	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>prim-</i> + sufixo nominal <i>-eir</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 3371). Conectivo: preposição <i>de</i>. (MACHADO, 2003, p. 492). Lexema 2: radical <i>mai-</i> + vogal temática nominal <i>-o</i>. (HECKLER; BACK; MASSING, 1984, p. 2550).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Conforme consta na lei, essa rua já era conhecida por esse nome e sua denominação atendeu à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).	
Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que a data é uma homenagem ao Dia do Trabalho. De acordo com Avila, no dia 1-05-1886, em Chicago, grevistas entraram em choque com a polícia. Explodiu uma bomba e morreram quatro operários e sete policiais. No Brasil, a primeira tentativa de celebrar o Primeiro de Maio data do ano de 1893. Encontrou violenta repressão do governo, mas já em 1895 a data era celebrada sem maiores alterações. O Dia do trabalho, porém, só foi institucionalizado com o Estado Novo, em 1938, e declarado feriado nacional pelo governo de marechal Eurico Gaspar Dutra, com a lei nº 662, de 6-04-1949. A Igreja Católica instituindo, em 1955, a festa litúrgica de S. José Operário, a ser celebrada em 1º de maio, procurou dar, para os operários cristãos, um sentido também religioso do Dia do Trabalho (ÁVILA apud OLIVEIRA, 2002, p. 551).	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3,+RS/@-28.9996367,51.6974355,18z/data=!4m2!3m1!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb>. Acesso em: 13 nov. 2015.	 Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 13 nov. 2015.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

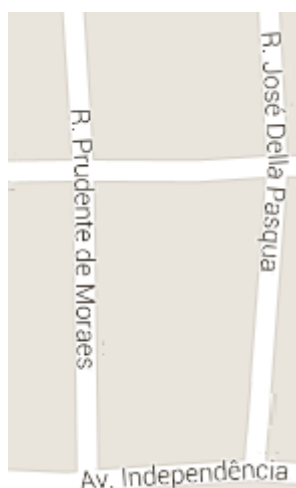
Quadro 47 - Prudente de Moraes

Prudente de Moraes	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, com início no lado sul, na Avenida Independência, em seguida, cruza a Rua Padre Olívio Bertuol, a Rua Colombo Fellini e a Rua Souza Lobo, depois segue em sentido norte até encontrar a Rua Clemente Guindani.	
Topônimo: Prudente de Moraes	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Prudente: “Do latim <i>prūdēns –entis</i> .” (CUNHA, 1982, p. 643). “ <i>Prudente</i> José de Moraes Barros (1841-1902), presidente da República do Brasil. Do adjetivo <i>prudente</i> .” (MACHADO, 2003, p. 1217). “Adjetivo cauteloso, moderado, sereno, sensato, cordato, discreto, judicioso. Latim <i>prudenter</i> .” (BUENO, 1966, p. 3239). De: “Preposição de sobrenome português.” (GUÉRIOS, 1997, p. 100). “A partícula <i>de</i> em português é utilizada em três circunstâncias e, uma delas, é anteposta a um topônimo ou nome geográfico.” (GUÉRIOS, 1997, p. 42). Moraes: “Sobrenome de origem geográfica. Topônimo de Portugal. Plural de um substantivo <i>moral</i> que devia ter significado <i>amoreiral</i> . O espanhol tem <i>moral</i> , amoreira, e o sobrenome <i>Morales</i> . O substantivo desapareceu, ficando só o topônimo e o sobrenome. Guérios derivou de <i>Mulares</i> , muros.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 1546). “Sobrenome português toponímico – derivado do latim <i>murales</i> , <i>muros</i> .” (GUÉRIOS, 1981, p. 180).	
Entrada lexical: Prudente	
Estrutura morfológica: elemento composto. Lexema 1: radical <i>prudens</i> – + sufixo derivacional <i>–entis</i> . (CUNHA, 1982, p. 643). Conectivo: preposição <i>de</i> . (GUÉRIOS, 1997, p. 42). Lexema 2: radical <i>Moral</i> – + sufixo flexional <i>–es</i> . (BARATA; BUENO, 1999, p. 1546).	

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. Consta no Projeto que a denominação deste logradouro atendeu à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) afirmou que é uma homenagem ao Presidente da República do Brasil Prudente de Moraes. De acordo com Flores (2001, p. 416), Prudente de Moraes nasceu no dia 04 de outubro de 1841, foi eleito presidente da República e governou de 1894 a 1898. Consolidou e pacificou a República; reatou as relações diplomáticas com Portugal, conseguiu a paz no Rio Grande do Sul, em 1895, e enfrentou a Campanha de Canudos, entre 1896-7.

Imagem de mapa:



Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:
<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 48 - Silveira Martins

Silveira Martins	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido sul-norte, com início no lado sul, na Avenida Independência, depois segue em sentido norte, cruzando a Rua Souza Lobo, a Rua Colombo Fellini e, depois, a Rua Veranópolis; tem seu término ao encontrar a Rod. RS 359.	
Topônimo: Silveira Martins	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Silveira: “Moita de silvas, que é da silva.” (BUENO, 1967, p. 3745). “Do substantivo feminino <i>silveira</i> , ‘moita de silva, silvedo’; o mesmo que <i>silva</i> , planta.” (MACHADO, 2003, p. 1348). Martins: “Sobrenome português, em vez de <i>Martinz</i> , patronímico de <i>Martim</i> ou <i>Martino</i> . Do latim <i>Martinici</i> .” (GUÉRIOS, 1981, p. 173).	
Entrada lexical: Silveira	

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Silv*– + sufixo derivacional –*eir* + vogal temática nominal –*a*.

Lexema 2: radical *Martim*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: Scussel (2016) informou que foi grande tributo do Rio Grande do Sul ao opositor de Júlio Prates de Castilhos. Gaspar da Silveira Martins foi preso e banido do país, em 21 de dezembro de 1889. Revogado o banimento, em 19 de novembro de 1890, retornou ao Brasil, organizando o Partido Federalista em oposição ao governo de Júlio Prates de Castilhos. Depois da vitória de Júlio de Castilhos, exilou-se na República do Uruguai e faleceu em Montevidéu, em 23 de julho de 1901. (FLORES, 2001, p. 384).

Imagem de mapa:



Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6957881,18z>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imagem de satélite:



Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 49 - Souza Lobo

Souza Lobo	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início no lado leste, na Rua Dozolina Tonial Dall'Ago, depois segue em sentido oeste e cruza a Rua Da Fonte, a Rua Marcos Gaspar de Souza, em seguida, a Rua Pedro Breda, a Rua Silveira Martins, a Rua José Della Pasqua e a Rua Prudente de Moraes. Tem seu término ao se encontrar com a Rua Doze de Maio.	
Topônimo: Souza Lobo	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo

Etimologia:

Souza: “Sobrenome de origem geográfica. Rio e povoação de Portugal. Cortesão tirou, com dúvida, da baixa latinidade *Sousa*, *Saucia*, ou *Socia*. *Sousa* [forma documentada no ano de 924], *Souza* [com z], *Socia* [documentado em 1088]. Leite de Vasconcelos tirou do latim *saza*, seixos, o que traz dificuldades fonéticas. Outros derivam de *Salsa*, donde *Souza*, o que não apresenta dificuldade fonética. Cortesão faz diferença entre *Sousa*, nome do rio, e *Souza*, nome da povoação, derivando aquele de *saza* e este de *Socia*.” (BARATA; BUENO, 1999, p. 2119).

Lobo: “sobrenome português, primitivo alcunha. Compare latim *Lupus*, *Lupinus*. Na Itália, o nome *Lupo*, *lobo*, foi comum nos tempos feudais.” (GUÉRIOS, 1981, p. 163).

Entrada lexical: Souza

Estrutura morfológica: elemento composto.

Lexema 1: radical *Souz-* + vogal temática nominal *-a*.

Lexema 2: radical *Lob-* + vogal temática nominal *-o*.

Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981. A denominação desse logradouro deve-se à necessidade de nomear diversas ruas do então 2º Distrito, atual cidade de Cotiporã, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências e disciplinar os endereços para melhor conhecimento público. Na justificativa, o Prefeito Municipal Nadyr Mario Pelegrino Peruffo salientou que é costume escolher o nome de pessoas residentes e conhecidas do próprio local para denominar logradouros públicos. (Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981).

Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), é uma homenagem a José Carlos de Souza Lobo, jornalista e escritor brasileiro. José Carlos de Souza Lobo nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 11 de outubro de 1875, filho de José Teodoro de Souza Lobo e Rita da Graça Lobo. Foi poeta, cronista e romancista; usou os pseudônimos de João Crisóstomo e José Matias nas suas colaborações no jornal *Correio do Povo*. Foi membro da *Sociedade Literária Apeles Porto Alegre*, de 1888 a 1901, da *Academia Rio-Grandense de Letras* desde a sua fase inicial, de 1901, tendo participado do movimento que a reergueu em 1934, e do *Centro Literário de Porto Alegre*. Patrono da cadeira número 29 da *Academia Rio-grandense de Letras*. José Carlos de Souza Lobo faleceu em 18 de outubro de 1935, em sua cidade natal. (Disponível em: <<http://arl.org.br/index.php/patronos/85-jos%C3%A9-carlos-de-souza-lobo>>. Acesso em: 23 mar. 2016).

Imagem de mapa:

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@->

Imagem de satélite:

Disponível em:

<http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php>

28.9960123,-51.6 957881,18z>. Acesso em: 22 fev. 2016.	. Acesso em: 22 fev. 2016.
--	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 50 - Veranópolis

Veranópolis	
Município: Cotiporã	
Localização: Bairro Centro. A rua tem sentido leste-oeste, com início no lado leste, no Clube Juvenil, depois segue em direção oeste e cruza a Rua Pedro Breda, depois a Rua Silveira Martins, e termina ao encontrar a Rua José Della Pasqua, no lado oeste.	
Topônimo: Veranópolis	
AH: Rua	Taxionomia: Historio-hodônimo
Etimologia: Veranópolis: “Topônimo no Brasil: Rio Grande do Sul. De <i>verão</i> + <i>-polis</i> .” (MACHADO, 2003, p. 1467). <i>Verão:</i> “Do latim <i>verānu-</i> (<i>tempus</i>), ‘(tempo) primaveril’.” (MACHADO, 2003, p. 1467). <i>-polis:</i> “elemento de formação de topônimos (do grego <i>pólis</i> , ‘cidade’).” (MACHADO, 2003, p. 1193).	
Entrada lexical: Veranópolis	
Estrutura morfológica: elemento simples. Radical <i>Verão-</i> + elemento de formação de topônimos <i>-polis</i> . (MACHADO, 2003, p. 1193-1467).	
Histórico: Rua denominada pela Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000. A denominação desse logradouro é uma homenagem ao município-mãe. Consta, também, na justificativa que nomeou este logradouro, que houve solicitação da comunidade, de empresas e órgãos estatais (CRT, RGE, Correios, Governos Estadual e Federal) devido à necessidade de localizar moradores, empresas locais nas referidas vias públicas urbanas. (Projeto de Lei nº 039/2000).	
Informações enciclopédicas: De acordo com Scussel (2016), o Distrito de Monte Vêneto, hoje Cotiporã, foi anexado ao município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, em 18 de outubro de 1899 e emancipou-se em 12 de maio de 1982; por isso, o nome deste logradouro é uma homenagem ao município-mãe.	
Imagem de mapa: 	Imagem de satélite: 
Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/@-28.9960123,-51.6 957881,18z >. Acesso em: 22 fev. 2016.	Disponível em: < http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php >. Acesso em: 22 fev. 2016

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

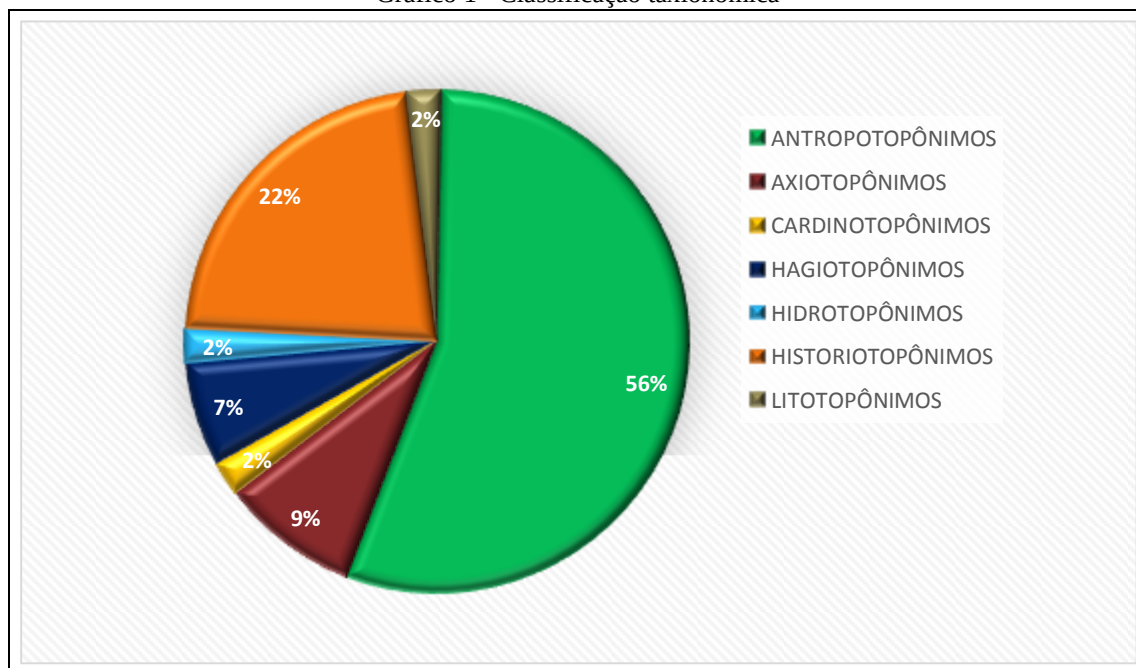
Conforme expusemos no início deste capítulo, apresentamos as 45 fichas lexicográfico-toponímicas a que nos propomos estudar. No próximo capítulo, sistematizamos as informações recolhidas e apresentamo-las através de gráficos. Também procuramos relacionar e analisar aspectos culturais, históricos e sociais.

6 A CRÔNICA DE UM POVO: ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS DE COTIPORÃ

Neste capítulo, são analisados os dados organizados e explicitados no Capítulo 5, procurando ligar os estudos toponímicos às noções de identidade, cultura e regionalidade. Assim, apresentamos, a seguir, as principais reflexões formuladas ao longo da pesquisa.

No que se refere à taxionomia, nota-se que a categoria dos antropotopônimos é a mais representativa no município de Cotiporã, concentrando 56% das ocorrências; os historiотopônimos figuram em segundo lugar, com 22% dos casos; em terceiro lugar, aparecem os axiotopônimos, com 9%; em seguida, destacam-se os hagiотopônimos, com 7%; por fim, três taxes representam, cada uma, 2% do total de ocorrências, a saber, os cardinotopônimos, os litotopônimos e os hidrotopônimos. Tais dados podem ser observados no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Classificação taxionômica



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Antes de iniciarmos a análise, é relevante convencionar que, a partir deste momento, o bairro Centro e o distrito de Lajeado Bonito são analisados e classificados como topônimos e os logradouros da cidade como hodônimos, já que a hodonímia pode ser considerada um microcosmos da toponímia.

Considerando somente os nomes próprios individuais e reunindo as taxes que possuem também essa característica, ou seja, somando os 56% dos antroпо-hodônimos, com

os 9% dos axio-hodônimos, mais 7% dos hagio-hodônimos, verificamos que 72% dos hodônimos fazem referência a nomes individuais e a cotiporanenses, sejam eles de imigrantes ou de seus descendentes. Esse número, comparado a outras taxas, levando em conta topônimos e hodônimos, representa a maior quantidade de topônimos, pois se trata de 32 nomes do total de 45.

Esses dados podem ser explicados não só pelo fato de a cidade ter sido formada, principalmente, por italianos e seus descendentes, como também pelo desejo de homenagear pessoas que prestaram relevantes serviços à comunidade, promovendo seu desenvolvimento. Importante ressaltar que, exceto um logradouro, os outros 31 possuem nomes próprios de imigrantes ou descendentes de italianos, o que contribui para a percepção de uma identidade italiana local. De acordo com Kramsch (2001, p. 67), “a identidade de um grupo não é um fato natural, mas uma percepção cultural [...]. Nossa percepção da identidade social de alguém é muito culturalmente determinada.” Assim, podemos inferir que boa parte das pessoas dessa cidade se vincula a certa italianidade e a afirmam nomeando espaços públicos com designações que se referem diretamente à identidade italiana.

O fato de, na cidade de Cotiporã, a maioria dos nomes dos logradouros ser de indivíduos de descendência italiana exemplifica a afirmação de Cuche (1999, p. 14) de que “a defesa da autonomia cultural é muito ligada à preservação da identidade coletiva. ‘Cultura’ e ‘identidade’ são conceitos que remetem a uma mesma realidade, vista por dois ângulos diferentes.”

Constata-se também que, apesar de não terem sido os italianos os únicos a desbravarem a terra em que hoje se localiza esse município, pois negros, poloneses e alemães também deram suas contribuições, conforme observado no Capítulo 2, não há registro de nenhum nome ligado a esses imigrantes ou seus descendentes. Parece ter havido um silenciamento, cujas consequências não podem ser desprezadas, dado que, quando culturas são silenciadas, os saberes e os conhecimentos dos grupos discriminados são negados e os que pertencem à cultura hegemônica, legitimados. Para Santomé (1995, p. 161), “as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação”. Além disso, silenciar outras identidades e culturas é uma forma de diferenciar-se, de dizer que se é diferente deles. De acordo com Silva (2005, p. 81), “na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. [...] A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.”

Nessa mesma linha, cabe ressaltar a existência, dentre os 32 nomes, de um nome português, Marcos Gaspar de Souza, o primeiro escrivão da cidade. Um único nome português em meio a tantos nomes itálicos é um exemplo de que o indivíduo é confrontado, diariamente, com diversas identidades, de modo que se torna necessário fazer escolhas, tomar decisões sobre “incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’).” (SILVA, 2005, p. 81). Portanto, pode-se admitir que homenagear personalidades da cultura hegemônica não foi o único critério adotado. O papel desempenhado por esse escrivão, mais do que sua etnia, possivelmente tornou sua identidade pública reconhecida e valorizada pelos habitantes locais.

A palavra identidade, segundo Ferreira (1999, p. 1071), provém do latim *identitate* e, dentre as várias acepções apresentadas pelo autor, define-se por: “qualidade de ser idêntico” e “aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível”. No entanto, esses significados são suficientes? Ao que tudo indica, discutir *questões* de identidade é muito mais complexo do que buscar uma definição para a *palavra* identidade.

Para Hall (2004, p. 38), “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” O autor acrescenta ainda que “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade.” Portanto, podemos afirmar que a identidade também está sempre em processo de (re)construção e está intimamente ligada à cultura, à língua, às formas de caracterização da realidade, já que é na diferença que a identidade se define.

Assim, podemos considerar que identidade e cultura estão intrinsecamente ligadas aos costumes, valores, crenças, tradições, modos de viver de uma determinada comunidade e ao sentimento de pertencimento a essa comunidade, pois a identidade “é formada na ‘interação’ entre o ‘eu’ e a sociedade” (HALL, 2004, p. 11) e a cultura “permite ao homem não somente adaptar-se ao meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza.” (CUCHE, 1999, p. 10).

Nessa perspectiva, os imigrantes que fundaram a cidade de Cotiporã adaptaram – e continuam adaptando – o espaço que lhes foi dado, conforme suas necessidades, e o transformaram em um reduto de imigrantes decididos a fazer dessa terra a sua terra, na tentativa de recuperar um lugar no mundo, inserindo-se, consciente ou inconscientemente, nas lutas pela identidade e pela cultura.

O sentimento de pertencimento consiste na construção simbólica, mas também concreta, de um espaço que o indivíduo reivindica como seu, pois, sem pertencer a um lugar,

o indivíduo se encontra em uma situação de fronteira e precisa reconstruir sua identidade a partir das relações que mantém com os outros. Pesavento (2002, p. 35-36) sustenta que as fronteiras, “antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas”, são, principalmente, “culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo.” Nesse sentido, a fronteira

é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso, podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Na relação entre identidade e cultura, cada indivíduo categoriza o que o cerca, conferindo-lhe um lugar e construindo um espaço simbólico que é só seu, dando-lhe sentido de pertencimento. Portanto, compreende-se que a identidade cultural é estabelecida com a relação do eu com o outro, tendo como referência a diferença. Assim, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela, e

são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (WOODWARD, 2005, p. 39-40, grifo da autora).

Para Silva, identidade e diferença estão intrinsecamente ligadas a sistemas de representação, por isso o autor explicita que:

A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade *tem estreitas conexões com relações de poder*. (SILVA, 2005, p. 96-97, grifo nosso).

Assim, podemos perceber que os imigrantes e seus descendentes, para garantir a preservação da identidade italiana, procuram manter, através da cultura, da tradição, da história, do dialeto, de práticas sociais, uma memória coletiva predominantemente italiana. E isso é percebido no modo como se relacionam com os espaços públicos, nomeando-os,

preferencialmente, com nomes próprios italianos. Com efeito, retomando os termos de Woodward, podemos observar, nesse caso, a apropriação dos sistemas simbólicos para comandar as formas de exclusão social. Nesse contexto, cabe recordar que, para Boas (apud CUCHE, 1999, p. 40), “a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial.”

De fato, a palavra cultura, de acordo com Ferreira (1999, p. 591), entre outras acepções, significa “o conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam e se aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade”. Duranti (2003, p. 46) trabalha com a ideia de cultura como um sistema de práticas e pressupõe que a comunicação verbal é de natureza inerentemente social, coletiva e participativa. Geertz (1989, p. 4), por sua vez, considera que “o conceito de cultura é essencialmente semiótico”. Por isso, o autor traz uma concepção inspirada em Max Weber, segundo a qual “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, e ressalta que assume a cultura como sendo essas teias e que a análise deve procurar o seu significado. (GEERTZ, 1989, p. 4).

Portanto, língua, identidade e cultura são basicamente essenciais para que um indivíduo possa se sentir membro de um grupo. Todavia, tais elementos não bastam, pois o sujeito está inserido em um determinado tipo de espaço que não pode ser delimitado geograficamente, mas que está ligado a práticas e discursos específicos, isto é, a regionalidades, que legitimam sua identidade através do reconhecimento local.

Com efeito, a regionalidade vai além da ideia de espaço geográfico, pois são as regionalidades que constituem uma região cultural. Para Arendt:

Regionalidades são, assim, especificidades que integram e constituem uma paisagem cultural – e aqui entendemos a região não como espaço limitado do ponto de vista dos seus significados, mas, ao contrário, como paisagem ampla, como potência cujo valor final é de precisão difícil. (ARENDE, 2012, p. 90).

Haesbaert (2010, p. 8), por sua vez, explica que “a regionalidade envolveria a criação concomitante da ‘realidade’ e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra”, pois, para o autor, “a regionalidade estaria ligada à propriedade ou qualidade de ‘ser regional’”.

Nessa linha, (re)criar a realidade e as representações regionais, interligando-as à cultura, às tradições, à história, ao próprio espaço geográfico e à língua, é abastecer a identidade e seus discursos, sempre marcados pela diferença.

Se a diferença é de ordem cultural, é a cultura que propicia os meios de produção de sentido do mundo social, construindo um sistema classificatório que venha ao encontro de suas intenções. No entanto, acontecimentos históricos e políticos podem interferir nesse processo. É o caso dos logradouros de Cotiporã classificados como historio-hodônimos. Como visto, o Gráfico 1 demonstra que 22% dos hodônimos encaixam-se nessa categoria, o que corresponde a 10 designações. Desse total, 5 referem-se a movimentos de cunho histórico-social ou datas comemorativas – caso da avenida Independência e das ruas 10 de Novembro, 12 de Maio, Primeiro de Maio e Veranópolis –, enquanto outras 5 referem-se a nomes de pessoas de origem luso-brasileira e objetivam homenagear vultos da pátria brasileira – caso das ruas Bento Gonçalves, Marcílio Dias, Prudente de Moraes, Silveira Martins e Souza Lobo

Refletindo acerca desses nomes e analisando as informações obtidas, percebemos que alguns deles já existiam como espaço concreto, isto é, algumas ruas já possuíam nome – é o caso dos historio-hodônimos avenida Independência, as ruas Primeiro de Maio, Marcílio Dias, Silveira Martins e Souza Lobo –, e serviam como referência, antes mesmo que a lei as legitimasse. Já as ruas Dez de Novembro, Bento Gonçalves e Prudente de Moraes passaram a existir a partir do momento em que foram nomeadas. O que causa estranhamento é que essas denominações são fruto de um momento histórico de grande repressão, a Era Vargas e sua campanha de nacionalização, que obrigou a nomeação de ruas vinculadas a nomes luso-brasileiros, o que acarretou escolhas que tivessem ligação com heróis da pátria, efemérides históricas e com figuras importantes para o povo rio-grandense. No entanto, a lei que nomeou esses hodônimos é de 1981, quando esse capítulo da história já tinha terminado há algum tempo. Então, por que esses nomes não foram substituídos por nomes de pessoas da comunidade? Por que homenagear o dia e o mês em que Getúlio Vargas outorgou a nova constituição, a qual recebeu o apelido de “polaca”, e implantou o Estado Novo?

Tais questões ganham relevância, sobretudo, quando recordamos que foi devido às imposições daquele contexto que, a própria cidade em estudo, no ano de 1939, precisou substituir seu nome de origem italiana, Monte Vêneto, por um de origem indígena, Cotiporã, que permanece até hoje. De acordo com Frosi, Faggion e Dal Corno,

o que determinou a substituição de nomes itálicos por nomes luso-brasileiros foi a contextualização histórica - o Estado Novo de Vargas e a Segunda Guerra Mundial -, que opôs Brasil e Itália. Verifica-se nos textos escritos sobre a mudança de nomes de ruas, a insistência em homenagear os vultos da Pátria brasileira. Os outros nomes, importantes para os habitantes da cidade pela definição de uma identidade étnica,

‘nenhuma expressão têm’. Assim se substitui uma possível marca identitária por uma imposição. (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 159).

Dessa forma, o nome da cidade foi substituído por um nome indígena, com o intuito de deslocar para o esquecimento o traço cultural italiano. De acordo com Sganzerla (2001, p. 41), com a “proposta de eliminar as diferenças étnicas e de criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura”, Getúlio Vargas torna obrigatória a substituição dos nomes de cidades e de ruas para que “as diversidades regionais passassem a ser atores coadjuvantes, ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira.” Na verdade, buscava-se apagar a identidade e a cultura itálica, e, para isso, era necessário suprimir os nomes que lembravam a origem dos imigrantes e seus descendentes, na tentativa de forçar relações que não tivessem ligação com a sua origem. Afinal, é através de práticas sociais, identitárias e do uso da língua que se constrói a relação com o espaço. Sendo assim, era importante eliminar qualquer vínculo com a outra pátria, inclusive a língua e tudo o que derivasse dela, visto que, como afirma Pozenato (2003, p. 155), “a força simbólica da língua funciona como uma bandeira hasteada.”

Analisando a documentação, percebemos que, em dezembro de 1955, o então prefeito municipal de Veranópolis, Fabiano Reschke, de origem polonesa, é quem restabelece o nome de Monte Vêneto ao 2º Distrito de Veranópolis, com a Lei Municipal nº 260. No ano seguinte, contudo, a lei é revogada por Saul Irineu Farina, descendente italiano que ocupa o cargo de prefeito municipal de 1956 a 1959. Segundo Valduga,

No município de Alfredo Chaves (Veranópolis), o primeiro descendente a ocupar o cargo de intendente foi Saul Irineu Farina, *nomeado por Flores da Cunha*, cujo cargo exerceu de 09 de dezembro de 1930 a 26 de fevereiro de 1938 [...] quando transfere o cargo a outro político regional, Rogério Galeazzi, que permanece como *prefeito nomeado* até 27 de outubro de 1946. (VALDUGA, 2008, p. 207-208, grifos nossos).

Flores da Cunha, de acordo com Flores (2001, p. 199), foi “um dos articuladores e participantes do Levante de 1930” que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, o que nos leva a inferir, com base nos dados expostos acima, que a substituição do nome do Distrito de Monte Vêneto para Cotiporã, em 1939, foi política e vinha ao encontro dos desejos nacionalistas de Getúlio Vargas. Apesar da tentativa de Fabiano Reschke de restabelecer o nome de origem, em 1955, no ano seguinte volta ao poder Saul Irineu Farina, que, acreditamos, imbuído ainda das ideias getulistas, revoga a lei que devolvía o nome de Monte

Vêneto, que remonta aos imigrantes italianos e à sua história. É importante ressaltar que o nome transcende ao simples fato de servir como referência, pois é objeto de sucessivas mudanças no distrito, o que nos faz retomar as ideias de Cuche (1999, p. 14) e de Silva (2005, p. 81) sobre a memória coletiva e o fato de “incluir e excluir”, relacionando-as ao caráter identitário do nome de um lugar, que revela quem pertence e quem não pertence a ele.

De todo modo, apesar da rígida campanha nacionalista de Vargas, 50% dos hodônimos de Cotiporã receberam nomes italianos, nomes de pessoas como José Della Pasqua, Pedro Breda, João Scarton, André Argenta e Ângelo Paganin, imigrantes italianos que promoveram com seu trabalho e empreendedorismo o desenvolvimento do município. Também Sauro Cipriano Guindani, João Zardo, Colombo Fellini, Padre Eugênio Mediqueschi e Padre Rui Lorenzi, que fomentaram a indústria, o comércio e a religiosidade da cidade.

Dentre as ruas nominadas acima, a rua André Argenta revela dados interessantes. Primeiramente, de acordo com a Lei Municipal nº 1345, o logradouro foi denominado como Andréa Argenta. Segundo consta no Projeto de Lei Municipal nº 023/03, já existia registro da existência desta rua desde a emancipação do município, mas, como não foi encontrada lei que a denominasse, em 2003, o logradouro foi finalmente legitimado em lei. Em segundo lugar, é interessante notar que esse nome, com o passar do tempo, perdeu sua característica itálica, o sufixo lexical *-a*, indicativo de gênero masculino no italiano, e passou a denominar-se “André”, nome pelo qual o hodônimo é conhecido. Podemos aqui inferir que a comunidade se percebe italiana; mas fala português como língua materna, é letrada e escolarizada em português, por isso desconhece regras da língua que tanto prestigia.

Merece destaque, também, o fato de que não apenas a rua André Argenta era conhecida por esse nome, mesmo antes da lei legitimá-la. O mesmo ocorre com outros locais da cidade, a exemplo da travessa Brunoni e do bairro Centro, que não possuem lei que os reconheça, muito embora sua existência como espaço de relações seja indiscutível. Notamos, assim, que os espaços são, essencialmente, práticas culturais, pois são delimitados, ocupados, nomeados e, simbolicamente, concretizam-se no dia a dia dos cotiporanenses, para depois, na maioria dos casos, serem legitimados pela lei. Sobre a relação do indivíduo com o bairro, Certeau, Giard e Mayol (2008, p. 39) afirmam que: “O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social, ou noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição.”

Ainda acerca desse espaço particular, é importante ressaltar que, na cidade de Cotiporã, existe um único bairro, o Centro, e é nele que se reconhecem os habitantes locais,

modulam-se as relações identitárias e “em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008, p. 40, grifos dos autores). Dessa forma, ainda consoante Certeau, Giard e Mayol (2008, p. 44), “o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública.”

Podemos afirmar que essa forma de se relacionar com o lugar advém da cultura, que pode ser expressa “como um universo semiológico, um universo de sinais, que necessita de interpretação.” (POZENATO, 2003, p. 104). Segundo explica Pozenato (2003, p. 105), “uma parte desses fatores são de ordem interna do próprio grupo cultural, e outros são de ordem externa, isto é, são uma interferência do sistema cultural mais amplo em que se situa a cultura da região.” No caso cotiporanense, como observado, os fatores internos estão relacionados, por exemplo, ao desejo de nomear espaços públicos homenageando pessoas da comunidade como forma de reconhecimento, ao passo que os fatores externos se reportam a interferências históricas, como a substituição do nome da cidade. Com isso, percebemos que a cultura da região se articula, às vezes conflituosamente, na síntese desses fatores históricos.

Para Haesbaert (2010, p. 8), a regionalidade está vinculada à qualidade de ser regional, e, nesse processo, a realidade e as representações regionais não podem ser disassociadas, assim como uma não pode se sobrepor à outra, de modo que é a interrelação entre o imaginário e a construção simbólica que edifica a regionalidade.

Dessa construção, faz parte também a língua, porque é reveladora da cultura de um povo, carregando traços culturais, ideológicos e identitários que são identificados no plano do discurso e são extremamente importantes. De fato, no entender de Bourdieu,

o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém; depende também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade do grupo ao qual está endereçado, ou seja, tanto no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros desse grupo como nas propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas, sendo que a relação entre essas mesmas propriedades somente pode ser evidenciada em função de um princípio determinado de pertinência. O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade. (BOURDIEU, 1996, p. 111).

De acordo com Kramsch (2001, p. 65), é por meio das marcas de discurso, do sotaque, do vocabulário, que os falantes se identificam como eles próprios e como membros

de uma comunidade. Portanto, “língua e cultura estão em uma relação estreita de interdependência: a língua tem a função, entre outras, de transmitir a cultura, mas é, ela mesma, marcada pela cultura”. (CUCHE, 2002, p. 94).

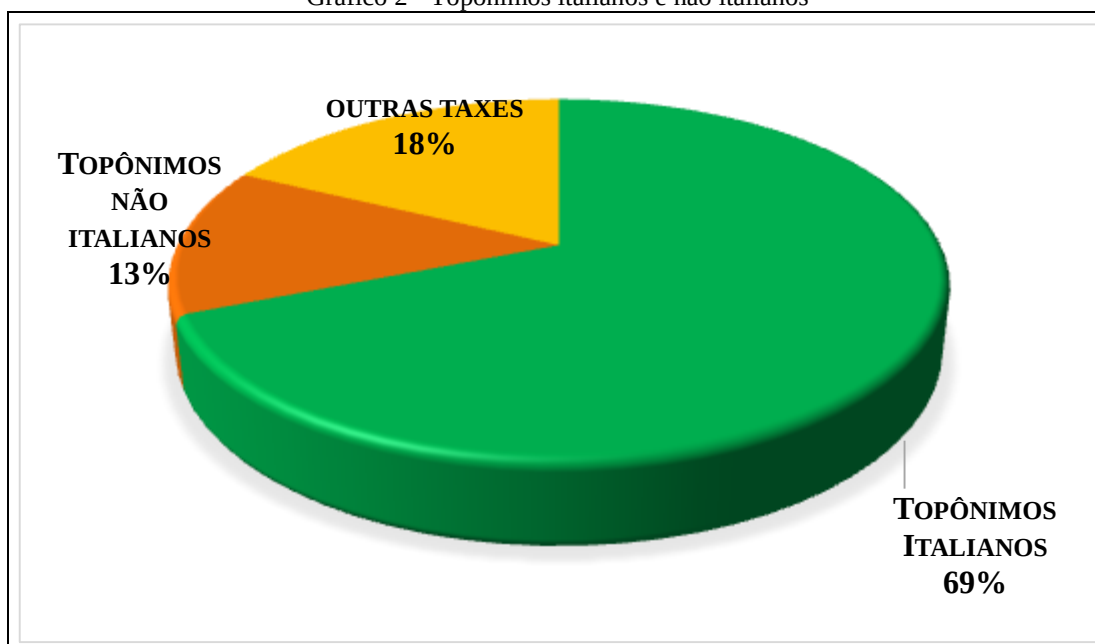
Após todas essas reflexões, podemos afirmar, agora com foco na toponímia, que um signo toponímico recebe influências que podem refletir condições geográficas, históricas, culturais, sociais e linguísticas. Afinal, de acordo com Andrade (2010, p. 107), “o signo toponímico é motivado, sobretudo, pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador.”

Segundo Dick (1990a, p. 19), a “Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe”. Dessa forma, ainda de acordo com a autora,

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos culturais ou antropoculturais. (DICK, 1990a p. 19).

Assim, observado o total de denominações que analisamos no município de Cotiporã, constatamos que 69% têm em seus significados uma relação que se estabelece com a comunidade itálica, o que ocorre, particularmente, com os antroponímicos. Tais nomes estão diretamente ligados a seus antepassados e à cultura dos moradores. O Gráfico 2, a seguir, mostra a relação entre os topônimos italianos e os não italianos:

Gráfico 2 - Topônimos italianos e não italianos



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como podemos verificar, 69% dos topônimos referem-se a italianos, o que corresponde a 31 nomes, ao passo que 13% reportam-se a nomes não itálicos, perfazendo um total de apenas 6, enquanto os 18% restantes, neste caso 8 topônimos, referem-se a outras taxes. Dos 13%, apenas um nome refere-se a um cotiporanense, os outros são consequência da obrigatoriedade de nomes que vangloriassem personagens da história brasileira.

Todos esses nomes são reveladores do caminho histórico, cultural, social e político do município de Cotiporã. Por isso, os topônimos, segundo Dick (1990a, p. 42), são verdadeiros fósseis linguísticos, porque por trás de cada nome há uma série de características e informações que nos permitem reconstituir a história desse local e de seus habitantes. Dick ainda acrescenta que:

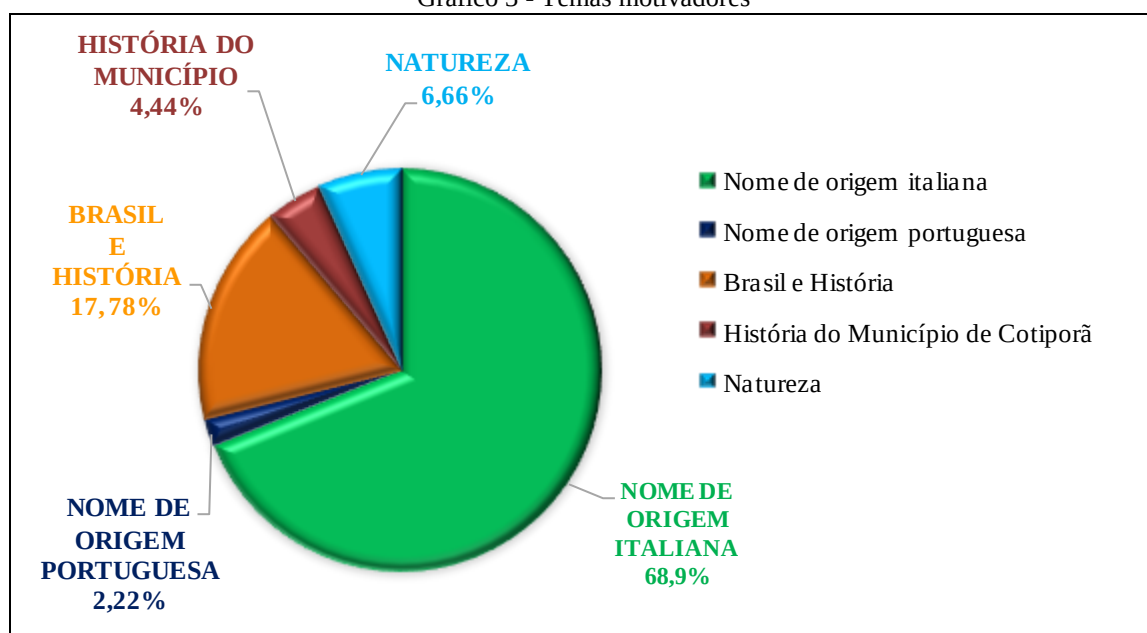
Observando os diferentes sistemas culturais em que os topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, antropologia, da psicosociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1990b, p. 06).

Assim, o ser humano, ao denominar um espaço, deixa marcas, evidenciando uma estreita relação entre o denominador e o local, em virtude de suas características físicas, sociais, históricas ou culturais. Mais do que identificar um espaço, o nome de um local vem

impregnado de aspectos políticos, históricos e socioculturais da região, de modo que reflete pensamentos e atos da própria comunidade.

Dessa forma, é possível depreender os principais temas que motivaram a escolha dos nomes do bairro, do distrito e dos logradouros do município de Cotiporã. Portanto, a etnia italiana das personalidades homenageadas é o tema motivador que possui maior incidência, pois abarca quase 69% das denominações (68,9%), com 31 nomes de imigrantes e descendentes italianos. Os 31% restantes, dividem-se em: 1 nome de origem portuguesa (2,22%), Marcos Gaspar de Souza; 8 nomes que se referem ao Brasil e à história (17,78), a saber, Bento Gonçalves, 10 de Novembro, Independência, Marcílio Dias, Prudente de Moraes, Silveira Martins, Souza Lobo e Primeiro de Maio; 2 nomes que se reportam à história do município de Cotiporã (4,44%), quais sejam, Veranópolis e 12 de maio; e 3 nomes motivados pela natureza (6,66%), a rua da Fonte, o bairro Centro e o Distrito de Lajeado Bonito. Tais dados podem ser observados no Gráfico 3, a seguir:

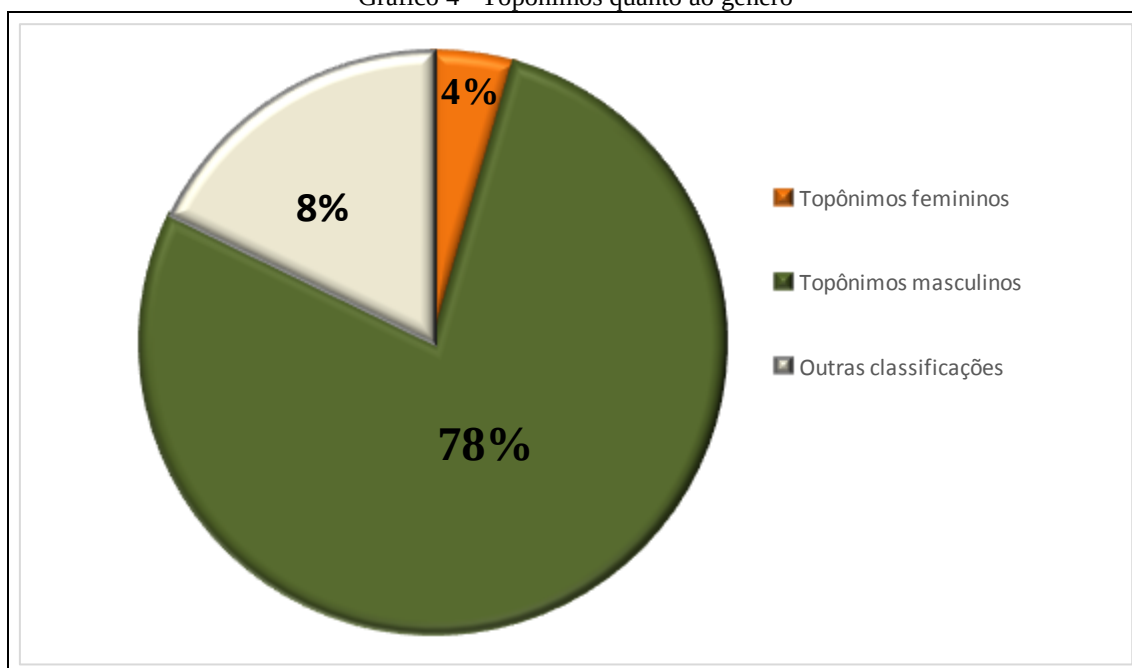
Gráfico 3 - Temas motivadores



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Para averiguar o total de denominações que se referem a nomes individuais, é necessário somar os 56% dos antroponímicos, com os 9% dos axionímicos, mais 7% dos hagnímicos e 11% dos historionímicos, o que totaliza 82% das designações encontradas em Cotiporã, ou seja, 37 nomes. Desse montante, os que se referem ao gênero feminino representam apenas 4%, ao passo que o gênero masculino equivale a 78%, como podemos visualizar no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 - Topônimos quanto ao gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Analisando somente as denominações que se referem a nomes individuais e relacionado-as ao gênero, é possível perceber que a quantidade de nomes do gênero masculino é expressivamente maior do que a do gênero feminino, o que nos faz recorrer a Bourdieu, quando afirma que: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção.” (BOURDIEU, 2014, p. 22).

Essa disparidade revela uma desigualdade social entre homens e mulheres, em que um gênero é privilegiado em detrimento do outro. Bourdieu (2014, p. 11-12) percebe nesse fenômeno uma “violência simbólica” e ressalta que vê “na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada”, o exemplo do que chama “de violência simbólica, violência suave, insensível a suas próprias vítimas que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento”. Zinani (2012, p. 310), por sua vez, salienta que “o gênero, muito mais que um dado biológico, é um construto historicamente codificado que orienta o desempenho dos papéis sociais.” Assim, apesar de as mulheres também terem contribuído para o desenvolvimento do município, somente 4% dos topônimos da cidade de Cotiporã referem-se ao gênero feminino. Tal percentual é composto por duas denominações, nas quais se ressalta o valor social da atividade que desempenharam no município: Luiza de Marco Sfredo, professora, e Dozolina Tonial Dall’Ago, parteira.

Os 78% referem-se a homens imigrantes ou descendentes de italianos, a não italianos e a vultos da história brasileira. Dentre eles, 29 nomes homenageiam homens de origem italiana; e 6 nomes, homens de origem portuguesa. De acordo com Frosi,

Os hodônimos estão em estreita relação com o contexto histórico e social de que fazem parte. Isso nos adverte quanto ao papel que, de modo geral, foi desempenhado pela mulher, através do tempo. A desigualdade dos dois gêneros, em detrimento da mulher e com privilégios para o homem, reflete-se também nos hodônimos. (FROSI, 2010, p. 68.).

Exceto os antroponímicos que se referem a vultos da história do Brasil, todos os outros se referem a imigrantes ou descendentes, que, pelo seu trabalho, suas crenças, religiosidade e pela forma como viveram, contam a história da cidade da qual fazem parte. A maior parte desses antroponímicos ainda conserva a transparência de seus nomes. Carvalinhos e Antunes observam que

Em países jovens como o Brasil, existem muito mais nomes de lugares transparentes, isto é, cujo significado ainda está ativo no léxico comum, que nomes opacos. A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso de decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas linguísticas concorrem para a opacidade do nome. (CARVALINHOS; ANTUNES, 2007, s/p.).

De acordo com Dick (1990a, p. 39), a intencionalidade faz com que o denominador forneça um determinado nome a um dado lugar por circunstâncias de ordem subjetiva ou objetiva. Em razão de distanciamentos espaciais e temporais de suas condicionantes, é possível que tal origem semântica se revele transparente ou opaca.

Dessa forma, o signo toponímico caracteriza-se como “o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares” e que se integra em “um processo relacionante de *motivação* onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada.” (DICK, 1990a, p. 34, grifos da autora)

Com efeito, é contextualizando os nomes que os tiramos do esquecimento. Dick enfatiza que a toponímia

é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso; procurando relacionar um nome ao outro. (DICK, 1996, p. 12).

Podemos observar ainda que, em Cotiporã, alguns hodônimos e sua história permanecem vivos na memória das pessoas, como é o caso das ruas Padre Eugênio Mediqueschi e Padre Rui Lorenzi, ao passo que outros sofreram, com o passar do tempo, a sobreposição de camadas, tornando-se opacos, como as ruas André Argenta e Natal Turcatel.

Em suma, levando em conta que a palavra é um elemento simbólico que nomeia os mundos externo e interno do sujeito, os topônimos, então, são capazes de trazer à tona conhecimentos e histórias que há muito tempo ficaram guardadas no passado, resgatando a memória individual e coletiva dos habitantes. De acordo com Oliven (2006, p. 26), a “memória coletiva está ligada a um grupo relativamente restrito e portador de uma tradição”. Dessa forma, a memória coletiva advém da memória individual, que está ligada à memória do grupo a qual pertence. Essas memórias constroem a memória coletiva, na medida em que representam as crenças, as tradições, os costumes, a religiosidade, a história, a maneira de viver e de conviver de uma dada sociedade. Assim, a análise dos dados levantados revela como o município de Cotiporã, ao longo do tempo, lidou com a categorização da realidade, apresentando uma motivação semântica vinculada, principalmente, à história e ao povo municipais e à história do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os nomes de 43 logradouros, do bairro e do distrito da cidade de Cotiporã, que permitiu resgatar tanto aspectos linguísticos, como a etimologia dos nomes, quanto aspectos extralinguísticos, como informações históricas, sociais, culturais do município de Cotiporã, desde o início da imigração que formou o povoado.

O *corpus* foi levantado a partir de 12 leis que delimitaram e denominaram os logradouros e o distrito de Cotiporã. Além disso, dois topônimos, o bairro Centro e a travessa Brunoni, não possuem lei de nomeação, embora sejam espaços de relações no dia a dia dos cotiporanenses, por isso também foram incluídos no *corpus*. Os dados obtidos foram inseridos em fichas lexicográfico-toponímicas, seguindo o modelo proposto por Dick (2004), o que mostrou aspectos históricos e culturais do município de Cotiporã, desde o início de sua formação, evidenciando a predominância de nomes de natureza antropocultural sobre os de natureza física.

Ao analisarmos os dados do Gráfico 1, constatamos que os hodônimos que se referem aos nomes individuais de origem italiana destacam-se com um maior número de ocorrências. Dessa forma, notamos a intenção de homenagear pessoas que trabalharam para o desenvolvimento do município, o que revela os protagonistas de práticas sociais diversas. Dar o nome desses indivíduos aos espaços públicos, além de prestar uma homenagem, é uma forma de contar a história da cidade, através do reconhecimento das personagens que fizeram parte dela, e de firmar uma identidade regional.

Na taxa dos historio-hodônimos, observamos que a nomeação foi motivada pelo contexto histórico do Brasil e do município, por isso, há nomes de figuras ilustres da história brasileira e importantes datas históricas. Esses nomes representam 22% dos hodônimos. A princípio, não parece ter ocorrido na hodonímia de Cotiporã o que aconteceu nas cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, que tiveram que substituir as denominações de muitas ruas por nomes de personagens brasileiros devido à implantação do Estado Novo e à Segunda Guerra Mundial. (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 153-160). Por ser um município jovem, as nomeações dos logradouros foram atendendo ao contexto histórico-político da época e, como não foram encontrados documentos comprobatórios de designações anteriores, não houve necessidade de substituição de denominações.

Entretanto, em relação ao nome da cidade, não parece ter ocorrido o mesmo. A principal marca da repressão política do governo Vargas foi a obrigatoriedade da substituição

do nome do distrito de Monte Vêneto, de origem itálica, para Cotiporã, nome tupi, que permanece até hoje.

Examinando o *corpus*, ainda foi possível perceber que muitas são as motivações na escolha de um nome, conforme consta no Gráfico 3, desde um recurso hídrico, nomes de pessoas importantes da comunidade, até figuras nacionais ilustres. Dessa forma, levando em conta os principais temas motivadores, encontramos 69% vinculados a personalidades de origem italiana, 18% referem-se a personagens nacionais e à história do Brasil, 7% têm como motivação a natureza, 4% representam a história do município de Cotiporã e 2% representam o único cotiporanense de origem portuguesa homenageado. Portanto, o nome, como signo toponímico, revela a história, a cultura e a forma como as pessoas de um determinado lugar se relacionam tanto entre elas, como com o próprio local.

Percebemos, também, na toponímia do município, certa discriminação de gênero, derivada de restritas oportunidades de participação social, pois, dentre os 82% dos topônimos que se referem a nomes próprios individuais, o que corresponde a 37 das 45 designações investigadas, somente 2 nomes, isto é, 4% do total, são femininos, enquanto 78% estão vinculados a nomes masculinos. Considerando que há uma relação de poder no ato de denominar, observamos que os sujeitos investidos de autoridade reconhecida impõem acepções que são aceitas como legítimas, mascarando as relações de dominação e conduzindo o pensamento dos indivíduos e sua concepção de mundo.

Na cidade de Cotiporã, há no ato de denominar fortes traços identitários relativos à cultura italiana, que permanecem até hoje, pois mesmo com o desenvolvimento do município, ainda são escolhidos nomes que se referem a italianos, sejam descendentes de imigrantes ou não, como forma de manter essa identidade. Dessa forma, o silenciamento de outros grupos sociais parece ainda acontecer, o que indica uma das formas de diferenciação e de afirmação da italianidade pelas quais operam os discursos de identidade na região. De acordo com Silva (2005, p.73), “a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas.” Assim, percebe-se que há uma correlação entre identidade itálica e a maneira como os habitantes categorizam a realidade.

A necessidade de nomear um lugar é, num primeiro momento, a possibilidade de legitimar um dado espaço, outorgando-lhe o nome pelo qual será conhecido. No entanto, outro momento precede o ato da nomeação, quando o homem tem a oportunidade de refletir e escolher. No momento da seleção, são levados em conta fatos históricos, culturais e sociais que determinarão a eleição de um nome em detrimento de outro. Dessa forma, é através do

ato de nomear e do produto da nomeação, o próprio nome, que o ser humano se (re)conhece e se dá a (re)conhecer.

Apesar do desenvolvimento da cidade de Cotiporã, parte da população percebe-se italiana, e essa sensação de pertencimento reflete-se nas nomeações dos lugares. De acordo com Bourdieu (1989, p. 9, grifo do autor), “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. Nesse sentido, podemos perceber que as designações dos topônimos e hodonimos são construtos sociais que deixam transparecer a forma como a parcela dos indivíduos detentora de maior capital simbólico relaciona-se com a realidade, criando divisões de mundo que contribuem para que todos se percebam como sujeitos dessa mesma realidade.

Ressaltamos a importância deste estudo, visto que é o primeiro sobre a toponímia e, especificamente, a hodonímia da cidade de Cotiporã. Com a análise, foi possível trazer à tona como os habitantes de Cotiporã construíram sua identidade regional e como fatos históricos e políticos do Brasil e da cidade podem ser contados e revividos por intermédio da toponímia e da hodonímia locais. Percebe-se o caráter transdisciplinar dessas áreas, com a certeza de que mais informações relevantes ainda estão por ser descobertas, já que a história é feita por seres humanos, e cada qual, ao seu tempo, é revelador de sua própria história. Dessa forma, estudar as interfaces dos estudos toponímicos e hodonímicos é compreender que são fontes riquíssimas da história, da geografia, da política, dos costumes de um local.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS. Disponível em: <<http://arl.org.br/index.php/patronos/85-josé-carlos-de-souza-lobo>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Taxionomia de topônimos: problema sem solução?* Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/4454-17732-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. Goiânia: Puc-Goiás, 2010.

ARENDT, João Claudio. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. *Rua* [online]. Unicamp, n. 18, v. 2, p. 82-99, 2012. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 38. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. I. 2. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2001. p. 13-22.

BONI, Luis Alberto de; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias; Porto Alegre: Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da Língua Portuguesa: vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. São Paulo: Saraiva, 1966.

CAFFARELLI, Enzo; MARCATO, Carla. *I cognomi d'Itália*; dizionario storico ed etimológico. Torino: UTET, 2008. 2 v.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In: *Revista USP*. São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2002-2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>>. Acesso em: 03 de jun. de 2016.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CORTELAZZO, Manlio; ZOLLI, Paolo. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. vol. 2/D-H. Bologna: Zanichelli, 1980. 5 v.

_____; _____. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1988. 5v.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 48, de 02 de maio de 1984.

_____. Lei Municipal nº 59, de 20 de agosto de 1984.

_____. Lei Municipal nº 640, de 06 de março de 1995.

_____. Lei Municipal nº 771, de 10 de junho de 1996.

_____. Lei Municipal nº 1106, de 04 de dezembro de 2000.

_____. Lei Municipal nº 1345 de 27 de junho de 2003.

_____. Lei Municipal nº 2074, de 05 de agosto de 2011.

_____. Lei Municipal nº 2174, de 24 de setembro de 2012.

_____. Lei Municipal nº 2182, de 14 de novembro de 2012.

_____. Projeto de Lei nº 048, de 17 de abril de 1984.

_____. Projeto de Lei nº 059, de 31 de julho de 1984.

_____. Projeto de Lei nº 669, de 02 de março de 1995.

_____. Projeto de Lei nº 803, de 05 de junho de 1996.

_____. Projeto de Lei nº 039/2000.

_____. Projeto de Lei nº 041/2000.

_____. Projeto de Lei nº 023, de 25 de junho de 2003.

_____. Projeto de Lei nº 001, de 05 de julho de 2011.

_____. Projeto de Lei nº 007, de 17 de setembro de 2012.

_____. Projeto de Lei nº 008, de 31 de outubro de 2012.

_____. Projeto de Lei nº 009, de 31 de outubro de 2012.

COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAUZAT, Albert. *Les noms de Lieux; origine et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d'eau – montagnes – lieuxdits*. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.

DE FELICE, Emidio. *Dizionario dei cognomi italiani*. 3. ed. Itália: Oscar Studio Mondadori, 1982.

_____. *Dizionario dei cognomi italiani: origine, etimologia, storia, diffusione e frequenza di oltre 14.000 cognomi*. Milano: Mondadori, 1987.

DEVOTO, Giacomo; OLI, Gian Carlo. *Il dizionario della lingua italiana*. Firenze: Felice Le Monnier, 1990.

_____; _____. *Il dizionario della lingua italiana*. Firenze, IT: Le Monnier, 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 2. ed. Coleção de Estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990b.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As Ciências do Léxico*. 1. ed. v. II. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. p. 121-130.

DURANTI, Alessandro. *Antropología lingüística*. New York: Cambridge University Press, 2000.

FAGGION, Carmem Maria. Estigma, cultura e atitude: investigações preliminares sobre o binômio prestígio/estigmatização na linguagem da região de colonização italiana na serra gaúcha. In: FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010. p. 69.

FARIA, Octávio Augusto de. *Diccionario Geographico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, 1914.

FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 2000.

_____. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT*. 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2015.

FRANCIPANE, Michele. *Dizionario ragionato dei cognomi Italiani*. Milano: RCS Libri S. P. A., 2007.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normatização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FROSI, Vitalina Maria. Os logradouros de Caxias do Sul: seus nomes, suas interconexões. *II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, 2010, Évora. A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 50-73. Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg23/06.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

_____; _____. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. *Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural*. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. V. Campo Grande: UFMS, 2010. p. 153-168.

_____; _____. *Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização*. *Métis: História & Cultura*, vol. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/704-2442-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GERTZ, René Ernaini. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Cotipor%C3%A3+-+RS/@-29.0123446,-51.768705,12z/data=!3m1!4m5!3m4!1s0x951db567bf44d923:0x3f55b1a9368599bb!8m2!3d-29.0035044!4d-51.70451>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

GRANDO, Sérgio Angelo; ZONTA, Maria Estela; COSTA, Rovílio (Org.). *Povoadores de Cotiporã*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

GUÉRIOS, Rosario Farani Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares* (Letras e Humanidades), n. 3, jan./jul. 2010, p. 2-24, Caxias do Sul.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=_ES&codmun=430595&search=rio-grande-do-sul|cotipora|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em: 24 set. 2015.

ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. Introdução. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. II. 1. ed. Campo grande, MS: UFMS, 2004. p. 11.

_____. A categoria dos animotopônimos na designação de lugares: uma discussão teórica. *Seminário do Gel*, 57, 2009, Programação. Ribeirão Preto (SP): GEL, 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/resumos_det.php?resumo=5675>. Acesso em: 25 set. 2015.

KRAMSCH, Claire. *Language and Culture*. New York: Oxford University Press, 1998.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA. Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

LIVRO do Tombo do Curato de São Luiz de Gonzaga de Alfredo Chaves. Veranópolis, 25 de abril de 1915.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 2003.

MISTURINI, Bruno. *A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul, 2014.

MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975.

MIORANZA, Ciro. *Dicionário dos sobrenomes italianos*. São Paulo: Escala, 1997.

MIORANZA, Ciro. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê, 2002.

PIMENTEL, Gaspar. *Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves: indicador commercial e profissional*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.

POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RESGATE DE COTIPORÃ – A História. Disponível em:
<http://historiadecotipora.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html>. Acesso em: 08 mar. 2016.

ROSSEBASTIANO BART, Alda; PAPA, Elena. *I nomi di persona in Italia: dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET, 2005. 2 v.

SABATINI, Francesco; COLETTI, Vittorio. *DISC: dizionario italiano Sabatini Coletti*. 2. ed. Firenze, Itália: Giunti, 1999.

SALIS, Sertoli. *Dizionario dei nomi propri di persona*. Milão: Indústria Gráfica Amedeo Nicola, 1951.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.
SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2001.

SCUSSEL, Dalmo. *Entrevista concedida a Fernanda Elisa Vicentin Bertoletti*. Cotiporã, 21 de mar. de 2016. Entrevista.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1953-1960.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UFP, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 73- 102.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Alexandre Melo de. Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira: Gênese e Trajetória. *ÍCONE - Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 31-42, jul. 2008. Disponível em: <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume2/pri-meiras_letras/alexandre_sousa.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

TANET, Chantal; HORDÉ, Tristan. *Dictionnaire des prénoms*. Paris: Larousse, 2006.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense: 1930-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VERANÓPOLIS. Lei Municipal nº 1718, de 26 de maio de 1981.

_____. Lei Municipal nº 1819, de 26 de outubro de 1982.

_____. Projeto de Lei nº 318, de 20 de maio de 1981.

_____. Projeto de Lei nº 01, de 21 de outubro de 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert Zinani. Escritura e gênero: o gênero em questão. In: _____; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos (Org.). *Da tessitura ao texto: percursos de crítica feminista*. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 309-323.

ZINGARELLI, Nicola. *Il Nuovo Zingarelli vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zingarelli, 1983.